



SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DEFESA E RESISTÊNCIA DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CREPOP XV anos



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

PSICO
LOGIA

60
ANOS

CREPOP

CREPOP.
15
ANOS



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS:
DEFESA E RESISTÊNCIA DA PSICOLOGIA
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
CREPOP XV anos**

Brasília, setembro de 2022.

© 2022 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br

Projeto Gráfico: Agência Movimento

Diagramação: Diego Soares

Revisão e normalização: Roberto Azul | MC&G Design Editorial

Evidenciamos que as contribuições proferidas pelos especialistas são individuais e respaldam-se em pesquisas científicas ou experiências como profissionais. Assim, ao realizar este seminário, o Conselho Federal de Psicologia cumpre seu papel de atuar na divulgação, debate e problematização de temas relevantes para construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população, também contribuindo para a ampliação do conhecimento técnico-científico da Psicologia como ciência e profissão.

Por se tratar de uma categoria composta por de 80% de mulheres, como um ato ético-político, as publicações do CFP nomeiam “psicólogas e psicólogos”. O texto aqui apresentado é autoral e foi revisado pelos palestrantes e, portanto, o CFP optou por não alterar trechos nos quais as(os) autoras(es) utilizaram o masculino como gênero gramatical universal (“psicólogos”).

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2,
Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF
(61) 2109-0107 /Correio eletrônico: ascom@cfp.org.br/ www.cfp.org.br
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755 Conselho Federal de Psicologia (Brasil) .
Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas : defesa e resistência
da psicologia nas políticas públicas / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos
Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas
Públicas — 1. ed. — Brasília : CFP , 2022.
158 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-89369-10-3

1. Psicologia – Brasil. 2. Psicologia social - Brasil. 3. Psicologia comunitária.
I. Conselhos Regionais de Psicologia. II. Centro de Referência Técnica em
Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). III. Título.

CDD 155 : 8981

Informações da 1.^a Edição

Coordenação / CFP

Emanuelle Santos Silva – Coordenadora-Geral

Rafael Taniguchi – Coordenador Adjunto

Gerência de Comunicação (GCom)

Marília Mundim da Costa – Gerente

Coordenação Nacional do CREPOP/CFP

Neuza Maria de Fátima Guareschi – Conselheira CFP

Mateus de Castro Castelluccio – Supervisor

Queli Cristina do Couto Araujo – Analista Técnico – Psicologia

Karen Kathleen Amorim Oliveira – Estagiária

Laisa Fernanda Alves da Silva – Estagiário

Integrantes das Unidades Locais do Crepop nos CRPs

Conselheiras(os)

Artur Mamed Cândido (CRP01); Priscilla Gadelha Moreira (CRP02); Renan Vieira de Santana Rocha (CRP03); Luiz Felipe Viana Cardoso (CRP04); Isabel Scrivano Martins (CRP05); Beatriz Borges Brambilla (CRP06); Carla Mariela Carriconde Tomasi (CRP07); João Batista Martins (CRP08); Cândido Renato Alves de Oliveira (CRP09); Maria Eunice Figueiredo Guedes (CRP10); Tássia Oliveira Ramos e Marcossuel Gomes Acioles (CRP11); Sandra Coimbra (CRP12); Clarissa Paranhos Guedes (CRP13); Maria de Lourdes Dutra (CRP14); Emylia Anna Ferreira Gomes (CRP15); Bruno da Silva Campos (CRP16); Marina Angélica Silva Queiroz (CRP 17); Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo (CRP18); Pedro Henrique do Nascimento Pires (CRP19); Cleison Guimarães Pimentel e João Lucas da Silva Ramos (CRP20); Joyce Mesquita Nogueira (CRP21); Péricles de Souza Macedo (CRP22); Ricardo Furtado de Oliveira (CRP23); Edna Mônica da Silva Wobeto (CRP24).

Técnicas(os)

Adelia Benetti de Paula Capistrano (CRP01); Maria de Fátima dos Santos Neves (CRP02); Natani Evlin Lima Dias e Gabriela Evangelista Pereira (CRP03); Leiliana Sousa e Luciana Franco (CRP04); Roberta Brasilino Barbosa e Jaqueline Sério da Costa (CRP05); Larissa Correia Nunes Dantas (CRP06); Rafaela Demétrio Hilgert (CRP07); Altieres Edeimar Frei (CRP08); Regina Magna Fonseca (CRP09); Letícia Maria Soares Palheta (CRP10); Iramaia Gallerani (CRP12); Katuska Araújo Duarte (CRP13); Krisley Amorim de Araujo (CRP14); Liércio Pinheiro de Araújo (CRP15); Mariana Moulin Brunow Freitas (CRP16); Zilanda Pereira Lima (CRP17); Jackeline Jardim Mendonça (CRP18); Lidiane de Melo Drapala (CRP19); Macela Marta da Costa Tenório (CRP21); Francisco Valberto dos Santos Neto (CRP22); Stéfiane Santana da Silva (CRP23); Angélica de Souza Lima (CRP 24).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
XVIII Plenário
Gestão 2019-2022

Conselheiras(os) efetivas(os)

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Presidente
Anna Carolina Lo Bianco Clementino – Vice-Presidente
Izabel Augusta Hazin Pires – Secretária
Norma Celiane Cosmo – Tesoureira
Robenilson Moura Barreto – Secretário Região Norte
Alessandra Santos de Almeida – Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste
Neuza Maria de Fátima Guareschi – Secretária Região Sul
Antonio Virgílio Bittencourt Bastos – Conselheiro 1

Conselheiras(os) suplentes

Katya Luciane de Oliveira – Suplente
Losiley Alves Pinheiro – Suplente
Rodrigo Acioli Moura – Suplente
Adinete Souza da Costa Mezzalira – Suplente Região Norte
Maria de Jesus Moura – Suplente Região Nordeste
Tahina Khan Lima Vianey – Suplente Região Centro-Oeste
Célia Zenaide da Silva – Suplente Região Sudeste
Marina de Pol Poniwias – Suplente Região Sul
Ana Paula Soares da Silva – Conselheira Suplente 1

APRESENTAÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresenta à categoria a publicação resultante do X Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, que propôs como temática a defesa e resistência da psicologia nas políticas públicas, além de marcar os 15 anos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.

Construir uma atuação profissional ética e crítica nas políticas públicas passa necessariamente por refletir a conjuntura social e política do país, compreendendo como tais elementos impactam o trabalho de psicólogas e psicólogos, e como é possível encontrar meios de resistência para as tentativas de desmonte das políticas públicas.

O Seminário ocorreu em dezembro de 2021, ainda no formato online por conta da pandemia de COVID-19, com transmissão pelos canais do CFP nas redes sociais¹.

O XVIII Plenário do CFP agradece à todas e a todos palestrantes convidadas e convidados e deseja que esse documento seja um importante instrumento de reflexão e qualificação da prática profissional e de reafirmação do compromisso ético-político da Psicologia. Que possa auxiliar profissionais e estudantes no trabalho juntos aos povos tradicionais, construindo práticas em uma perspectiva horizontalizada e crítica.

XVIII Plenário
Conselho Federal de Psicologia

1 Acesse o canal do CFP no Youtube.

SUMÁRIO

MESA DE ABERTURA

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega.....	8
Graça Marchina Gonçalves.....	12
Neuza Maria de Fátima Guareschi.....	19
CREPOP 15 Anos: Políticas Públicas, Direitos Humanos e Compromisso Social.....	19

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Estela Scheinvar.....	29
O Trabalho com a População de Rua: Deslocamentos do Paradigma da Garantia de Direitos..	29

APRESENTAÇÃO CULTURAL

Márcia Kambeba.....	48
---------------------	----

MESA 1: PESQUISA E PRÁTICA PROFISSIONAL

Beatriz Adura Martins.....	52
CREPOP 15 Anos: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Pública.....	52
Niara Muntu (Tathiane Auxiliadora Ramos Cortez).....	58
Maria Eunice Figueiredo Guedes.....	66
Thayná Miranda da Silva.....	73
Experiência de racialização de pesquisas no CREPOP-07/CRPRS.....	73

MESA 2: DEFESA E RESISTÊNCIA DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ionara Vieira Moura Rabelo.....	80
Marcia Mansur Saadallah.....	87
Carmen Hannud Carballeda Adsuará.....	95

MESA 3: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E DIVERSIDADE HUMANA

Itamar Sousa de Lima Junior	104
Edinaldo dos Santos Rodrigues	112
Enfoque em diferentes populações: população negra, mulheres, LGBTI+, indígenas	112
Céu Cavalcanti.....	116

MESA 4: LANÇAMENTO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS

Maria Lúcia Miranda Afonso.....	128
Introdução.....	128
Construção do Documento	129
Ajuste de Foco	129
Organização do Documento	130
Considerações Finais	132

APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NO CPAS PARA ATUAÇÃO NO CAPS

Ivana Serpentino Castro Feijó.....	134
------------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO NA GESTÃO ÍNTEGRA DE RISCOS, EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Maria Conceição Pereira.....	139
------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Iolete Ribeiro da Silva.....	144
------------------------------	-----

APRESENTAÇÃO DA REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NA REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Maria Luiza Moura Oliveira.....	151
---------------------------------	-----

MESA DE ABERTURA

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega²

*Conselheira Presidente
Conselho Federal de Psicologia*

Boa tarde! Muito boa tarde a todas as pessoas que nos assistem. É com muita alegria que vamos iniciar o Seminário CREPOP 15 anos: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas. Estou muito feliz e muito emocionada por realizarmos essa celebração. Antes de continuarmos a programação, eu gostaria de me apresentar: eu sou Ana Sandra Fernandes, sou psicóloga e estou atualmente na presidência do Conselho Federal de Psicologia. Sou³ uma mulher branca, nordestina, tenho cabelo loiro na altura dos ombros. Hoje estou sem óculos, estou vestindo uma blusa rosa, estou usando um cordão de pedras e atrás de mim tem uma parede branca.

Nossa, gente! Que coisa maravilhosa! 15 anos do nosso CREPOP, o nosso Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. É uma honra que esse marco de existência tenha acontecido na atual gestão, da qual eu participo, porque o CREPOP tem papel fundamental na atuação da nossa categoria. Papel, aliás, tanto técnico, ético quanto político. Técnico, no sentido de promover a reflexão acerca de nossas práticas. Ético, no que se relaciona com a qualificação profissional orientada a garantias de direitos. E político,

2 Texto elaborado a partir da mesa de abertura do evento. Disponível em: <https://youtu.be/D-MfRYDpXP4>

3 A autodescrição é um recurso de inclusão que amplia o entendimento e compreensão das pessoas cegas (ou com baixa visão) a respeito das características físicas, vestimentas e ambiente no qual a palestrante se encontra.

por ser o CREPOP o necessário espaço que demarca as contribuições da psicologia no campo das políticas públicas que são indispensáveis para a garantia de direitos e a transformação social.

O CREPOP é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia, que agrega o CFP e todos os 24 conselhos regionais. Toda essa capilaridade e toda essa articulação entre os conselhos têm um impacto robusto na qualificação da atuação profissional de psicólogas e psicólogos que atuam nas mais diversas políticas públicas pelo Brasil afora.

Essa tarde (e começo de noite) teremos a honra de ter a companhia de grandes nomes quando falamos de Psicologia, de Políticas Públicas, de resistências. Aqui conosco estará Neuza Guareschi, que é conselheira do Conselho Federal e coordena o CREPOP. Estarão conosco também a professora Graça Marchina Gonçalves e a Professora Estela Scheinvar, que irá realizar a conferência de abertura. Que alegria poder contar com a presença dessas mulheres tão fortes, tão potentes, dentro do nosso sistema.

O CREPOP é composto por uma grande rede de pessoas que estão empenhadas em qualificar o exercício profissional nas políticas públicas. Reúne conselheiras, técnicas, psicólogas, colaboradores, estagiários, especialistas nas comissões *ad hoc*, a quem nesse momento eu quero parabenizar pelo empenho realizado ao longo desses 15 anos. Agradeço também à Comissão Organizadora deste seminário pela escolha dos nomes, pelas contribuições por todo o trabalho realizado e pela parceria.

A presença da psicologia nas políticas públicas não é recente, mas estava restrita a alguns campos de atuação, como o SUS. Com o passar dos anos, a sociedade e o Estado passaram a entender a relevância da Psicologia para as políticas públicas, o que aumenta significativamente a demanda de profissionais. E se há essa abertura de campo de atuação, há a necessidade de que o Sistema Conselhos de Psicologia possa efetivamente orientar, regulamentar, fiscalizar o exercício profissional.

Esse movimento é fruto de um investimento público em ampliação das políticas sociais no país, buscando aumentar o atendimento à população por parte do Estado. Nos últimos anos assistimos, de forma preocupante, a uma diminuição significativa no investimento público em políticas sociais, o que afeta a população brasileira, além de comprometer a qualidade do serviço ofertado pelas trabalhadoras e trabalhadores das políticas. É oportuno dizer que, por tal razão, o título deste seminário aborda justamente a defesa e a resistência da psicologia nas políticas públicas em tempos em que talvez nunca tenha sido tão necessário defender políticas públicas. Defender as políticas públicas é lutar por uma sociedade menos desigual, é lutar pela execução do nosso Código de Ética, que, por sua vez, está alicerçado nos Direitos Humanos.

Nos últimos 15 anos, publicamos referências técnicas que abordam políticas públicas, programas e serviços que são transversais e dialogam com nossa ciência e nossa profissão. Ao todo são 23 referências técnicas disponibilizadas e, sem dúvidas, todas essas referências trazem uma imensa contribuição para o exercício profissional na ponta.

Por isso, consideramos que seria importante um grande evento para marcar esses 15 anos. E, pensando nisso, organizamos uma programação com debates que são indispensáveis diante do atual cenário que estamos vivendo. Debates que englobam a pesquisa e a prática profissional, a defesa e a resistência da psicologia nas políticas públicas e a atuação profissional dentro da perspectiva da diversidade humana. Também teremos um momento especial nessa programação para o lançamento das Referências Técnicas.

Em nome do atual plenário do Conselho Federal de Psicologia, eu quero mais uma vez fazer um agradecimento à minha colega de plenário, parceira, Neuza Guareschi, que é a nossa conselheira responsável pelo CREPOP. Quero também agradecer a todas as pessoas que fizeram e ainda fazem parte desta história. Conselheiras,

conselheiros e toda a equipe técnica que operacionaliza as ações necessárias para que todo o trabalho no âmbito do CREPOP possa alcançar psicólogas e psicólogos em todo o país.

Eu passo a palavra imediatamente, dizendo que é praticamente impossível a gente falar dos 15 anos do CREPOP e não se lembrar de uma das pessoas que estava ali no momento da sua fundação, da sua origem, e a pessoa que eu vou chamar agora também faz parte dessa história. Eu gostaria de dizer que neste momento é muito difícil a gente não se lembrar de Marcus Vinicius de Oliveira. O Marcus foi, junto com o coletivo que estava com naquele momento do CFP, o idealizador do CREPOP, o grande defensor dos direitos humanos da luta antimanicomial.

Para compartilhar este momento de homenagem, eu quero convidar nossa querida Graça Marchina Gonçalves para que ela possa direcionar a sua fala às suas palavras, em homenagem a esse grande companheiro, o Marcus Vinícius. Gostaria de passar para a Graça imediatamente a palavra e desejar a todos vocês um excelente evento. Que venham mais 15 anos do CREPOP e que venham lutas ainda mais intensas, mais aguerridas, para defender as políticas públicas, por uma sociedade efetivamente comprometida com políticas públicas, em uma psicologia inserida também nesses espaços, nessas políticas.

Um bom evento a todos vocês. Que possa ser uma injeção de ânimo para que possamos caminhar e continuar a enfrentar todos os desafios que constituem esse momento histórico, e que possamos defender efetivamente uma psicologia comprometida com a prática das políticas públicas. Graça, passo para você a palavra. Um grande evento, Neuza, beijo e abraço carinhoso. Estela, muito obrigada mais uma vez pela presença.

Graça Marchina Gonçalves

Professora de Psicologia – PUC/SP

Membro do Instituto Silvia Lane

Homenagem a Marcus Vinícius

Boa tarde, eu sou Graça Gonçalves e estou aqui como membro e representando o Instituto Silvia Lane, fazendo esta homenagem. Quero começar agradecendo ao Conselho Federal de Psicologia e à coordenação do CREPOP a oportunidade de prestar esta homenagem a Marcus Vinícius.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva, psicólogo, doutor em Psicologia, professor aposentado da UFBA, conselheiro do CFP em várias gestões, um dos fundadores do Instituto Silvia Lane, militante da luta antimanicomial, da defesa dos direitos humanos, militante da luta antirracista e pela superação da desigualdade social. Marcus Vinícius foi assassinado em 04/02/2016 e sua morte não foi até hoje esclarecida. Seguimos lutando por justiça.⁴

Estou muito feliz e honrada em fazer esta homenagem ao meu amigo, tão querido e tão saudoso. Pura emoção estar nesse lugar. Mas, emoção acompanhada do conhecimento de sua trajetória, da certeza da sua importância para a psicologia brasileira e latino-americana, para as lutas em defesa de direitos e em defesa da democracia e para a construção de um mundo melhor e possível.

Emoção carregada do afeto produzido em nossa relação de amizade. Uma amizade forjada nos espaços de produção de um projeto coletivo. E emoção plena de orgulho por saber da relevância de suas produções teóricas, acadêmicas, práticas e políticas.

4 A obra de Marcus Vinícius de Oliveira Silva, na forma de textos e vídeos, pode ser acessada em: www.memorialmatraga.com.br

Falar de Marcus Vinícius não é fácil, pela grandeza de sua obra. Mas falar de Marcus Vinícius é fácil, também pela grandeza de sua obra. Há muito o que dizer e tudo muito importante.

Marcus Vinícius é reconhecido pela discussão crítica que fez sobre a desigualdade social, pautando a necessidade de compreender esse fenômeno em seu caráter estruturante da sociedade brasileira, mas também em suas diversas expressões e em sua dimensão subjetiva. Ele provocava: **“é preciso saber qual é a subjetividade que sustenta a desigualdade! É preciso entender a subjetividade dos brasileiros como resultado de elementos complexos:”** um país rico e desigual, um país com 200 milhões de pessoas, um país com uma história de colonização e escravização longa e profunda (a sua famosa equação). Sem considerar todos esses ingredientes, não chegaríamos ao conhecimento da subjetividade dos brasileiros.

Fico me perguntando: o que diria hoje o Marcus, diante do aprofundamento da desigualdade, da fome, das mortes na pandemia... Como nos provocaria mais e mais a enfrentar tudo isso e a produzir uma psicologia atenta a essas questões e capaz de interferir de alguma forma.

Da mesma forma nos provocava: **“é preciso democratizar a democracia brasileira!”** Dizia ele, alertando, em tempos de avanços democráticos, que ainda havia muito a fazer! Nossa! O que não diria hoje o Marcus Vinícius! Quantas provocações nos faria e a toda a psicologia, para o enfrentamento do fascismo e de todas as ameaças à democracia, aquela que era ainda incipiente e que vemos ameaçada cotidianamente nestes dias sombrios.

Marcus era também reconhecido por sua visão absolutamente crítica à psicologia. Provocava todo o tempo a pensar que nossa ciência e profissão é datada, referida a um determinado contexto social e histórico. E que, assim como surgira... desapareceria... entendia ele que, apontar para o fim da psicologia, um fim que chegará, segundo sua análise histórica, nos faria mais críticos e produtivos e

nos permitiria, vejam só, fortalecer a psicologia. Essa que fazíamos e fazemos e que continuaremos a produzir enquanto fizer sentido e for necessária. Sua provocação tinha o objetivo de aprofundar nossa postura crítica, não aceitando naturalmente aquilo que pode e deve ser mudado. Não aceitando uma psicologia desligada da realidade, dos problemas sociais, satisfeita consigo mesma e cega a questões amplas e relevantes que afetam os seres humanos. Era uma forma de nos colocarmos, de maneira humilde, como categoria, participando da construção de uma vida digna, plena, feliz.

Tarefa que não pode ser apenas de um grupo, uma área de conhecimento, uma categoria. É tarefa de muitos. Ganha importância a contribuição de cada um quando analisada criticamente sua própria existência e participação nesse processo.

Também são amplamente conhecidas suas contribuições na Luta Antimanicomial, na defesa dos direitos humanos, na denúncia do racismo e na produção de uma psicologia antirracista, na luta contra toda forma de encarceramento. Muitos temas, muitas frentes de batalha foram objeto de sua reflexão e militância.

Pode parecer que não, mas tudo isso que apontei tem relação com o CREPOP, que comemoramos hoje em seus 15 anos. CREPOP cuja formulação primeira e fundamental foi do Marcus Vinícius.

Uma das características impressionantes do Marcus era sua capacidade de pensar amplo, profundo e largo, e converter esse pensamento em propostas concretas. Propostas de um projeto com horizonte aberto e vasto, democrático, inclusivo, igualitário, solidário, diverso e libertário. Mas também propostas para se trabalhar cotidianamente nessa direção, por exemplo, e não por acaso qualificando a psicologia, fazendo psicologia, existindo como psicologia. São inúmeras suas contribuições ao Projeto do Compromisso Social da Psicologia e uma delas é o CREPOP.

Várias iniciativas do CFP vinham abordando a discussão da relação entre psicologia e políticas públicas, aceitando o desafio de

pensar a prática profissional antenada com os novos tempos que se anunciavam com a Constituição de 1988 e que se concretizariam a partir de 2003. Não à toa, o lema do Banco Social de Serviços era “Há sinais de novos ventos”, apostando que, agora sim, poderíamos avançar na luta pela implementação das políticas públicas garantidoras dos direitos sociais previstos na Constituição, depois de mais de uma década de governos que apostaram na diminuição e desresponsabilização do Estado por essas políticas.

O desafio para a psicologia era se por, de maneira protagonista, nesse campo que se abria como um campo profissional (no SUS, SUAS, na Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, entre outros) e, ao mesmo tempo, como um campo que afirmava um projeto ético-político de garantia de direitos. Essa era a base do debate realizado no início dos anos 2000, nos Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas e no Banco Social de Serviços. Esses espaços consolidaram a discussão da atuação da psicologia nas políticas públicas sociais como uma discussão central para a profissão, aliando o campo de trabalho a um projeto ético-político.

Essas primeiras iniciativas, todas elas de alguma forma relacionadas a Marcus Vinícius e sua atuação no CFP, evidenciaram, entretanto, que havia muito o que conhecer e pesquisar sobre esses campos de intervenção profissional; havia muito o que pesquisar e criar em relação a práticas possíveis; havia muito a inventar de uma nova psicologia que efetivamente se comprometesse com o campo das políticas públicas dentro de um projeto ético-político para a profissão.

Muitas, muitas questões a resolver. Muitos, muitos desafios a enfrentar. O CREPOP faz parte das respostas a esses desafios e a essas questões.

A noção básica do CREPOP, de produção de referências para a prática, ponto central nas falas do Marcus apresentando a sua proposta, reúne vários dos aspectos referidos: qualificação da prática em psicologia; compreensão dessa prática no contexto da garantia

de direitos; produção de crítica sobre o fazer da psicologia; produção de parâmetros coletivos sobre boas práticas. A noção de *referências* amplamente discutida e fundamentada nesse momento, foi um ganho para a categoria, pois apontava a possibilidade de criar orientações, determinações, protocolos de ação, mas de maneira ampla e inclusiva, por meio de pactos qualificados pela própria expertise da categoria. Ideia inovadora e instigante para um conselho profissional. Desafio apresentado pelo Marcus e aceito por todos que apostaram no CREPOP e trabalharam por ele.

Também o método do CREPOP é emblemático. Viabiliza a produção de referências, mas também evidencia a perspectiva democrática: participação da categoria nas várias etapas, convite a especialistas, diversos e representativos da categoria, fosse para analisar dados levantados com os profissionais, fosse para validar e/ou propor práticas inovadoras, consolidadas, relevantes e coerentes com a perspectiva da garantia de direitos, consulta pública sobre as referências, antes de sua publicação. Um método complexo, mas que garante a solidez das propostas de referências para a prática no campo das políticas públicas.

As bases da estrutura e do método do CREPOP foram formuladas pelo Marcus Vinícius em 2005, como resposta ao fim do Banco Social (que era mesmo um projeto com data para terminar) e como um caminho potente para a continuidade da reflexão crítica sobre psicologia e políticas públicas.

É bem verdade que esse método foi sendo aperfeiçoado, muitos aspectos ficaram mais bem definidos, o CREPOP avançou bastante na produção de referências e é hoje amplamente reconhecido. Mas, suas bases, mantidas até hoje, estavam lá, nas primeiras formulações apresentadas pelo Marcus e no seu empenho em fazer vingar a proposta.

Os 15 anos do CREPOP merecem ser comemorados. Até porque hoje, mais do que nunca, precisamos defender a atuação nas políticas públicas voltadas à garantia de direitos, defendendo, antes de mais

nada, as próprias políticas e os direitos. Se podemos ter hoje essa clareza, como categoria, da necessidade desse posicionamento em defesa de políticas públicas sociais, muito disso se deve à existência do CREPOP.

Por isso o orgulho de termos tido esse companheiro tão brilhante que, com a clareza de quais lutas eram as mais relevantes, contribuiu enormemente para a organização da psicologia, para a formulação do projeto do compromisso social, para extrair o melhor de nós para essas mesmas lutas.

Saudades, companheiro, muitas saudades. Mas a alegria de ter, de você, essa memória e esse legado.

Para terminar, deixo o Marcus Vinícius falar, por meio de um de seus poemas.

CONDIÇÃO HUMANA

*Se quero o outro comigo,
Fraco, cansado ou louco,
Tenho que deixar sempre abertas,
As portas do meu coração.*

*Cem vezes terei que ampará-lo
Quando fraquejar.
o ritmo de suas pernas
Mil vezes terei que parar,
para que ele possa descansar.*

*O que nos testa no amor,

não é o grau de dificuldade,

mas, sim, sua repetição.*

(Marcus Vinícius de Oliveira Silva)⁵

5 MATRAGA, Marcus. *Poemacídios e outras mortes*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 143.

CREPOP 15 Anos: Políticas Públicas, Direitos Humanos e Compromisso Social

Considero que é desnecessário dizer a importância do CREPOP no sistema conselhos de psicologia e as mudanças que este possibilitou para a psicologia na sociedade brasileira desde a sua primeira referência para atuação profissional da Psicologia nas políticas públicas e hoje com 13 RT realizadas, 7 das quais já revisadas, 6 com títulos inéditos e com mais 8 em andamento entre revisões e pesquisas para construção de novas RT em diferentes contextos da atuação da psicologia.

No início, as preocupações se centravam no modo como o exercício profissional aconteceria, colocando em questão não apenas o modelo de atenção oferecido pela psicologia, mas também os compromissos que assumidos mediante eles. Hoje a inserção da psicologia no campo das políticas públicas possibilitou à profissão dar visibilidade a práticas menos conhecidas, participar não somente da execução das práticas nas ações e das políticas públicas, mas também principalmente da criação de políticas cujo objetivo se direciona a melhorar as condições de existência da população brasileira, possibilitando novas vias de negociação com o Estado acerca das possibilidades de exercício profissional das(os) psicólogas(os) de maneira que o CREPOP está sempre apontando outros lugares possíveis para a atuação da psicologia no Brasil.

Assim, o campo das políticas públicas sociais, em especial, envolve o paradoxo de ter referências constitucionais para sua ampliação e criação de sistemas de garantias de direitos, ao mesmo tempo

em que as investidas neoliberais retardam e muitas vezes impedem o avanço de algumas conquistas sociais – ou seja, é um campo que se constitui na contradição. Como podemos identificar em alguns cadernos do Congresso Nacional da Psicologia (CNP), especialmente no VI CNP, a partir da experiência do Banco Social, temos a primeira referência à sistematização de referências para atuação profissional da Psicologia em diferentes contextos via Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Nesse contexto, as preocupações se centravam no modo como o exercício profissional aconteceria, colocando em questão não só o modelo de atenção oferecido pela psicologia, mas também os compromissos que assumimos mediante eles. A inserção da psicologia no campo das políticas públicas possibilitou à profissão dar visibilidade a práticas menos conhecidas, participar de políticas que visavam a melhorar as condições de vida do país e abrir novos canais de negociação com o Estado sobre as possibilidades de exercício profissional das(os) psicólogas(os) de maneira que o CREPOP apontou outros lugares possíveis para a atuação da psicologia no Brasil.

Não podemos dizer que antes disso as Psicólogas e Psicólogos não estivessem presentes em políticas públicas, mas a análise, por exemplo, dos cadernos de deliberações do III CNP do Conselho Federal de Psicologia nos permite pensar que, a partir do compromisso social da profissão, a discussão sobre as políticas públicas começou a circular de forma mais ampla entre as(os) psicólogas(os), além de assumir destaque dentro do Sistema Conselhos que passou a se comprometer com a ampliação do mercado de trabalho para a(o) psicóloga(o), dentro da perspectiva de atender às demandas da sociedade.

Pode-se entender que a edição do III CNP criou as condições para que, no IV CNP, o discurso do compromisso social assumisse centralidade na qualidade de proposta de construção coletiva, como argumentam Miron e Guareschi (2017, p. 355), “para a profissão, estando evidente desde seu tema: Qualidade, Ética e Cidadania

nos Serviços Profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia”. Nas edições seguintes, as deliberações para a inserção da psicologia no campo das políticas públicas ganharam consistência em razão de duas vias principais: a defesa dos Direitos Humanos e das Políticas Públicas.

É possível compreender que, a partir desse momento, o compromisso social da psicologia passa a ser a perspectiva ético-política a partir da qual todos os temas são abordados. Ou seja, passa a ser defendida pelo Sistema Conselhos e, portanto, para a profissão, a perspectiva de uma psicologia que coloca suas práticas a serviço da transformação social, de “uma ética voltada para a emancipação humana, da defesa da democracia e das políticas públicas e da inserção em espaços de debate e conquista de direitos de cidadania” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 355). Assim, a psicologia toma como objeto a garantia de direitos da população – conforme evidenciado mais tarde no tema do VIII CNP: “Psicologia, Ética e Cidadania: práticas profissionais a serviço da Garantia de Direitos”.

Esse tema do VIII CNP se dá a partir da necessidade de garantir, fortalecer e ampliar o CREPOP como instância permanente de pesquisa e qualificação do exercício profissional, a partir do reconhecimento e organização de experiências diversas no âmbito das políticas públicas. A qualificação está diretamente associada a uma necessidade de politização do espaço das políticas públicas e da própria inserção da psicologia nesse campo, de modo que a confiança no acesso e garantia de direitos não seja operacionalizada de maneira ingênua, uma vez que diversas práticas podem reificar espaços de violência mesmo em nome do direito. Assim, se, historicamente o compromisso social emergiu atrelado a uma psicologia militante que “se opunha ao Estado, em um movimento de resistência em direção à garantia de direitos” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 359), à medida que o Estado foi também se comprometendo em alguma medida com essa garantia de direitos, outras posturas tiveram que ser inventadas e assumidas.

Portanto, o discurso do compromisso social corrobora com uma postura em que a psicologia “se mostra engajada politicamente com a transformação social, mas, ao mesmo tempo, negocia com o Estado” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 359) para ampliar seu campo de atuação profissional. Compreendemos que essa postura seja estratégica para as representações institucionais da profissão no diálogo com os agentes que representam a gestão do Estado, em busca de pontos de convergência entre interesses dos profissionais e interesses da sociedade. Entretanto, o momento histórico-político que vivemos, com ascensão da extrema direita, asseveramento de movimentos conservadores, bem como acolhimento e apoio de parcela da população no empreendimento de ações estatais violentas, “fica evidente a necessidade de reflexão sobre até onde ir nesse processo e se ele é capaz de propiciar as transformações que a profissão tem pautado” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 359).

Nesse contexto, as discussões concernentes às políticas públicas ainda remetem ao compromisso social da psicologia, discussão essa que Miron e Guareschi (2017) afirmam ser um dos mais antigos e, simultaneamente, atual para a profissão, além de fundamentalmente complexo. Nesse sentido, as problemáticas se situam relacionadas a como entrar ou permanecer no campo, e quais as práticas a serem desenvolvidas no mesmo. Pode-se dizer, assim, que “esse processo ocorre não porque o discurso do compromisso social seja uma verdade universal”, ao contrário, é em razão de sua construção enquanto discurso verdadeiro cuja emergência se situa em um “determinado momento da profissão do país, através de diferentes mecanismos de regulação que se convertem em teses e propostas debatidas e votadas pela categoria profissional representada” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 355-6).

Simultaneamente ao processo de institucionalização do discurso permitindo visibilizar uma perspectiva crítica da profissão, “em um movimento de transgressão dos discursos profissionais hegemônicos

e de resistência aos jogos de poder que colocam a psicologia a serviço das elites e do Estado” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 356), faz-se fundamental problematizar se a potência desestabilizadora carregada por esse movimento em seus anos iniciais não é, assim, reduzida, inviabilizando o movimento em direção a práticas de liberdade.

Nesse sentido, apontamos para o fato de que, após a redemocratização do País, mais especialmente a partir do Governo Lula (2003–2010), muitos militantes que até então estavam engajados nos movimentos sociais e nas lutas pelos direitos da população, entre os quais muitas(os) psicólogas(os), hoje fazem parte de instituições governamentais, de entidades conveniadas com o poder público. Essa inserção não se converteu, necessariamente, em ações que beneficiassem os públicos pelos quais antes lutavam, na medida em que, para ocupar lugares estratégicos, muitas alianças são operadas, assim como são necessárias as negociações, o que, paradoxalmente, restringe as possibilidades de empreendimento de práticas de atuação políticas que se constituem como resistência aos interesses hegemônicos.

Ainda conforme Miron e Guareschi (2017, p. 356) “esse movimento, além de não resultar no efeito esperado em termos de transformação social – ou pelo menos, ainda não faz com que haja um esvaziamento dos espaços de militância e controle social”, reduzindo o impacto e potência das estratégias coletivas de resistência aos mecanismos de gestão contemporâneos. Assim, o processo de institucionalizar a militância é uma novidade no contexto institucional brasileiro e deve ser pensado com bastante seriedade quando estão em questão as relações entre a psicologia e o Estado.

Cabe ressaltar que fazer tais problematizações não significa dizer que psicólogas(os) não devem ocupar essas posições e esses espaços, mas que é necessária certa reflexão crítica sobre os efeitos das articulações empreendidas a partir deles, dando atenção para um certo processo gradual de cooptação das práticas de resistência e de

uma nova modalidade de interação entre a psicologia e o Estado. Essa nova modalidade parece operar de uma forma muito mais complexa, uma vez que tem se sustentado em problematizações internacionais bastante avançadas em termos, por exemplo, de Direitos Humanos. Outro aspecto são as linhas de luta de diversos movimentos sociais como as políticas públicas, “o que favorece sutis estratégias de controle de parcelas da população em nome da proteção e do cuidado” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 256).

Assim, pode-se pensar a relação psicologia-Estado como estratégia de fortalecimento da prática democrática, bem como de seus espaços, especialmente com vistas à constituição de movimentos que sejam resistência, pois uma simples oposição ao Estado consistiria em uma ilusão (MIRON; GUARESCHI, 2017). O compromisso social da psicologia parece ter se tornado o discurso “politicamente correto” da profissão e os efeitos disso ainda buscamos compreender. Para agregarmos outros elementos a esta problematização, compartilhamos seu desdobramento no que se refere aos Direitos Humanos e às políticas públicas.

A partir dos cadernos de deliberações, fica evidente que os Direitos Humanos passam a ser pauta específica nos Congressos Nacionais de Psicologia a partir do IV CNP, por meio de teses referentes à questão indígena, à reforma psiquiátrica, à diversidade de raça, gênero e orientação sexual, entre outras, sendo esta pauta ampliada nas duas edições seguintes: no V CNP do Conselho Federal de Psicologia ganham destaque teses referentes à luta contra diversos tipos de violência e, no VI CNP, o debate se concentra na atuação da psicologia em áreas de vulnerabilidade social. Nos documentos referentes à edição do VIII CNP, podemos encontrar uma retomada das discussões feitas nos anos anteriores, reafirmando a promoção e a efetivação dos Direitos Humanos, bem como a intensificação das posições com relação ao fim das violações de direitos e exclusão social, fortalecendo a manutenção e permanência do debate sobre

formação em direitos humanos em consonância com a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Conforme o caderno de deliberações do VIII CNP, nos próximos três anos, o Sistema Conselhos deveria fortalecer, em parceria com os movimentos populares e sociais, a participação da Psicologia na luta pelos Direitos Humanos para as diversas categorias populacionais, empreendendo lutas pelas ações afirmativas para a garantia de direitos e efetivação da cidadania, “respeitando seus modos tradicionais de organização e de luta, no combate ao racismo, à discriminação e a toda e qualquer forma de violação de direitos, atento às normas legais” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 357).

Além disso, deveria manter o apoio para intensificar e promover ações e estratégias para a Comissão Nacional da Verdade nos estados brasileiros, fortalecendo como referência institucional os grupos de trabalho correlatos. Ou seja, deveria exercer posicionamento explícito contra as políticas governamentais que rompem com a garantia de direitos. Assim, a discussão sobre a temática dos Direitos Humanos, mediante as ações das políticas públicas, foi sistematicamente ampliada ao longo dos últimos anos e esse processo deve ter continuidade nos próximos.

Cabe, portanto, realizarmos tensionamentos com relação ao que denominamos de comprometimento com as práticas de liberdade, pois não podemos nos esquecer de que as relações mantenedoras das condições precárias e vulneráveis que incidem sobre a vida da população são cada vez mais violentas. Estamos, historicamente, atualizando nosso compromisso na qualidade de ciência e profissão, mantendo escuta e olhar atentos para as práticas que violam a vida? O nosso compromisso tem levado em consideração as problemáticas interseccionais? Temos levado para a formação em psicologia a possibilidade de pensamento crítico e atualizado sobre as problemáticas históricas e geográficas do Sul Global? As reflexões articuladas a partir do marcador do compromisso social apontam para a necessidade

de complexificarmos esse debate acerca dos Direitos Humanos e políticas públicas, indo além de simplesmente reproduzir o discurso de defesa, promoção ou garantia.

A judicialização da vida tem sido intensificada em nosso cotidiano. Para o âmbito da lei são transferidas – ao contrário do que deveria acontecer – às posturas éticas. Simultaneamente, diversos profissionais têm articulado suas práticas de trabalho com o âmbito jurídico que, “longe de garantir direitos, contribuem com movimentos de patologização, adaptação, criminalização e controle” (MIRON; GUARESCHI, 2017, p. 358). Assim, é fundamental direcionarmos nossa atenção para o percurso realizado até o presente. Esse recurso à história permite que pensemos o que e como nos tornamos o que somos bem como nos possibilita pensar em aberturas para que rupturas sejam efetuadas e a criação de algo novo seja possível. Assim, penso que devemos desmontar, repensar, problematizar e transgredir em busca de outros efeitos.

No âmbito das reflexões produzidas a partir da análise dos cadernos de deliberações dos CNPs – aqui discutidas mediante os marcadores: compromisso social, direitos humanos e políticas públicas – busca-se empreender um processo de pensamento crítico diante da complexidade que atravessa as práticas psicológicas no campo das políticas sociais públicas, especialmente no que diz respeito ao modo como a garantia de direitos passa a se configurar como objeto para a profissão. Faz-se necessário desnaturalizar o discurso do compromisso social da psicologia e colocá-lo novamente como produção histórica de um momento específico da psicologia no Brasil, evidenciando as condições que permitiram sua emergência na função de dimensão de saber que constituiu tanto as redes no contexto das políticas públicas e quanto as práticas da psicologia. Trata-se, assim, de um exercício que pretende contribuir para que o processo defendido a partir do compromisso social siga em movimento e não se cristalice em formas já conhecidas.

Nessa direção, penso que três pontos precisam ser considerados com maior atenção. Primeiro, a institucionalização do discurso do compromisso social não necessariamente se converte em práticas comprometidas socialmente, mas pode servir para dar um tom politicamente correto a antigas práticas. Segundo, a ampliação da luta por Direitos Humanos não parece acompanhada da reflexão acerca de como têm sido operacionalizadas as qualificações e hierarquizações, produzidas socialmente, em relação a quem são os humanos no contemporâneo. Esse segundo ponto implica a necessidade de análise para a conjuntura que sustenta e atravessam as práticas cotidianas, tais como as lógicas econômicas, sociais, culturais, dentre outras, que capturam as vidas e definem a forma de gestão que incide sobre elas. Terceiro, a compreensão das Políticas Públicas como mercado de trabalho e possibilidade de engajamento político para as(os) psicólogas(os), favorecendo a atualização de compromissos entre psicologia e Estado que precisam ser revisados e revisitados no contexto político atual.

Estes pontos implicam movimentos que se dão na esteira da construção da garantia de direitos como objeto para a profissão e, portanto, movimentos a partir dos quais se constroem, também, as práticas da psicologia no campo das políticas públicas. Movimentos estes que tanto podem colocar a psicologia a serviço de um antigo compromisso de manutenção de determinado equilíbrio social e, ao mesmo tempo, a serviço de um compromisso ético e político com transformações das condições de vida da população. É um quadro que carrega em si a ambivalência e a necessidade de constantes problematizações das verdades que sustentam as práticas em psicologia e que instituem formas de produção de subjetividades.

Assim, acredito que nosso principal desafio para os próximos anos são as lutas para garantia de direitos frente ao desmonte das políticas públicas que vem sendo operada pelo projeto neoliberal contemporâneo.

Referências

MIRON, A. X.; GUARESCHI, N. M. F. Compromisso social da psicologia e sistema único de assistência social: possíveis articulações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, 349-p. 362, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wmXShMqZjWBqbM7djKwqXyQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Estela Scheinvar

*Graduação e Mestrado em Sociologia – Universidad Nacional
Autonóma de Mexico
Doutorado em Educação – Universidade Federal Fluminense (2001)
e Pós-doutorados: pela PUC-SP e pela Universidade Autónoma
Metropolitana-Xochimilco
Professora Titular da Faculdade de Formação de Professores de São
Gonçalo e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e
Formação Humana, da UERJ*

O Trabalho com a População de Rua: Deslocamentos do Paradigma da Garantia de Direitos

O orgulho que sinto frente ao convite do Conselho Federal de Psicologia do Brasil (CFP) para abrir o seminário que celebra o 15º aniversário do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) tem duplo sentido.

O primeiro é pela importância que tem a prática do CFP na vida política do Brasil, sobretudo ao longo do século XXI. A contundência e a coragem de suas lutas, desde o fim do século XX, se expressa na força da sua intervenção em disputas acirradas que enfrentam padrões morais discriminadores e formas de fazer ciência genocidas. Efeito dessas diretrizes é a criação do CREPOP, de cujo aniversário também me orgulho de participar, por ser um lugar caracterizado pelo trabalho tenso, difícil, que opera pela dor, por dificuldades e

embates tanto entre psicólogos, como com outros profissionais e órgãos dos quais sua ação depende. O trabalho com pessoas em situação-limite é o trabalho com o limite de nossas misérias, que o sistema capitalista quer esconder. A existência do CREPOP é um ato de coragem e a afirmação política que fala da lucidez de grupos de profissionais que fazem estremecer modos de subjetivação que nos atravessam, interrogando os efeitos das práticas produzidas em nome de um fazer profissional, no caso: da psicologia.

O seminário de celebração dos 15 anos do CREPOP foi convocado para pensar a atuação de “psicólogos nas Políticas Públicas não apenas como espaço de trabalho, mas como ferramenta de transformação social e garantia de direitos humanos”, no contexto do “cenário das políticas públicas brasileiras, frente ao contexto sócio-político-cultural e econômico pelo que o país está passando”. Vamos, então, a alguns desafios de tal convocação.

Parte I

Estamos no fim de 2021 e temos que nos perguntar por que é relevante esta convocação. A resposta não é simples e tem diversas implicações. Delas, elejo três:

1. A importância de algumas das linhas da prática psi no Brasil, seja no enfrentamento à ditadura civil-militar instalada em 1964, seja no enfrentamento à pobreza, à desigualdade e ao sofrimento de um país que produz miséria como efeito de suas políticas públicas ou, seja ainda, na problematização das práticas psi no contexto de um debate internacional que coloca em disputa as abordagens do fazer psicológico diário.
2. A disputa de sentidos da prática profissional, em meio à qual destaco quem luta contra a criminalização da população, entendendo que os conflitos sociais não são de ordem

íntima e privada e que, inclusive os conflitos íntimos, estão circunscritos a contextos sociais e políticos que os produzem. Um exemplo é a situação de rua, que para muitos é efeito de problemas familiares, íntimos, desconsiderando tanto o contexto que joga as pessoas para a rua quanto as abordagens policiais (seja da polícia ou de outros profissionais) que julgam e punem essa população, achando que sua situação é produzida por um capricho comportamental ou por um adoecimento pessoal e familiar. A dimensão coletiva e a ordem política que produz as relações de rua ficam invisibilizadas ou até naturalizadas em muitas das rotinas de atendimento. Se há distúrbios, conflitos, precariedade material... todas as relações estão vinculadas ao modo como funcionam os serviços, à forma de organização social, ao mercado, aos olhares morais, saibamos disso ou não.

3. O contexto atual do Brasil, que não só tem produzido pobreza, mas também tem intensificado um olhar criminalizador, acusatório, de discriminação e depreciativo tanto aos que não têm recursos próprios para viver sob modelos normalizados, quanto aos que recusam tais modelos, manifestando-se por meio do seu corpo, de ações de resistência, pela afirmação de outros modos de vida, individual ou coletivamente.

Frente a tais implicações, recorro à história como recurso para não olhar os que fazem o trabalho psi pelo viés criminalizador, descontextualizado, moralizante, julgando-os. Se a proposta é problematizar o olhar criminalizador, descontextualizado, moralizante, do trabalho de intervenção social, esse não pode ser o olhar para pensar a formação dos trabalhadores sociais, dentre os quais se encontram os que disciplinarmente são definidos como psicólogos. E digo disciplinarmente, pois em muitos momentos qualquer pessoa que trabalhe na

área social se perderá nas fronteiras entre assistência social, direito, sociologia, pedagogia, psicologia ou muitas mais.

O recorte disciplinar que nos faz pensar que somos únicos em nosso saber não nos ajuda a entender que todo saber é construído politicamente, pois está inscrito em relações de poder. Assim, para pensarmos as práticas psi com a população de rua, podemos recorrer à história para entendermos que o ato de fazer um atendimento, de acolher, de se aproximar, de encaminhar, de se arriscar fisicamente, legal ou moralmente, é efeito de processos, sempre coletivos e para muito além de uma só área disciplinar. Vejamos o porquê e, um pouco, como isto acontece no Brasil atual.

Parte II

No fim do século XX, a área da criança e do adolescente emerge, na América Latina, protagonizando movimentos entendidos hegemonicamente como de avanços em favor das lutas por justiça social. Mais do que a assistência à população de maneira geral, o foco foi projetado para a área da criança e do adolescente, que orientou boa parte das plataformas de luta institucional do que conhecemos hoje como movimento social. E o movimento de maior visibilidade, por ser mais organizado e impulsionado internacionalmente, foi o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), conduzido pela Pastoral do Menor, um movimento cristão, no contexto da teologia da libertação – uma corrente oposta à ditadura instalada em 1964, ao distanciamento da Igreja dos seus fiéis e ao tradicional uso destes para facilitar relações de exploração.

Bem é verdade que o movimento da saúde pública teve também grande incidência desde os anos ditatoriais, no que diz respeito à aproximação aos grupos atendidos, problematizando o consultório individualizado e privado – mesmo fora das redes do mercado – no contexto de um movimento sanitário atento às relações sociais e políticas como componentes centrais do que se define como rela-

ção doença-saúde e dos encaminhamentos, das intervenções, das prescrições que têm a força do saber médico. É um movimento acompanhando um debate latino-americano que se fez com importantes aliados de países europeus como Itália (Basaglia) e França (Canguilhem, Foucault, Guattari) e, no Brasil, com a presença física de asilados de ditaduras de outros países, em especial da Argentina, nas figuras de Gregorio Barenblit, Antonio Lancetti, Mary Langer e Oswaldo Saidón.

Para pensar as políticas de atendimento à população de rua, entendo que a área da criança e do adolescente foi um marco central, em que prevaleceram, na década de 1980, nos últimos anos da ditadura e de maior crescimento da pobreza e de desprezo aos pobres, movimentos populares conduzidos por organizações não governamentais, impulsionados por alguns governos – inspirados nas diretrizes do UNICEF, cujo paradigma era a garantia de direitos. Os movimentos contra ditaduras enfrentaram formas extremas de repressão que se desdobravam no genocídio dos que estavam na rua, inclusive pelas forças governamentais, como a polícia. O clamor por direitos passou a ser o modo legitimado de lutar por transformações sociais combatendo a desigualdade ou, pelo menos, exigindo melhores condições de vida.

“Direitos” ou melhor “garantia de direitos” assume a forma enunciativa do desejo e da aposta na transformação das relações sociais, para enfrentar os efeitos da estrutura capitalista. Por não ter sido fruto de uma discussão refinada sobre um sistema sustentado na ordem liberal, a garantia de direitos foi assumida como uma palavra de ordem, consagrando-se como o instrumento de governo mais potente, sem o qual o discurso corrente não entende ainda hoje o que seria a luta contra as desigualdades. A lógica do Direito, naturalizada, tornou o sujeito de direito (o cidadão) no que Foucault chama de “um discurso verdadeiro” (FOUCAULT, 1996), dispensando qualquer interrogação sobre como ele é produzido e quais os seus

efeitos. Frente a uma estratégia de governo sustentada em verdades inquestionáveis, Foucault nos provoca dizendo que “é preciso que esta verdade afete o sujeito, e não que o sujeito se torne objeto de um discurso verdadeiro” (2006, p.297).

O que significaria, então, que a garantia de direitos fosse o objeto de um discurso verdadeiro em qualquer campo, como no trabalho com as pessoas que usam o espaço da rua como moradia, como espaço de trabalho ou como apoio à moradia, no contexto do século XXI?

Uma pista epistemológica importante apresentada por Foucault é pensar a governamentalidade que institui o direito como articulador das relações sociais. Entre muitos autores, Nietzsche (2000, p.56) apresenta a emergência do direito e mais especificamente do sujeito de direito como instrumento estruturante da sociedade capitalista para regular a relação entre credores e devedores. Passa a ser esse um instrumento central à vida coletiva, no contexto da universalização da sociedade mercantil, que tem no Estado a referência única para governar e, segundo autores do século XVIII, dentre os quais Rousseau talvez seja o mais conhecido, o contrato como mecanismo indispensável para a convivência social.

Se de um lado o sujeito é efeito de modos de subjetivação – no caso da sociedade liberal uma subjetividade relacionada à demanda do mercado –, pelo outro o direito é a captura desse sujeito sob relações contratuais. Estamos diante de uma construção consolidada no século XIX, no Brasil, (acompanhando o mesmo movimento em muitos outros territórios), que submete as pessoas à forma jurídica, colonizadora de todas as relações com sua perspectiva contratual, dando uma conotação transcendente, naturalizada, à lógica do direito, que está presente nos modos de governar com suas práticas judicializadas.

A referência ao direito como mecanismo central de socialização tem trazido efeitos de fortalecimento das relações liberais-capitalistas, que não têm sido problematizados nos discursos institucionais,

mesmo frente à contundência dos limites tacanhos da luta pela garantia de direitos, atribuídos a erros técnicos e vontades pessoais. Deslocada da perspectiva contratual que pré-define como devem ser as relações, a cidade de Santos produziu uma experiência coordenada por Antonio Lancetti, registrada no artigo intitulado Casa de Inverno (LANCETTI, 1993). Trata-se de um abrigo proposto para o tempo de grande frio, cuja condução abriu-se à subversão de regras, acordos e contratos pré-estabelecidos. Faixa etária, gênero, objetos que podem ser trazidos para dentro do abrigo, horários, higiene do espaço, duração da existência do abrigo e todos os critérios necessários para o funcionamento de um coletivo se encontraram com a prática sensível, o diálogo aberto, a confiança em uma população que em geral é tratada como infame. Essa vida é definida pelo coletivo, e desmancha as regras pré-estabelecidas.

O governo da população circunscrito à lógica do direito é endereçado às práticas de julgamento disseminadas em suas múltiplas modalidades, muito além do Poder Judiciário, cujo horizonte é a punição, qual seja, a prática penal, uma prática que adota o modelo da subordinação das relações a dicotomias como verdadeiro-falso, legal-ilegal, enquadradas em uma ordem discursiva que sustenta certa forma de poder, que é datada. Interesses concretos. A lei não é neutra e bloqueia lógicas contidas nas relações quando extrapolam o que é definido como regra. Atua-se pela “[...] subordinação do pensamento a um modelo do Verdadeiro, do Justo ou do Direito” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 47), que, como todo modelo, reduz a realidade inibindo as múltiplas possibilidades contidas nas relações, mutilando a força das relações comunitárias e dos poderes locais, em favor do fortalecimento do Estado, que se alimenta de uma estrutura rígida e coercitiva.

Entre os muitos exemplos cotidianos está o encarceramento de pessoas para reprimir opções sexuais ou a violência física a que os responsáveis por adolescentes lançam mão, quando estes participam

de comércios ilegais e seus familiares ficam desesperados. Dramas assumidos como familiares, íntimos, que obedecem, entretanto, a regras, exigências, normas que atravessam as famílias como parte de uma política coativa que é social, histórica e alimentada pelos profissionais nos atendimentos instituídos. Os atendimentos tendem a reforçar a família como espaço privado (DONZELOT, 1980), ameaçando-a ao exigir comportamentos que correspondam às verdades que ganham força de lei e passam a ser naturalizadas. O assujeitamento à norma, à lei, se sustenta na força moral que alimenta a privatização das relações no escopo familiar, ameaçando os envolvidos com enquadrá-los juridicamente.

O horizonte de todo tribunal sob a lógica do direito é a punição em sua forma penal. À diferença de muitas outras formas de punir, o sistema penal moderno se constrói no enfrentamento aos movimentos sediciosos, sustentado no discurso da ordem, da obediência, da lei como parâmetro disciplinar com vocação de totalidade. Sob uma moral cristã, que secularmente foi fundamental à ordem punitiva, o direito penal “[...] substituiu a vingança pela punição, a reparação pela multa, ordenando o sistema penal de acordo com uma estrutura política” (FOUCAULT, 2020, p. 176). Ao solidificar suas bases no Brasil do século XIX, o liberalismo consolidou a relação de obediência que tem força no temor a Deus como premissa das tecnologias de governo que disciplinaram, fazendo crer que a punição já não tem o sentido da vingança cristã, mas sim apenas o sentido da obediência à verdade legal. Vingança e disciplina, entretanto, são efeitos articulados, sem os quais não se preserva o poder do Estado moderno.

Permanecem atualizando-se no século XXI mecânicas de governo que, no século XIX, tomam a força de uma verdade e garantem obediência às formas de organização e funcionamento do Estado liberal burguês. Há uma renovação discursiva que reedita as premissas liberais, atualizando e fortalecendo a relação contratual jurídica, na

certeza de que todo e qualquer movimento, para além dos desejos de transformação, terão como limite o controle estatal das práticas.

Quanto mais se incentivem os indivíduos a atuar a partir da lei, mais se multiplicarão necessariamente os juízes, ampliando as instâncias judiciárias e multiplicando as necessidades de arbitragem; quanto mais a lei coloniza todos os espaços, mais a intervenção judiciária é disseminada. Entenda-se por lei não só o que é votado no Poder Legislativo, mas também ordenações, regras, regulamentos etc., que os grupos produzem para o enquadramento coletivo, na certeza de que só com ele é possível conviver. Com a ampliação do judiciário, reduz-se a intervenção administrativa, coletiva, espontânea e afetiva, e a justiça torna-se “um serviço público onipresente” (FOUCAULT, 2008, p. 204). A norma universal é um discurso-referência para intervir em nome da proteção. Conceito este que também é naturalizado como universal pelo viés moral que lhe atravessa. Toda lei “que se diz da proteção, está no terreno da moral, como toda e qualquer lei. Portanto, culpabiliza, julga e pune” (NASCIMENTO, 2016, p.135).

Que produções subjetivas estão contidas em um ideal universal? Como lidar, em nome da proteção ou do direito, com uma subjetividade pautada na lógica judiciária, que opera por meio do julgamento e da punição? As formas contemporâneas das relações sociais ancoram-se cada vez mais em arcabouços legais e, em decorrência, proliferam os espaços judiciários como única possibilidade de sobrevivência. Por exemplo, o ideal libertário que para muitos é trazido para o Brasil com a lei para a criança e adolescente promulgada em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, encurrala-se no binômio proteção-julgamento, fazendo de cada agente de defesa da lei um juiz e de cada ação um ato ou uma promessa punitiva⁶. A vida naturalizada com suas regularidades nos conforta e nos asfixia

6 Algumas análises sobre o tema podem ser acessadas em textos escritos por mim, como Scheinvar (2005, 2015, 2016).

em um movimento de adesão ao instituído e de impossibilidade de viver apenas no instituído.

Ante essa tensão, o conforto moral não só trazido pelos pregadores espirituais, mas também pelos pregadores profissionais (pastores que nos governam em consultórios, salas de aula, centros de assistência social, prisões ou foros judiciários) afirmam um saber que parece ser intocável, inquestionável. Quanto mais os profissionais estejam preocupados com a regra, a adesão às formulações discursivas que regulam a vida atualizando as lições oitocentistas – que nos mostraram e ensinaram que tudo tem um ponto de origem e um processo de evolução ascendente chamado desenvolvimento – mais acreditamos que com o saber profissional não cairemos na degeneração, na involução, na derrota e na doença⁷.

Hoje, pode-se perceber que a consolidação do pensamento liberal não só foi uma manifestação do século XIX. Em pleno século XXI, as bases que selaram a hegemonia de uma forma de exercício do poder pautada na ordem jurídica estão cada vez mais fortes, fazendo-nos crer que lutar por sua atualização seria enfrentar o sistema que se alimenta do julgamento e da punição penal. O século XIX está presente em 2021. Julgamento e punição são aclamados como técnicas precípuas no governo da infância e da juventude, convocando-nos a buscar, também nos espaços de debate acadêmico, a melhor forma de atualizá-las.

Por isso, no Brasil, temos um enfrentamento entre uma moral radical, porque estreita, e um discurso moral que se quer mais largo, mais abrangente. Porém, o discurso moral é a pauta de todos, daí a dificuldade de lutarmos com armas diferenciadas e radicalizarmos o que vivemos na pele como insuportável. Tanto cabe um discurso de proteção aos que estão em desespero na rua, quanto um discurso

7 Algumas análises sobre o tema podem ser acessadas em textos escritos por mim, como Scheinvar 2005, 2015, 2016.

oficial, como o da esposa de um governador (veiculado nas redes sociais em 2020)⁸, explicando que quem socorre aos que estão na rua fazem deles pessoas mais preguiçosas. O combate é difícil, porque não se pode combater olhares e práticas com o mesmo discurso, mesmo que contenham matizes diferentes. Foi um discurso que produziu o quadro atual. Enfrentá-lo não é melhorá-lo, mas combatê-lo. E precisa-se fazê-lo com outros olhares, com outras práticas, que não estão dadas, pois fomos produzidos por um padrão moral, técnico, filosófico. Entretanto, são os que vivem a agonia de tudo que nos constitui os que encontrarão a radicalidade para se despir e produzir outros modos não só de trabalhar, mas de fazer a vida. Não se trata só de tirar algumas pessoas do lugar de mando ou de encarcerá-las, mas de construir coletivamente a coragem de afirmar a vida pelo acolhimento ao que não sabemos como ouvir e muito menos como construir respostas.

Parte III

Algumas experiências corajosas podem nos inspirar. Elejo aqui duas, contemporâneas: Uma é o trabalho de Diana Marisa Dias Freire Malito (2021), que escreve a tese de doutorado em psicologia, “Entre a saúde e a assistência: Uma análise micropolítica das práticas de cuidado nas políticas públicas”, defendida na Universidade Federal Fluminense (Brasil). A autora relata, analisa e se refaz, a partir da sua experiência na área de assistência social/garantia de direitos/saúde, tecida com a população de rua. Outra é a pesquisa de Zelia Freire Caldeira (2021), também escrita como tese de doutorado defendida na Universidade do estado do Rio de Janeiro (Brasil) e hoje publicada: “Mães do crack”: a produção de uma anormalidade”: um estudo sobre mulheres gestantes que estão na rua, atravessadas pelas políticas de governo.

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rkzyoUwJGTc>

Início com trechos da tese da Diana Malito:

Estava desistindo do trabalho na Saúde em Niterói, saindo pela última vez do Ambulatório de Saúde Mental, quando vi a moça se arrastando no chão em direção ao ponto de ônibus. A cena não fazia nenhum sentido. Sentada no chão, se locomovia por intermédio dos braços, enquanto mantinha as pernas esticadas e imóveis. Perguntei se precisava de ajuda, esperando que ela estivesse alcoolizada ou alijada das faculdades necessárias para ficar de pé.

Sóbria e articulada, me explicou que fez uma cirurgia no Hospital Azevedo Lima, já havia passado pela assistência social de vários locais, mas não conseguiu uma cadeira de rodas. Não sei se já me senti mais impotente na vida. Balbuciei as palavras Policlínica, Assistência Social, querendo acreditar que as pessoas têm algum tipo de apoio no mundo, e sem acreditar ao mesmo tempo. Ela estava tentando benefícios por meio do CRAS de sua região e sua aposentadoria pelo INSS. A operação vai infeccionar no chão, eu disse pateticamente. Eu sei, respondeu educada. Estava de blusa e com um pano costurado como se fosse uma bermuda, mas era só um pedaço de malha rosa. Perguntar se ela era sozinha no mundo pareceu mais indelicado do que a pele arrastando na sujeira. Não tive coragem. Vamos até a Policlínica, a gente dá um jeito, tem que ter cadeira de rodas lá. Estou indo para casa, acabei de sair da Policlínica, só vim ver o negócio do meu remédio. Agora as pessoas no ponto de ônibus olhavam para nós duas. Eu estava reduzida ao chão também. Como quem toca no machucado e contrai a peste.

Não tem desfecho, não tem beleza. Fui para casa horrorizada com o que não fiz, com a sensação de que um dia responderia, junto de meus pares, por tudo que não fazemos diante do oceano de miséria no qual vivemos submergidos, enquanto falamos sobre algo. Hoje, em um outro emprego, me vejo diante da tarefa de ajudar a escrever o Plano Estadual de Assistência Social do estado do Rio de Janeiro. Leio o que já está pronto: Sistematizações. Planejamentos. Avanços.

Consolidação do Sistema Único de Assistência Social. Seguridade... Só consigo pensar nela. Eu queria escrever aquela mulher no chão. Para que todo mundo soubesse que é urgente. Que não é com café, ar-condicionado e aplausos em apresentações de data show. Que nosso trabalho não pode ser burocrático, nosso ofício não pode ser sem paixão. Mas não sei como escrever aquela mulher reduzida a nada, olhada com desprezo. A palavra não é inútil perto do corpo que...? (MALITO, 2021, p. 8).

É a própria autora que dá a mão à Clarice Lispector para nos ajudar a sentir o que não cabe em palavras e em revoltas o que tem se tornado o trabalho de assistência e cuidado: “A bondade me dá ânsias de vomitar. A bondade era morna e leve, cheirava a carne crua guardada há muito tempo. Sem apodrecer inteiramente apesar de tudo. Refrescavam-na de quando em quando, botavam um pouco de tempero, o suficiente para conservá-la um pedaço de carne morna e quieta” (LISPECTOR, 1998, p. 19). Trabalhar em lugares como o CREPOP mostra o limite da bondade pelos seus efeitos apaziguadores. Sobre implicação, dirá Lourau (1988). Desespero, expressa Malito, por ver-se frente à necessidade de responder, junto a todos os que habitamos esse universo chamado de proteção, “por tudo que não fazemos diante do oceano de miséria no qual vivemos submergidos, enquanto falamos sobre algo... “. Em nossos corpos, habitam os limites e as recusas ao que temos contribuído a produzir no compasso de uma moral que nos conforta e nos destrói.

Zélia Caldeira coloca, em seu livro, a bondade, a preocupação e a ocupação com as gestantes dependentes de entorpecentes moradoras das ruas, a nu. Acompanhando a vida diária dessas mulheres, Caldeira nos traz o distanciamento das técnicas e das formulações legais, ancoradas na moral, dos modos de existência nas ruas. As descrições impedem a definição de padrões, como o sistema de proteção quer. Muito pelo contrário: ter como ferramenta para intervir

modelos contribui para que os corpos das mulheres que ocupam as ruas sejam tratados como objetos.

Em contraste, as práticas espontâneas que falam de um acolhimento destemido da moral instituída e das normas legais apresentam desenhos potentes das vidas inaceitáveis porque ingovernáveis. Elas não cabem no olhar que escreve uma lei ou que faz um atendimento obstétrico: “As péssimas condições em que se encontram (sujas, drogadas) dificultam muito um exame mais cuidadoso. [...] A equipe é despreparada. Não entendem que essa paciente tem que ter um atendimento específico” (CALDEIRA, 2021, p. 165). Como reconhece uma médica que atende as gestantes que circulam pela rua, são elas as que não cabem nos procedimentos e protocolos de um atendimento padrão que sequer imagina a diferença como possibilidade de vida. Vida como norma, padrão, engessamento do olhar e do sentir.

Tudo o que compõe um campo de trabalho como o do CREPOP é de caráter urgente. Mais urgente ainda porque, entre tantos assuntos que afligem o Brasil do início do século XXI, dificilmente seria incluída na lista das urgências a vida ignóbil dos que têm a rua como morada e, dentre estes, das que se atrevem a procriar. Iluminar vidas infames não é fazer uma história, diz-nos Michel Foucault, mas “uma antologia de vidas. Existências contadas em poucas linhas... desgraças e aventuras...colhidas em um punhado de palavras” (2003, p. 203).

Vidas que assombam não pelo que são, mas sim pelo que dizem de nós mesmos. Pesquisar a vida de moradores de rua, muito especialmente no caso de usuários de entorpecentes e, entre eles, especialmente de gestantes, não é falar deles, mas de nós: dos lugares que produzimos, das relações de desprezo e subalternidade que sustentamos, dos limites em que enquadramos tais existências e as nossas como trabalhadoras. Nojo. Repulsa que se espelha em um grupo que não é outro que uma das expressões limite do nosso tempo: dos nossos valores, das nossas crenças, do que chamamos humanidade. Que valores, crenças, concepções de humano nos

levam a olhar para essa população, para um grupo de PESSOAS como se nada tivéssemos a ver com a sua existência? Ou como se fôssemos vítimas de modos de vida que não se querem governados e controlados?

Essas vidas não brotaram no solo em que são encontradas. Ou talvez sim. Pois é nesse solo que adquirem visibilidade. É lá que se instala o encontro. Só na condição de infames elas fazem surgir discursos nas mais diversas áreas e nos mais díspares sentidos. Elas estorvam. Essa sua importância. Não são vidas resignadas à pobreza, ao silêncio subordinado exigido ao bom pobre e aos desajustados que nos envergonham. Recusam ficar trancados em suas casas ou, se não tiverem casa, em sua solidão, escondidos dos nossos olhos. A vida em estorvo é o que lhes confere força. Produção de saberes na forma de tiros, recolhimento, leis, abrigos, ódio, piedade, sentenças. “Toda crença no valor e na dignidade da vida se baseia num pensar inexato; (...) porque cada um quer afirmar somente a si mesmo”, ensina Nietzsche (2000, p. 39). Dar luz a certos grupos é distanciar-se da miséria humana, que torna alguns objeto das políticas e saberes que colocam em destaque os que se vangloriam ao dizer que com essas pessoas se preocupam.

O CREPOP bota à nu vidas que se querem ocultas.

Trabalhos como os citados acima e de todos os que fazem o CREPOP mostram que são estas mesmas pessoas “suas, loucas, drogadas”, que expandem a vida quando constroem estratégias para escapar das mecânicas fascistas de governo que querem eliminá-las, negando-lhes a condição familiar, sanitária, pedagógica, laboral e, no caso do trabalho com as gestantes, materna, sentenciando e executando a retirada dos seus filhos ainda em vida intrauterina: “esse aqui ninguém vai me tirar porque não vou para o hospital na hora dele nascer...” (CALDEIRA, 2021, p. 136).

Práticas e escapes se encontram com a moral que sustenta o ideário jurídico no que se ancora o olhar técnico do exército de espe-

cialistas que se gaba de defender a sociedade. Modos de funcionar que respaldam os que dão sustentação a uma sociedade mercantilizada, objetificada, que defende a acumulação privada – que inexistente sem a pobreza. Não se trata só de um sistema de exploração material, mas sobretudo – e a inflexão que me parece particularmente relevante ao celebrar os 15 anos do CREPOP – de um modo de subjetivação que destitui as relações da sua dimensão histórica, política e ética, quando criminaliza individualmente existências, tendo como estrutura analítica um padrão caracterizado pela repulsa à pobreza ingovernável. O que está em questão não é ter ou não uma vida sem entorpecentes, dar um banho ou um prato de comida, mas tê-la sem que seja exposta aos quatro ventos e sem depender de apoio público. O julgamento tem recorte econômico, cultural e racial. Ele se dá no tribunal do Poder Judiciário, bem como nos infinitos tribunais que nos constituem com o poder do exercício profissional, da condição de uma pessoa que pode pagar suas contas, que tem garantido um cobertor para agasalhar à sua família. Algumas pessoas são julgadas como doentes, outras, como infames.

Abrindo-se aos relatos da vida dos que chegam aos serviços públicos para pobres e em particular os que são objeto de trabalho do CREPOP, entramos em contato com o chão em que as pessoas dormem, se drogam, comem, se divertem, são espancadas, roubadas, batem nos outros, amam, são extorquidas pelos agentes governamentais responsáveis por zelar pela ordem, constituem núcleos afetivos, enfim, têm uma vida com afetos, amarguras, medos e sonhos. O desafio é o encontro com eles, subvertendo a condenação, interdição ou sublimação.

É inadiável este debate proposto pelo CFP, dada a explosão por todo o país da prática de eliminação das pessoas que ficam na rua, pedindo se que não lhes dê comida, ameaçando aos que o fazem, retirando filhos intrauterinos ou ao nascer, queimando prédios ocupados no meio da noite... Uma realidade que acompanha o avanço de uma

moralização exacerbada das relações familiares, que amplia a gama de atribuições a serem assumidas de forma privada. São tempos em que serviços públicos são retirados e os profissionais têm cada vez menos condições de construir, ao lado dos que se propõem a atender, saídas, escapes, encaminhamentos que fujam da rede coativa mortífera. Desde 2018, as políticas oficiais do governo federal, de alguns estados e de algumas cidades incentivam e apoiam práticas de morte e desprezo, que são mais contundentes que as de abandono. Não se trata de trabalhar apenas com as equipes no campo de intervenção, mas sim de entender como os modos de governar incidem no direcionamento das ações destinadas à chamada população de rua.

O trabalho do CREPOP não é um trabalho de/para/sobre eles. Antes, fala de nós. Do que nós somos, de como somos, de como sentimos e do que fazemos com os que chamamos de eles, com o poder do exercício profissional, sem nos darmos conta de que eles não são os outros: embora em um lugar de poder muito distante do nosso, eles são nós mesmos.

Referências

CALDEIRA, Zélia Freire. **“Mães do Crack”**: a produção de uma anormalidade. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Trad.: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997. V. 5.

DONZELOT, J. **La polida de las familias**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Teorias e instituições penais**: curso no Collège de France (1971- 1972). Trad.: Rosemary Costhek Abilio. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

LANCETTI, A. A casa do inverno: notas para a desinstitucionalização da assistência social. **Rev. Saudeocura**, v. 4, p. 71-84, 1993.

LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008.

LOURAU, R. Implication et surimplication. **Revue du MAUSS**, n. 10, 1988.

MALITO, Diana MDF. **Entre a saúde e a assistência**: uma análise micropolítica das práticas de cuidado nas políticas públicas. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2021.

NASCIMENTO, Maria Livia. **Proteção e negligência**: pacificando a vida de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Nova Aliança, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHEINVAR, E. Avanços e limites da legislação: o caso da infância e da adolescência. **Revista de Estudios Sobre Juventud**, México, D.F., n. 22, p. 298-313, 2005.

SCHEINVAR, Estela. A aplicação do ECA tem se desviado da sua proposta original: Estado de direito e formação discursiva no campo da criança e do adolescente. In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015. v. 1, p. 103-14.

SCHEINVAR, Estela. **Saberes desvanecentes? Movimentos por direitos de crianças e jovens**. In: RODRIGUES, Heliana de Barros, PORTOCARRERO, Vera, VEIGA NETO, Alfredo (org.). **Michel Foucault e os saberes do homem**. Curitiba, PR: Editora Prisma, 2016. v. 1, p. 135-44.

APRESENTAÇÃO CULTURAL

Márcia Kambeba

*Nascida na aldeia indígena Belém do Solimões no AM
Graduação em Geografia na UEAM e
é mestre em Geografia pela UFAM
Escritora, poeta, fotógrafa, locutora, compositora, educadora,
atriz, palestrante sobre assuntos ambientais
e indígenas no Brasil e exterior
Atualmente é Ouvidora-Geral do Município de Belém/PA*

Obrigada. Quero dizer que é Márcia Kambeba. É porque é muito importante para mim que meu povo, o nome do meu povo seja dito correto. Obrigada.

Então vou declamar aqui um canto, um canto⁹ de mentoria na língua do meu povo e, em seguida, uma poesia.

9 Canto retirado, a pedido da convidada, por se tratar de uma produção coletiva do povo Kambeba. Disponível no canal do YouTube do CFP: “Seminário CREPOP 15 anos: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas – Abertura”.

Poesia:
Depois do amanhã
Quando as vozes calarem
E a flecha não mais voar
Quando a terra rachada
Os pés não puderem pisar
Nesse dia surgirão novos
guerreiros
Nova era se confirmará.

Queremos história
A onça voraz
Na voz do curumim
Extinção jamais!

As árvores então falarão
As pedras também vão falar
Expressando tristeza e pavor.

Sapopemas gritarão por nós
Porque sempre existirá
Aquele que sabe mandar
O outro calar sua voz.

Confio no abraço do parente
Na era dessa curuminzada
Filhos da gente
Que já nascem sabendo o que é
dor
Que a terra deve ser cuidada
Com a vida, carinho e amor.

Quando nossa geração se for
Restarão a canção e a poesia
Restará o retrato falado
De quem em vida na resistência
lutou.

Restarão o livro que o indígena
escreveu
A filmagem de quem entendeu
Que na vida não se vive por viver
A vida não é só aqui
O que fazemos de bom
O mundo precisa sentir.

No dia em que a nossa geração
se for
Certo que continuará a alegria
E a meninada entenderá a
diferença
O respeito à diversidade
Porque a interculturalidade
Se vê nos traços da cunhã e
curumim
O resto é invenção que só se lê e
não se vê.

No dia em que nossa geração se
for
Restarão a pedagogia da aldeia
A psicologia da floresta
Para tratar a dor da alma
Pelo olhar do curumim que falou:

Sou a flecha do amanhã
Sou árvore em pé
Sou rio correndo vivo
Sou a força da mulher
Sou curupira, sou pajé
Virando sucuri na beira do igarapé.

Sou a cultura parindo educação
Com a parteira de cócoras no chão
Segurando sua mão.

Sou a chave que abre a algema
E liberta do preconceito e perversidade
Sou a porta que leva ao saber
Sou a cara da aldeianidade
Sou ponte ligando as ideias da mocidade.

Do meu terceiro livro: Saberes da Floresta. E desse jeito a gente vai trazendo essa interculturalidade, mostrando que essas políticas públicas que a gente luta, que a gente busca para os povos da aldeia e da cidade precisam ser entendidas por toda a classe social. E a universidade também é um direito nosso. E a universidade também precisa fazer essa ponte, compreendendo os nossos saberes interligando mundos, entendendo que a interculturalidade e o que é fazer resistência colonial, que é o que eu busco com a minha literatura, com a minha música. Muito obrigada.

Referências

KAMBEBA, Marcia. **Saberes da floresta**. 1. ed. [S.l.]: Jandaira, 2020.

MESA 1: PESQUISA E PRÁTICA PROFISSIONAL

Beatriz Adura Martins

Professora adjunta do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói/RJ

Ex-técnica do CREPOP

CREPOP 15 Anos: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas

Bom, primeiro queria agradecer o convite do Conselho Federal para estar aqui. Agora que ouvi a minha apresentação, falada pelo Mateus, percebi que tem uma coisa principal, que foi justamente a minha experiência como técnica do CREPOP durante alguns anos no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Penso que isso, de alguma forma, obviamente compõe a minha prática, em que me situo hoje, como professora da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, professora de Psicologia, e que jamais poderia estar descolado, porque a experiência de estar dentro do CREPOP, sem dúvida nenhuma, constitui a pesquisadora que eu sou hoje, o modo que eu estou hoje fazendo pesquisa também na Universidade Federal Fluminense.

Hoje queria trazer para nossa discussão alguns pontos que acredito serem relevantes, mesmo tendo só 10/15 minutos para a conversa. Eu vou pincelar coisas, não esgotem aprofundar questões,

nesse sentido com o debate talvez a gente vá aprofundando e no decorrer da vida também, quem quiser saber mais, a gente vai trocando.

Penso que o primeiro ponto que o CREPOP, que vai buscar pensar e mapear as práticas psis, precisa afirmar é a inseparabilidade entre o campo de análise e o campo de intervenção, e que isso deveria ser colocado em qualquer pesquisa em psicologia. Muitas vezes a gente toma das pesquisas exatas uma divisão que eu acho bem complicada, que são pesquisas aplicadas e pesquisas teóricas, neste sentido o CREPOP traz um problema inerente a ele, que é a inseparabilidade entre o que vai ser a teoria, ou seja, o que vão ser as orientações e o que é a prática, sobretudo porque muitas vezes são os próprios psis que estão fazendo essas pesquisas. Isso foi para nós no Rio de Janeiro muito forte. Quando a gente ia fazer os grupos, por exemplo, onde faríamos o mapeamento das práticas a gente via que geravam práticas. Então, o fato de o Conselho Federal de Psicologia lançar o CREPOP, lançar uma pesquisa, por exemplo, uma pesquisa em CAPS, já gerava um campo dessa pesquisa e, ao mesmo tempo, já fortalecia práticas “capsistas” que aconteceriam a partir da pesquisa.

Então, podermos nos debruçar nessa inseparabilidade entre aquilo que é campo de análise e aquilo que é campo de intervenção é fundamental. Nós não dizermos campo e teoria, mas sim afirmarmos uma teoria que só é possível a partir do campo analítico e esse campo analítico é inerente ao campo de intervenção é fundamental. Então, eu queria iniciar já a nossa manhã com esse problema, essa questão que o CREPOP traz.

Um ponto que eu acho também importante de trazer são as orientações, e aí sim eu tenho vários, vários caderninhos do CREPOP aqui, e acabei não trazendo nenhum para a live, são várias questões que materializam as pesquisas, ou seja, os caderninhos trazem para nós orientações, e não normas, mas também é um ponto que eu acho que é muito além da pesquisa do CREPOP em si e das orientações. O CREPOP, suas práticas e orientações ocupam um espaço de ação

reflexiva sobre a psicologia em si, e não somente sobre práticas isoladas. Subverte um ensinamento psi, que infelizmente ainda perduram nas universidades de psicologia, sejam elas privadas ou públicas, a afirmação de que a prática da psicologia é individual centrada, a partir de um corpo isolado ou de um corpo orgânico.

A existência do CREPOP nos fortalece em nosso cotidiano e nos dá legitimidade para pensar-afirmar uma prática pública para uma psicologia que é pública, uma prática coletiva para uma psicologia que precisa se fazer coletiva. De alguma forma, como nós vamos afirmar pesquisas em psicologia, que não mais se baseiam no indivíduo. Esse indivíduo que é forjado, esse indivíduo que de alguma forma é produzido ali no final do século XIX, início do século XX, principalmente na Europa, e se perduram até hoje para nós. Isso é o hiato na academia e de alguma forma, mesmo com as mudanças epistêmicas e metodológicas que vêm poluindo uma psicologia de ser pura e neutra. Já temos avanços nesse sentido, mas o que quero afirmar aqui é que as afirmativas do CREPOP não servem só para a prática que ele está mapeando. Não servem só para pesquisa, por exemplo, em CAPS, para pesquisas, na Atenção Básica, para a pesquisa em Educação. Ele vai interferir e fazer existir uma psicologia que está completamente ali invisibilizada.

Eu me lembro das pesquisas de Medidas Socioeducativas, por exemplo, o quanto a gente fazia aparecer práticas que não eram visibilizadas e que essas práticas que não eram visibilizadas podem criar tensões naquilo que a gente está produzindo como teoria. Por isso que eu falo dessa inseparabilidade. Não dá mais para a psicologia permanecer produzindo teorias para indivíduos que hoje, no meu ponto de vista, são abstratos. Para indivíduos que já existem antes da própria psicologia.

Não podemos esquecer que, ao produzir uma teoria, a gente produz também aquilo que a gente vai estudar. Achar que o objeto é neutro, achar que o objeto que está lá é independente da nossa

intervenção é no mínimo ingênuo. E eu acredito que as experiências do CREPOP têm trazido isso, tem trazido isso para nós, tem nos apoiado. Agora, também quando a gente está na universidade tentando trazer outras experiências, lançamos mão dos caderninhos do CREPOP. O fato de hoje a gente poder estar inserido nas ruas, a gente poder estar legitimado nos espaços não instituídos da psicologia, não só num consultório individual. É importante que a gente possa se referenciar também; porque, mais do que o CRP nos fiscalizar e o Conselho Federal nos fiscalizar, ele também garante que algumas práticas a gente pode fazer. Ontem mesmo estava dando aula, dou aula de Práticas Transdisciplinares e Institucionais na UFF e estava colocando um pouco dos exemplos das nossas nas nossas andanças. E os alunos me perguntaram: mas, professora, então a gente pode atuar na rua? Foi fundamental eu poder dizer que o próprio conselho garante essa atuação e, portanto, uma prática instituída da psicologia.

Assim, cabe de alguma forma ao CREPOP e a nós, como pesquisadoras da universidade, fortalecer gramáticas não normativas para a experiência em psicologia. E aí, colocando a universidade também como um serviço da rede, tanto a rede de educação como da rede de saúde da rede de assistência, a universidade ela é um serviço também. Então, o CREPOP precisa nos mapear, fazendo essa discussão que nós não somos soberanos a experiência do cotidiano. Nós também, de alguma forma, participamos da experiência do cotidiano. Então nos cabe fortalecer gramáticas não normativas. E aí tem uma contradição. É uma contradição inerente também à própria natureza do CREPOP, que é criar referências que fortaleçam gramáticas não normativas, produzindo caderninhos normativos. Então essa tensão nunca pode deixar de existir no CREPOP, assim como nunca pode deixar de existir nas nossas experiências de pesquisa. Nossas pesquisas, elas não podem servir para falar para ninguém, mas de alguma forma afirmar e dar sentido, muitas vezes, a experiências que estão isoladas e que de alguma forma então se enfraquecem por

não se perceberem coletivas e por não se perceberem referenciadas. Então acredito que, mais do que criar referências abstratas, o CREPOP precisa legitimar experiências que já existem, de modo então, que, ao criar as referências, as orientações, elas partam justamente de práticas que a gente não sabia que existia.

E eu acho que isso é bonito e foi isso também que eu aprendi como pesquisadora e técnica do CREPOP no Rio de Janeiro: chegar a territórios e ver como a galera estava fazendo, isso foi muito bonito. A gente saía dos grupos com profissionais e esses grupos permaneciam independentemente mesmo do próprio CRP continuar neles. Por quê? Porque na própria experiência de fazer a pesquisa, de fazer referência, esse instrumento do CREPOP de fazer grupos otimizavam práticas que já existiam em muitos territórios. E aí a gente consegue, ou pelo menos tenta, porque não é fácil, fazer pesquisas completamente referenciadas. Então vão ser referências, mas também referências referenciadas, e não mais normas no sentido de regulamentação, no sentido daquilo que vai cair pesado sob os profissionais. Precisamos sempre pensar nisso: como nós, como pesquisadores da Academia, das universidades e pesquisadores que estão nos espaços de pesquisa no geral, como ONGs e o próprio CREPOP, não nos apresentamos como mais um braço mandante, de medo, e como mais um braço policialesco das experiências do cotidiano?

Eu brinco que as experiências psis cotidianas são lindíssimas e que muitas delas não são faladas com medo da perseguição, seja ela perseguição de cunho e de uma psicologia extremamente conservadora, que nem cabia a gente chamar de psicologia, mas, infelizmente, a gente ainda precisa chamar, ou ainda chama, porque se diz psicologia. Ou seja, dessas experiências de pesquisa, que quer dizer na prática, o que ela tem que fazer. É por isso que eu gosto sempre de afirmar a universidade, ou próprio Conselho Regional ou próprio Conselho Federal, como serviços; e nesse sentido, fazendo parte daquilo que é pesquisado. Bom, pessoal, eu não quero me estender e muito menos

estourar meu tempo, não acho legal. Então quis trazer, na verdade, alguns disparadores. Fico aberta para conversas e sempre aberta para o Conselho Federal e os Conselhos Regionais.

Obrigada.

Niara Muntu (Tathiane Auxiliadora Ramos Cortez)

*Psicóloga atuante na área clínica
Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense
(UFF-NITERÓI)*

Primeiramente, saúdo quem abriu os caminhos para que eu estivesse aqui: Pretos e Pretas, Indígenas nesses e desses saberes que hoje chamamos e conhecemos como psis (psicologia, psiquiatria e psicanálise). Meu ponto de partida é “nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás”¹⁰, logo as palavras aqui expostas estão localizadas e, principalmente, são desejo e a concretização da história como ação, a qual é feita também por africanos e indígenas.

Se a história é ação, há de se ter em vista que rememorar, narrar e recontar também fazem parte desse ato. Assim, por onde hei de começar? Pelo empréstimo a partir da identificação, retratada pelo seguinte poema:

Saúde, substantivo feminino,
Sentimento íntimo,
Um bem-estar.
Lugar, substantivo masculino,
Há de se chegar
[...]
Num ato de amor,
O alívio da dor
Na extensão do outro em mim,
Ofereço, divido
Experencio, incido

10 Significado da Adinkra Sankofa, que é um símbolo do povo Akan (ou Acã) de Gana (África Ocidental). As adinkras são símbolos que carregam mensagens em nível simbólico como uma mensagem filosófica.

Em toda minha humanidade
(Saúde, Meu lugar – Andreia Beatriz)

Saúde. Lugar. Propósito. Amor. Eu. Coletivo. Experiência. Humanidade são mais do que palavras. São pilares que orientam o meu trabalho como psicóloga clínica, pesquisadora e professora. Três funções que se fusionam. E como isso tem sido produzido?

Costumo nomear meu trabalho clínico como uma *perspectiva racializada e contracolonial*¹¹. Isso quer dizer que reconheço e incorporo em meu fazer profissional a localização de ser Preta¹² em um território indígena (é isso que o Brasil¹³ é!) em uma ciência (psicologia) erguida em um e para um contexto social em que foi instituído aos meus antepassados, a atribuição de degenerado, de problema social, de “*elemento negro*”¹⁴. Tão evidente quanto isso é o fato de que, nessa localização, eu afirmo que nós, Povo Preto e os Povos Originários desse território, somos produtores de modos próprios de sentir, de se relacionar, de compreender, de cuidar, de curar, de tratar, de prevenir. Isto quer dizer que nós fazemos e temos nossos modos de vida, temos as nossas culturas.

Se assim somos e fazemos parte de um país de maioria populacional negra e indígena, ainda que inversamente proporcional

-
- 11 Referência à obra “Colonização, quilombos: modos e significações”, de Antônio Bispo dos Santos.
 - 12 Preto/Preta está grafado em maiúsculo como forma de expressar a noção de unidade entre os povos africanos e afrodescendentes na diáspora do Brasil, além de demarcar a localização de Ser (africano/afrodiaspórico). Nesse caso, o termo é usado como afirmação política e engloba retintos e não retintos.
 - 13 A escrita está em letra minúscula para evidenciar a compreensão de que este país é antiafricano e anti-indígenas. A escrita também é política.
 - 14 Ver discussão em: MARTINS, Hildeberto Vieira. *Psicologia, raça e racismo: breve análises de suas bases históricas*. In: PORTUGAL, Francisco Teixeira; FACCHINETTI, Cristina; CASTRO, Alexandre de Carvalho (orgs.). *História social da psicologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2018.

ao que temos nas cadeiras docentes e discentes nos cursos de psicologia, como então responderemos às perguntas feitas por Abdias Nascimento em 1980?

como poderiam as ciências humanas, históricas – etnologia, economia, história, antropologia, sociologia, psicologia, e outras -, nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos socioeconômicos diferentes, prestarem útil e eficaz colaboração ao conhecimento do negro, à sua realidade existencial, aos seus problemas, aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa ou nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação. (NASCIMENTO, 1980/2009, p. 206)

Vejam, ainda que não seja dito ou colocado como tema específico em uma aula ou de uma disciplina, as relações étnicas-raciais estão presentes e são centrais, pois todos nós somos racializados, nesse momento da história da humanidade e nesse país. As nossas relações sociais são relações raciais. Se assim não fosse, por que aquilo que aprendemos como ciência psicológica é somente a centrada na Europa e no povo branco-europeu/anglo-saxão?

As perguntas aqui registradas são produzidas “no chão” do fazer clínico, da pesquisa e da aula. Hoje, ao atender na clínica pessoas pretas, indígenas e brancas, é impossível me abster de toda história que minha existência-corpo é, representa e faz. Essa é uma via de mão dupla.

Com certa frequência, nesses encontros com as/os pacientes, somos arremessados para 1500-1888. Isto me mostrou o quão vivo é e está o imaginário escravista-colonial. Por outro lado, se pensarmos nesse mesmo período incluindo os dias de hoje, podemos lançar mão

de uma revisão histórica e do combate ao falseamento da história promovido pelo sentido de mundo¹⁵ ocidental/eurocristão.

Assim sendo, afirmo que os povos preto e indígenas produzem condições existenciais distintas da morte, da submissão, da inferioridade e da subalternidade. Dizer isto não é negar os efeitos adocedores e mortíferos, em nível subjetivo e físico, da colonização e da escravidão de africanos e de indígenas. É garantir que não continuemos despossuídos de nossa própria história de vida, feita antes e durante esses processos, mas também no aqui e no agora.

Dessa maneira, o trabalho clínico desenvolvido junto a pacientes Pretos, para além do intervir sobre a queixa, promove a identificação racial positivada¹⁶ de *ser negro* a partir do despertar africano (africanização)¹⁷. De modo geral, o trabalho clínico também almeja a potencialização do desenvolvimento da consciência racial, localizando a pessoa em sua própria história: individual e coletiva. Isto me remete àquilo que a nossa grandiosa mais velha¹⁸, Conceição Evaristo (2021) diz que “é impossível continuar a história brasileira ou marcar a nacionalidade brasileira negando uma matriz africana.

15 Para acessar mais ver: NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias diante do racismo: teses para o bom combate. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, RS, v. 44, n. 2, 2019.

16 A imagem de pessoas negras historicamente é associada à depreciação, inferioridade, ausência de beleza, atraso e todo conjunto de representações negativas produzidas e reinventadas no ideário colonialista. Para mais informações consultar Grada Kilomba (2019), Franz Fanon (1952/2020), Neusa Santos Souza (1983).

17 Embasando-me na produção intelectual e cultural africana e afrodiaspórica, apresento aos pacientes a história social Preta no Brasil, a qual, diga-se de passagem, não é a escravização, pois esse é um fragmento da história. Além disso, disponho-me a analisar e interpretar os conteúdos expostos e produzidos pelos pacientes e na sessão a partir desse embasamento, afinal compreendo que a constituição de sujeitos negros é própria e a psicologia ocidental está alicerçada em uma concepção específica de ser humano, a saber branco/europeu de um contexto distinto da formação social brasileira.

18 O uso desta palavra refere-se à ancestralidade, sabedoria, experiência, referência e respeito.

No atendimento com paciente indígena, a linha mestra foi “Pôr a psicologia a serviço dos povos indígenas”, como muito ouvi da querida Vanessa Terena, indígena e psicóloga aqui em Mato Grosso do Sul. Foi a partir da experiência de trabalho pela RASMI (Rede de Apoio à Saúde Mental Indígena) que tive a oportunidade de OUVIR a história de uma indígena e de seu povo, mas também e, em certa medida, a minha. Digo isso porque a história dos africanos nesse país é também com os povos originários, pois ambos construíram um legado contra colonial. Entre as experiências produzidas, pude admirar o pulsar da espiritualidade¹⁹ e dos encontros forjados pelas ancestralidades/encantados.

Nesses atendimentos, destacou-se também a constatação de que a lógica da razão científica ocidental não dá conta de entender e explicar os processos psicológicos, comportamentais e sociais que ali apareceram. Deixando-me como saldo o conhecimento de que há um grande mundo em se tratando de modos de compreensão, de cuidados, os quais os povos indígenas fazem, produzem e reinventam.

E o trabalho com pacientes brancos? Bom, essa é uma experiência bem interessante, afinal todo aparato das teorias psicológicas em nossa formação é centrado no sujeito e na sociabilidade branca. Sem dúvidas, para a população branca brasileira é válido que essas teorias sejam apropriadas de forma crítica devido à própria formação histórico-social do Brasil, ainda que seja de branco para branco.

Compreendo que o atendimento com esse público pode ser uma oportunidade de trazer para o palco a experiência de ser branco, ou seja, ser parte de um grupo étnico-racial que goza físico e simbolicamente de benefícios em relação ao meu próprio grupo étnico-racial e a dos povos originários dessa terra. Dessa forma, coloco a branquitude em cena. Entre os episódios que vivi nas sessões, há o que diz do

19 Espiritualidade não é sinônimo de religiosidade, religião. O que se trata aqui é da dimensão mais íntima do Ser, uma forma integral de Ser e de relacionar-se com o universo.

próprio exercício de poder em ser branco, ou seja, o racismo; além disso, foi também possível evidenciar a relação entre a dinâmica psicológica/comportamental e o processo de socialização branca.

Por isso tudo, considero que não há atuação profissional de nós, psicólogas (os/es), que já não seja racializada ainda que você diga que não trabalhe ou não tenha estudo sobre “a temática racial”. Racismo, raça e relações étnico-raciais fazem parte da construção e da dinâmica da sociedade em que vivemos. É parte da ciência e profissão que estamos construindo e chamamos de nossa. Se a única forma de psicologia que conhecemos e nos propomos a produzir é a europeia/anglo-saxã e se ela, até esse momento, é a hegemônica, então essa condição é mantida na base da invalidação e do silenciamento de outros saberes e principalmente de outros povos.

Para aquelas(es) inquietas(os) e dispostos a ruir essa monocultura psicológica, os caminhos já foram e estão abertos na psicologia/psiquiatria/psicanálise, afinal temos o legado de Juliano Moreira, Virginia Bicudo, Neusa Santos Souza, Frantz Fanon, Wades Nobles, Roberta Federico, Ariane Kwanza Tena, Liziane Guedes, Andressa Moraes, Jeane Tavares, Maria Lúcia da Silva, Cida Bento, Deivison Faustino, Fu Ki-au, Amos Wilson, Geni Núñez, Hildeberto Martins e tantos(as). No mais, não percamos de vista que o cotidiano é nossa herança e nele há tecnologias ancestrais passadas de geração a geração por meio da nossa comunidade, dos nossos bairros, das avós/avôs, da mãe/pai, do tio/tia, das mães e pais de santo, das benzedeiras, das crianças.

Por fim, deixo a letra desse samba interpretado por Jorge Aragão e o registro de que a partida, o caminho e a chegada nunca é só. Axé!

“Respeite quem pode chegar onde a gente chegou
E a gente chegou muito bem
Sem desmerecer a ninguém
Enfrentando no peito um certo preconceito e muito desdém
Hoje em dia é fácil dizer

[...]

Por isso, vê lá onde pisa

Respeite a camisa que a gente suou

Respeite quem foi que chegou onde a gente chegou

E quando pisar no terreiro

Procure primeiro saber quem eu sou

Respeite quem pode chegar onde a gente chegou”

Referências

BEATRIZ, ANDREIA. **Olhar por entre grades, vidas em poemas**. Editora Reaja, 2019.

EVARISTO, Conceição. Escrivivência. Aula Magna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. **Youtube**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ehSaZiXL>OvY>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora; Nova tradução edição, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afrobrasileira. In: NASCIMENTO, Elisa (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 197-218.

SANTOS, Neuza Souza. *Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SANTOS, Andreia Beatriz. **Olhar por entre grades, vidas em poemas.**
[S.l.]: Editora Reaja, 2020. 80 p.

MOLEQUE ATREVIDO. Interprete: Jorge Aragão. Indie Records. 1999.
Disponível em: <https://immub.org/album/tocando-o-samba>

Maria Eunice Figueiredo Guedes

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Conselheira do CRP 10/PA-AP

Obrigada a todas, todos e todes. Bom dia! É um imenso prazer estar nesse momento, nesse seminário do CREPOP, tão importante, pois o CREPOP para nós é um instrumento de formação e de reflexão sobre a nossa prática profissional. Ele tem reverberado também na nossa formação profissional.

Então, eu queria trazer para cá hoje uma reflexão a partir da minha prática, da minha experiência, tanto na formação na academia quanto na prática profissional bem como dentro do espaço do Conselho de Psicologia sobre a atuação da Psicologia com os povos indígenas e quilombolas, em especial nesse momento, a prática com os povos originários ou povos indígenas.

Então as companheiras que me antecederam já foram extremamente prolixas, e trouxeram elementos importantes para essa nossa discussão. Mas eu fico pensando e me lembrando do IX Congresso Nacional de Psicologia (CNP), em que nós psicólogas e psicólogos visualizamos e colocamos que nós vivemos num país de diversidades imensas. Eu moro, trabalho e intervenho na Amazônia, e a Amazônia é essa cara, esse reflexo dessa diversidade. A grande maioria dos habitantes dos povos com quem nós trabalhamos, com o qual a gente lida no nosso fazer profissional, nas políticas públicas, são povos originários, são quebradeiras, são quilombolas, são ribeirinhos. São povos diversos que a gente não encontra, alguns deles em outros lugares do país, e essa realidade nos fazem, nos levam a pensar e refletir que existe a partir dessa diversidade questões/elementos importantes para refletirmos sobre essa intervenção e diálogo com as comunidades e povos diversos da Amazônia e devemos pensar algumas dessas/desses elementos.

O que significa adoecer? Qual é o processo, por exemplo, e a fragilidade com que se deparam hoje os povos indígenas? É na Amazônia que nós temos o maior contingente de povos originários nos nove estados que compõem a Amazônia Legal. Então, existem problemas que a gente não consegue abarcar com toda a teoria que está construída hoje, dentro do arcabouço teórico e prático da psicologia. A grande maioria dos currículos dos cursos de Psicologia tem uma ausência da realidade vivida pelos povos da Amazônia. Essa ausência na formação nas universidades tem reflexos na intervenção e no exercício profissional. A realidade vivida pela maioria dos/as usuários/as das políticas públicas com as quais nós, Psis, trabalhamos reforça inúmeras fragilidades para os povos originários, por exemplo. Muitas vezes estes se deparam com várias violências.

Essas violações vividas por esses povos originários que são sofridas há mais de 522 anos (desde a colonização do Brasil) nesses últimos anos vem crescendo, principalmente nos últimos três anos, no Estado onde eu sou docente e intervenho profissionalmente que é no estado do Pará.

Violências e mazelas como a instalação dos inúmeros projetos na região: usinas (como Belo Monte/PA), do agronegócio (madeireiras, soja), do extrativismo/mineração (Região do Tapajós e sul do Pará) vem impactando a vida, os territórios e o cotidiano de vários povos originários, e isso causa sofrimento psíquico e adoecimento. Não é aquele adoecimento que a gente tradicionalmente conhece na literatura da Psicologia, da Psiquiatria e das teorias desses campos de conhecimento. O adoecimento que estamos aqui falando são traumas decorrentes do impacto das violências sofridas por grupos/coletivos e que têm a ver com a violência nos territórios onde esses povos habitam há centenas de anos. São traumas e adoecimentos que têm a ver com ações coletivas que enfraquecem e impactam a subjetividade não do ponto de vista individual, mas sim do impacto coletivo num grupo. Como disse Castel (2005): “A insegurança so-

cial não alimenta somente a pobreza. Ela age como um princípio de desmoralização, de dissociação social à maneira de um vírus que impregna a vida cotidiana. Dissolve os laços sociais e mina as estruturas psíquicas dos indivíduos”.

Os povos originários também vêm sofrendo de violência também por armas de fogo que estão sendo usadas pelos garimpeiros e pelos madeireiros para tentar tomar à força os territórios tradicionais, assim são vários os conflitos territoriais, frequentemente com o uso de armas de fogo. Os povos Yanomami, os povos Munduruku, por exemplo, vivem cotidianamente sofrendo esse tipo de violência. Nos últimos dois anos existe um crescimento, inclusive com o apoio de setores governamentais, de ocupação e de invasão de territórios dos povos indígenas. E isso cria uma situação de vulnerabilidade social que impacta e adocece os povos originários.

Nós trabalhamos com estudantes na Universidade Federal do Pará (UFPA), com estudantes de diversas regiões e de diversos povos. E a discriminação, o preconceito e o racismo também são elementos que se encontram presentes, impactam na vida e provocam o adoecimento.

Então, muitas vezes, situações que não têm necessariamente a ver com aquilo que a gente postumamente coloca como elemento promotor de adoecimento psíquico, do que costumamos dizer que é do campo do CID, a gente acaba vivendo e acompanhando como a questão quando nos deparamos no atendimento a esses povos que é do campo do racismo estrutural, com um componente presente na organização da UFPA, que é o racismo institucional, que muitas vezes impacta e adocece estudantes indígenas e quilombolas em um espaço universitário, como já nos deparamos com várias situações de preconceito e discriminação nos últimos 4 anos que realizamos esse trabalho dentro da Universidade Federal do Pará.

Então para pensar em saúde mental, que é o que a gente está tentando refletir aqui, ou melhor, podemos ir além de saúde mental,

pois saúde mental é um termo que a gente deveria refletir o sentido dele. Pois, quando a gente trabalha com alguns povos, a maioria dos povos indígenas ou povos originários não compreende esse significado dessa palavra “mental”. Para isso, eles trabalham e vêm trazendo um outro elemento, outro conceito que seria importante a gente refletir, que é o conceito do “bem viver”.

Então, as demandas das populações para atendimento psicossocial, para atendimento pela rede de Apoio Psicossocial, para atendimento ao sofrimento psíquico devem estar ligadas aos significados do que esse sofrimento está trazendo. O que eu quero dizer? Eu quero dizer com isso que, por exemplo, nós convivemos o ano passado 2020, e continuamos convivendo, com o processo que é a pandemia e que o Covid-19 trouxe para nós fruto desse processo que foi o isolamento. Dos mais de 630 mil mortos que a gente teve no país, muitos eram povos originários. Muitos desses povos originários têm uma forma diferenciada da tradição ocidental de ritual diante da morte. Nós temos um ritual de morte, de luto e de velar os nossos mortos. Os povos originários, cada um tem o seu ritual e a sua prática de morte. E isso impactou na pandemia quando vários indígenas de diversos povos morreram, adoeceram e faleceram porque muitos deles não tiveram oportunidade de velar os seus mortos, de realizar os seus rituais e isso teve impacto na subjetividade de diversos povos. Teve impacto nos povos Yanomami, que têm uma prática de ritual de morte e de velar, de trabalhar a morte do seu povo de uma forma diferente da nossa; teve impacto nos povos daqui do Pará, como os Kayapó e os Xikrim e com certeza também teve impacto entre diversos outros povos.

Para pensar também essa questão da saúde mental e de “bem viver” da nossa intervenção durante o processo da pandemia, a gente tem que pensar que as comunidades implementaram também nesse processo suas próprias estratégias de promoção de saúde

psicossocial. E essas estratégias têm a ver com a manutenção dos aspectos culturais de suas vidas diárias e cotidianas. E isso a gente deve respeitar e considerar em primeiro plano. Então, quando teve a pandemia, a primeira saída, a primeira estratégia que os povos fizeram foi fazer as próprias barreiras sanitárias, foi recuperar, inclusive, saberes tradicionais, a medicina tradicional, que são estratégias que já faziam parte da cultura de cada povo para poder se segurar, para poder sobreviver e ter saúde.

Então, para a gente pensar num trabalho e numa reflexão, numa prática profissional, e depois também numa formação, é necessário um trabalho conjunto, tanto das psicólogas e psicólogos e demais profissionais como de conselheiros de saúde indígena e de lideranças e cuidadores tradicionais para pensar estratégias, para pensar cuidados e ações de prevenção em relação a graves de saúde mental em tempos de pandemia. E para isso a gente tem que pensar em alguns pontos, até o cuidado para não gerar pânico ou menosprezar a gravidade da situação.

Devemos considerar as diversidades culturais por meio da língua tradicional, por meio da linguagem que contemple e respeite a organização social e as lideranças indígenas. Uma das estratégias em tempo de Covid que os povos que a gente acompanha tiveram foi traduzir para diversas línguas matrizes, cartilhas e orientações do que significava o Covid e do impacto dos cuidados necessários. Precisamos também respeitar as práticas dos povos e sua espiritualidade. Sejam elas quais forem as suas referências.

Para a gente lidar, respeitar e pensar em uma saúde mental, num diálogo entre diferentes perspectivas, entre saberes diferentes e pensar na promoção de um bem viver, nós temos que pensar que existem pajés, rezadeiras, parteiras, xamãs e que estes são elementos importantes da construção do cotidiano, da saúde mental de cada povo que habita a região amazônica, do lugar de onde eu estou falando e com o qual nós lidamos. E por que é importante esse respeito? Porque

nós, dentro da chamada saúde ocidental, nós não respeitamos, por exemplo, no atendimento em saúde o impacto da cultura, na vida e na saúde e no “bem viver” de uma pessoa desconhecida para nós ocidentais, mas que tem referência importante na vida e no cuidado de cada povo: o xamã do seu povo, o pajé do seu povo, a parteira do seu povo.

A gente teve um exemplo de uma indígena que a gente acompanhou aqui em Belém do Pará, que ela quase faleceu dentro de um hospital público, porque simplesmente ela se recusou a comer a alimentação do hospital. Então ela praticamente quase teve problemas de desnutrição porque o hospital não aceitava que essa paciente pudesse comer as comidas que ela estava acostumada, e que o grupo que acompanhava a saúde indígena estava disposto a levar para dentro do hospital. Essa contradição dentro desse hospital público de Belém a gente encontra em diversos outros lugares da região e em diversas outras cidades do país. Portanto, se não houver cuidado, respeito e valorização dos aspectos culturais, o adoecimento emocional, tende a aumentar.

Que educação, formação, então, estamos construindo? Qual é a nossa compreensão como psicóloga sobre a realidade e os territórios que habitamos, e os povos com quem trabalhamos? Qual é a nossa compreensão de equidade e integralidade que embasa nossas práticas e como nós nos colocamos tanto na academia em relação a equidade e integralidade na prática profissional? Qual é o significado do que para nós é normal e anormal, saúde, doença? E o respeito à diversidade e protagonismo dos povos indígenas e aos saberes tradicionais?

Nós temos trabalhado desde 2013 com povos indígenas e tradicionais; e, a partir de 2018, temos realizado ações de formação, intervenção e atenção psicossocial, bem como articulação de redes de apoio interinstitucional. E, nesse sentido, durante a pandemia, nós, no ano passado (2020), criamos na UFPA a Clínica Psicológica

Virtual, no qual esse atendimento específico fez 700 atendimentos (de abril 2020 a outubro/2021) e atendemos quase duzentos indígenas, seja estudantes, seja de comunidades tanto do Pará quanto da região amazônica e comunidades quilombolas. E, para nós, essa prática profissional, traz para nós a importância de ter de refletir para dentro da categoria qual é a nossa formação e qual é a nossa prática profissional. E, por isso, nós, dentro da UFPA, temos trazido para dentro do curso de psicologia disciplinas que contemplem, tragam essa reflexão. Então, nesse sentido, nós estamos há três anos trabalhando com saúde indígena e a psicologia para poder contribuir com a prática profissional e dentro da prática profissional, dentro do CREPOP vimos fomentando grupos de trabalho para poder discutir e orientar os profissionais de psicologia, principalmente aqui no CREPOP do CRP 10 do Pará e Amapá.

Obrigada.

Referências

CASTEL, R. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2005.

Experiência de racialização de pesquisas no CREPOP-07/CRPRS

Bom dia a todas, todos e todes! Vou me autodescrever: eu sou uma mulher negra, estou usando óculos de grau redondo, meu cabelo tá preso em um rabo de cavalo, estou usando brincos azuis e uma blusa branca. Atrás de mim, tem uma parede branca e um quadro branco com uma moldura de madeira. Quero, primeiro, agradecer à organização do evento pelo convite. É uma grande alegria fazer parte dessa história tão importante do CREPOP. Eu me chamo Thayná e sou, agora, quase formada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fui estagiária do CREPOP-07 até quarta-feira, justamente porque me formo na semana que vem. Porém, a minha relação com o CREPOP certamente será mantida em outro nível de vínculo.

Hoje, vou apresentar uma experiência que vivenciamos ao longo desse ano no CREPOP-07, que foi a racialização do nosso roteiro de pesquisa que serve como instrumento para a produção de uma nova referência técnica que, dessa vez, investiga a atuação de psicólogas e psicólogos em políticas públicas relacionadas à prevenção do suicídio e da autolesão e à posvenção. A nossa equipe era, então, composta por mim e pela Lara Wayne, como estagiárias; pela Carla Tomasi, conselheira de referência; e pela Rafaela Hilgert, técnica do CREPOP.

Então, como surge a proposta de racialização das pesquisas do CREPOP? Quando eu ingressei no CREPOP, no começo de 2021, estava sendo finalizado o ciclo anterior de pesquisa, que abordava a prática da Psicologia em unidades de acolhimento. Durante a produção dos relatórios das entrevistas realizadas, acabei percebendo

a ausência de reflexões ou questionamentos sobre relações raciais, o que também fui encontrando em edições anteriores.

Como em geral acontece, as instituições passam por certas mudanças ou flexibilizações a partir de tensionamentos disparados pelos movimentos sociais e por sujeitos em posição de subalternidade – e eu me considero também dentro dessas duas categorias. Então, eu levei esse tensionamento para diferentes espaços do CREPOP, regional e nacionalmente, em diferentes momentos, até que a minha equipe regional acolheu a proposta quando estávamos nos preparando para iniciar as entrevistas desse ciclo atual, sobre a atuação em prevenção ao suicídio.

A partir desse acolhimento pela equipe, então, passamos por um momento de estudo coletivo sobre referenciais essenciais para pensar as relações raciais no Brasil e, então, reestruturamos o roteiro da pesquisa em andamento, que havia sido definido nacionalmente. Nesse processo, contamos também com o apoio da Neuza Guareschi, que, atualmente, está na coordenação do CREPOP no CFP e que, por sorte, também foi minha supervisora acadêmica de estágio, na UFRGS, durante esse período.

Essa proposta de transversalizar um olhar racializado sobre a pesquisa, então, parte da compreensão de que, no Brasil, a negação do racismo, que é sustentada pelo mito da democracia racial e pelos pactos narcísicos da branquitude, acaba resultando em práticas – inclusive, em práticas da Psicologia – voltadas a um suposto sujeito universal, que, na verdade, é o sujeito branco, e, assim, a gente acaba ignorando problemáticas estruturais que estão absolutamente envolvidas com os processos de subjetivação. Então, com esse movimento de racializar o roteiro, pretendemos analisar como aparece (ou não), no discurso dos profissionais de Psicologia, a compreensão sobre o atravessamento das relações raciais como elemento estruturante das subjetividades no Brasil e como esse entendimento influencia as suas práticas profissionais. Assim, o que a racialização propõe é

um exercício político-discursivo que mapeie essa produção e essas práticas negadas pela branquitude.

No roteiro original da pesquisa sobre a prevenção do suicídio, existiam duas perguntas, em um bloco específico, que abordavam a relação entre sofrimento psíquico e discriminações. O que fizemos foi reestruturar o roteiro para que, transversalmente, pudéssemos manter uma abordagem racializada. Assim, passamos a abordar: a sistematização, a utilização e a discussão acerca da autodeclaração racial, de gênero e de sexualidade; a leitura, pelos psicólogos, do perfil de usuário que mais chega aos serviços; o reconhecimento de semelhanças entre motivações relatadas que levam ao sofrimento psíquico entre pessoas de um mesmo grupo sociorracial; além disso, abrimos espaço para relatos mais descritivos, com a intenção de analisar como as racialidades aparecem em seu discurso sobre a prática cotidiana. Algo que também não havia sido estabelecido nacionalmente e que passamos a fazer, então, durante o levantamento de profissionais para as entrevistas foi a solicitação prévia de auto-declaração racial e de gênero dos psicólogos entrevistados. Como já imaginávamos, encontramos muito mais psicólogos brancos e só conseguimos entrevistar psicólogos brancos.

Com esse roteiro reestruturado, realizamos seis entrevistas individuais ou em grupo com psicólogos que atuam na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Sistema Prisional, na Educação Básica e na Universidade. Agora, vou apresentar alguns resultados que a gente vem encontrando a partir dessas entrevistas.

Algo que foi bastante comum, ao longo das entrevistas, é a dificuldade que os psicólogos apresentaram para compreender a transversalidade das relações raciais como campo inerente à condução de casos e de políticas públicas. Então, os marcadores raciais não apareciam sem que a gente precisasse perguntar sobre eles, além de várias falas afirmarem que a raça só seria considerada se

fosse um elemento fundamental do caso. Como uma entrevistada afirmou, a raça é considerada quando “faz parte da espinha dorsal do caso”. Nesse sentido, também percebemos, nitidamente, a dificuldade dos entrevistados para racializar sujeitos brancos, que ainda apareceram nessa posição de modelo universal de humanidade, sendo que quem tem raça são apenas as outridades, ou seja, negros, indígenas, não brancos.

Em uma das entrevistas, uma psicóloga, ao ser questionada sobre questões de autodeclaração racial, chegou a afirmar que essa questão não era presente no seu serviço porque não havia negros na cidade. Isso, por si só, já indicaria uma não racialização das pessoas brancas. Porém, no decorrer da entrevista, ao relatar um caso, ela indicou que um usuário era negro – com bastante dificuldade de verbalizar termos como “negro”, “retinto” – e afirmou que, na periferia da cidade, quase todos os habitantes eram negros. Então, a gente percebe como não ter esse olhar racializado pode, inclusive, inviabilizar que a população branca acesse muito mais determinados serviços e melhores locais de moradia, por exemplo.

Num sentido semelhante, outras afirmações comuns a várias entrevistas indicavam um entendimento de que “vulnerabilidades sociais” são fatores de risco para o sofrimento psíquico. No entanto, essas vulnerabilidades apareceram somente atribuídas às desigualdades econômicas, sem que isso fosse relacionado à raça. E isso persistiu mesmo quando os entrevistados reconheciam, de modo verbalizado, a existência de racismo estrutural no Brasil.

Da mesma forma, alguns entrevistados reconheciam, por exemplo, que, no sistema prisional e no acolhimento institucional, a população que chega é predominantemente negra, mas esse entendimento pareceu ser insuficiente para que considerassem como as relações raciais estão presentes nesse ponto, em relação ao sofrimento psíquico. Eu questiono, então: saber que a população negra sofre mais com o

encarceramento não é informação suficiente para despertar preocupações sobre os aspectos psicossociais relativos a tais condições?

Então, ao atribuir o sofrimento psíquico desses sujeitos apenas às questões de classe, a Psicologia mantém as estruturas de discriminação racial, seja pela falta de uma escuta adequada aos usuários negros, seja pela omissão em relação às práticas de favorecimento destinadas às pessoas brancas.

Outro ponto que nos chamou atenção foi o fato de alguns profissionais afirmarem que não poderiam dizer que a condição racial do sujeito tinha relação com o sofrimento psíquico dele porque os usuários não haviam afirmado isso explicitamente. No entanto, essa ideia ignora que, no Brasil, vivemos sob uma ideologia do branqueamento, que valoriza tudo o que é branco e estigmatiza e inferioriza tudo o que não é branco. Assim, nesse contexto, é preciso compreender que tornar-se negro não é um caminho simples e, por isso, verbalizar o sofrimento oriundo do racismo também não deve ser simples.

Em uma entrevista, uma psicóloga que, a princípio, havia feito afirmações desse tipo, ao longo da entrevista, acabou fazendo um movimento de reflexão pensando que talvez fosse necessário traduzir como esses marcadores aparecem por outras vias que não a da fala. Aqui, a gente lembra que toda pesquisa também é uma intervenção, e, por isso, ressalto a importância ainda maior da construção dos roteiros das pesquisas do CREPOP, porque a gente não produz apenas uma investigação, a gente também produz intervenção a partir desses roteiros.

Além disso, apareceram relatos bem marcantes, que penso que, talvez, não aparecessem caso não transversalizássemos esse olhar racializado ao longo de todo o roteiro. Trago aqui, como exemplo, o registro de uma psicóloga que atua em uma universidade pública. Ela afirma: “A universidade, assim, para as questões raciais, ela é uma máquina de moer. A universidade é uma máquina de moer gente. Para as questões raciais, é duríssimo, duríssimo, duríssimo, duríssimo,

duríssimo mesmo”. E, aqui, acho importante pensar também nas implicações da aplicação desse roteiro para os diferentes sujeitos envolvidos. Porque, nesse caso, eu estava ali presente como uma das aplicadoras desse roteiro, mas eu estava sentindo muito a partir do que ela falava, sentindo que ela falava de uma realidade que era a minha, como universitária negra.

Então, compreendendo que o racismo é sempre estrutural e que ele organiza econômica e politicamente a sociedade e que, se a desigualdade social se estrutura por meio do racismo, seria necessário racializar o debate, os profissionais de Psicologia deveriam considerar os marcadores de raça, juntamente com as interseccionalidades de gênero, sexualidade e classe, como dado inerentemente relevante à condução da sua prática.

E trago mais uma reflexão sobre quanto tempo é necessário, então, para racializar o olhar pesquisador. Trago isso porque a minha equipe do CREPOP-07 era formada por pessoas que não eram fortemente apropriadas sobre a discussão das relações raciais. Eu já estudava relações raciais, de modo mais aprofundado, há uns cinco, seis anos, mas o restante não. Mas houve uma implicação tão intensa que, desde o momento do acolhimento da minha proposta até a aplicação do roteiro, levou menos de dois meses. E eu trago isso também porque, muitas vezes, esse tipo de proposta leva certo tempo para ser aceito e surgem alguns argumentos que falam sobre não haver tempo para isso, que é complexo, que é demorado. E, sim, de fato é. Mas é urgente que a gente deixe de adiar uma questão tão fundamental que já vem sendo adiada há tantos anos.

Além disso, eu também destaco aqui o papel fundamental dos técnicos do CREPOP, que trabalham para caramba e se movimentam para que tudo isso aconteça. No caso desse processo, eu não tenho dúvidas de que o papel da Rafaela Hilgert, que é a nossa técnica, foi fundamental para que a gente conseguisse colocar a ideia em prática. Ela, de fato, se implicou fortemente em tornar ação esse sentimento,

esse tensionamento, esse incômodo que eu apresentei a elas. E eu trago isso para que a gente possa pensar também em como garantir que esses trabalhadores tenham condições de trabalho para produzir de novas formas também.

Concluindo, eu afirmo que é preciso racializar a construção de políticas públicas para evidenciar essas problemáticas historicamente silenciadas, tensionando, assim, tanto a implementação de novas políticas públicas que reduzam as desigualdades, quanto o pensamento crítico sobre como vem sendo conduzida a prática nas políticas já existentes.

E, por fim, o que precisamos fazer agora é: concluindo a análise racializada das entrevistas, produzir um relatório mais detalhado sobre essa experiência; e manter o olhar sempre atento e racializado sobre as nossas práticas.

Muita obrigada a todes!

MESA 2: DEFESA E RESISTÊNCIA DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ionara Vieira Moura Rabelo

*Professora da Universidade Federal do Goiás
Psicóloga da Gerência de Vigilância às Violências e Acidentes,
Secretaria Municipal de Saúde, Goiânia – GO*

Então, boa tarde a todas, todos e todes. Meu nome é Ionara. Eu sou uma mulher morena, de cabelos curtos, castanhos. Eu estou falando em frente de uma parede clara, branca, estou com uma blusa estampada branca e preta, não tão bonita quanto a do Mateus, que está em ritmo de férias, mas a minha também está bem. Estou de óculos pretos e ao meu lado tem a intérprete de Libras, a Drica, está aqui do lado. Ela está aqui me acompanhando e vou tentar falar devagar.

Ah, gostaria de agradecer ao Mateus e toda a equipe do CREPOP e do Conselho Federal pelo convite. Vamos lá. Eu tenho um tempo muito curto e eu falo em nome da Gerência de Vigilância às Violências e Acidentes da Secretaria Municipal de Saúde, e vou pegar um pedaço, bem ao finalzinho, para falar sobre as linhas de cuidado na área de COVID, que foi outro espaço que eu trabalhei nos últimos dois anos.

Então, o primeiro desafio para nós, psicólogas e psicólogos, que atuamos nas políticas públicas, é o desafio de falar sobre gênero e o impacto disso na saúde mental e na saúde física de crianças, adultos e adultas, idosos, pessoas cis, trans. Por quê? Se a gente não fala de gênero, a violência é silenciada e naturalizada, e nos espaços institucionais isso cada vez mais vai sendo um desafio para nós que trabalhamos com a violência, sem falar sobre violência de gênero. Eu

colocaria como primeiro desafio que a gente fale, que a gente monte congressos, que a gente monte mesas, que a gente fale sobre esse tema nas relações com as Secretarias de Saúde, de Educação, Defesa de Direitos Humanos. Então, ao lidar com violência, é impossível fazer isso sem falar sobre violência de gênero.

E eu diria que, entre psicólogos, psicólogas e psicólogues, a gente precisa falar sobre a notificação de violências. Desde 1975, nós temos a Lei nº 6.259, que coloca como compulsória, as notificações de vários agravos, se não me engano, estão em 42 agravos nesse momento, que são atualizadas pela portaria, a última de número 264, de 2020. Ela coloca que para qualquer profissional de saúde é compulsório notificar aquilo que ele está vendo. E a gente tem desde 2020, a Resolução nº8, do Conselho Federal de Psicologia, que alerta que a gente pode fazer a quebra de sigilo e fazer a notificação, sempre em busca do menor prejuízo para o paciente, e a notificação nessa lei já coloca que ela tem caráter sigiloso, exceto nos casos excepcionais como no Estatuto da Criança, Adolescente e do Idoso, da Pessoa com Deficiência, que a gente tem que informar ao Conselho Tutelar, delegacias, ao Ministério Público para defesa de direitos dessas pessoas.

Eu queria dizer que é um compromisso da psicologia e do profissional de saúde, tanto no espaço público quanto privado, é obrigatório, compulsório ela ou ele fazer a notificação. Por quê? Porque ela não vai gerar só dados. Ela gera uma linha de cuidado, não só na saúde como em outros setores. Ela faz o nosso compromisso, como psicóloga, de ouvir uma dor de uma mulher que está com depressão há cinco anos, tomando a medicação antidepressiva, com dores pelo corpo e todos os dias, nos últimos dois anos, ela vai ao ambulatório de psicologia falar da violência psicológica, das brigas em casa, da violência dos filhos ou companheiro (a) que são usuários, ou não, e que já ameaçam a ela. Então eu continuar a fazer esse atendimento sem fazer essa notificação é um desserviço para a gente pensar em políticas públicas que podem ser ampliadas. Então, o olhar da

psicologia, seja ela nos espaços de acolhimento clínico, de atenção psicossocial, nos CAPS, na assistência social, na educação[...] Quando eu vejo a minha obrigação, que por lei é notificar, ao fazer isso se gera uma linha de cuidados, e se não gera eu preciso problematizar no município onde eu estou para que isso ocorra

Em Goiânia, nós conseguimos estabelecer linhas de cuidado, com apoio de pessoas que há muito tempo estão envolvidas nessa área, eu ressalto aqui a psicóloga Maria Cida Alves, e a médica sanitária Marta Maria Alves também. As duas conseguiram, desde o ano passado, implementar, pelo menos criar, editar duas políticas públicas, a política de promoção de saúde e a política de promoção de saúde na primeira infância. E aí eu já alerto, o desafio é a psicologia imaginar que ela vai para as políticas públicas para ela ser um receptáculo da dor. Ela também precisa impulsionar políticas, criar portarias e leis e criar também a possibilidade de a gente criar novos serviços e novas linhas de cuidado. Eu destaco as duas porque elas propiciaram para a Secretaria de Saúde de Goiânia a criação de duas grandes linhas de cuidado, desculpa três, já que a LIVITS²⁰ a gente promulgou agora também que é a linha de cuidado integral às vítimas de tentativas de suicídio, junto com a psicóloga Kellen, que é da saúde mental, e toda a equipe da saúde mental do município também.

Então, o que na cidade Goiana a gente conseguiu? Em julho, foi editada e publicada a Portaria nº 397, em que nessa portaria a gente ressalta como funciona a notificação de violência para todos os profissionais de saúde e serviços, lembrando que ela é compulsória, foi colocada à disposição e foi enviada para os serviços públicos e privados. Mas há uma diferença. A gente modifica o paradigma das notificações, colocando que, na cidade de Goiânia, quando a gente detectasse as negligências graves ou violências físicas severas contra crianças de 0 a 6, essa notificação passa a ser imediata, em 24 horas

20 LIVITS-Linha de cuidado Integral às Vítimas de Tentativas de Suicídio.

ela tem que ser enviada para a Secretaria para que ações de proteção a essa criança sejam executadas imediatamente, para evitar o agravamento da saúde ou óbito. Vocês têm acompanhado o assassinato de crianças de menos de seis anos em várias cidades do país, e para nós essa é uma ação inédita e ela foi enviada para o estado de Goiás e para o Ministério da Saúde comunicando essa alteração. Fora isso, a gente ressalta que as tentativas de suicídio e a violência sexual também têm que ser notificadas em 24 horas, conforme a Portaria nº 264 do Ministério da Saúde.

Entre esses desafios, eu colocarei que é um terceiro desafio, seria atuar sobre a gestão, não só para problematizar, mas também criar caminhos e ferramentas. Nesse sentido eu acho essencial o diálogo entre a universidade e programa de formação. É fundamental que a psicologia se comprometa com instrumentos de gestão também, com a criação de novos espaços de debate. Para que possamos contribuir para que essas políticas públicas cada vez mais possam fazer a defesa dos direitos humanos, mas também que ela possa garantir que a psicóloga ou o psicólogo que estão na ponta do trabalho trabalhem e criem novas oportunidades de serviços e novas linhas de cuidado.

Eu gostaria de desafiar psicólogas e psicólogos do restante do país a criarem novos modelos, novas portarias, novas leis, novas formas de institucionalizar a rede de atenção a pessoas em situação de violência no seu município. Que leis e portarias possam nos embasar; porque, à medida que os gestores mudam, apenas as portarias e leis são aquilo que nos dão a certeza de que a gente vai continuar no serviço público e defender a garantia dos direitos humanos.

Queria ressaltar que muitos de nós jamais se apropriou da aproximação dos conselhos locais de saúde e dos conselhos municipais e estaduais. É um espaço importantíssimo para a gente estar e defender serviços, novas leis, novas portarias ou modelos de gestão. Então, psicólogas e psicólogos ainda estão em formação e ainda não entenderam a importância desses espaços de luta. A gente conclama

que participem dos conselhos. A área de serviço social é uma área muito próxima dos conselhos e essa movimentação é importante para nós. Então, eu iria dizer que nos próximos anos a nossa agenda tem que ser uma agenda de aproximação com os conselhos para definição de políticas públicas. Por quê? A gente já tem um financiamento que foi congelado. A gente tem 20 anos de luta para fazer com que o SUS, o SUAS não sejam destruído, e a gente só vai conseguir isso se a gente se aproximar dos conselhos e tiver um fortalecimento dos movimentos sociais.

Eu diria que também a aproximação dos sindicatos ou fóruns ou áreas saúde e do trabalho são importantíssimos. Por quê? Nesse momento a gente tem a Lei Complementar nº 173, de enfrentamento à COVID, que, por exemplo, em seu artigo 8º, retirou de profissionais, por exemplo, da saúde, qualquer concessão de anuênio, licença ou qualquer coisa que implique o aumento de gastos de despesas com recursos humanos, desde 2020 até agora, 31 de dezembro de 2021. O que isso quer dizer? Nos dois anos de pandemia em que nós nos debruçamos, dedicamo-nos ao máximo para o trabalho, para atender a população. Esses dois anos só vão contar como aposentadoria e deixam de contar para qualquer outra garantia de trabalhadores de saúde. Essa questão está sendo discutida e questionada em vários municípios e estados.

E eu conclamaria que as equipes ficassem atentas, porque a retirada de direitos de trabalhadores da saúde e demais trabalhadores é uma política constante, que precisa ser acompanhada para que as pessoas não sejam pegadas de surpresa, nesse momento em que a gente teve muitos profissionais adoecidos. A psicologia está sendo conclamada para atender profissionais da saúde ou diferentes trabalhadores para o atendimento clínico. Só que a gente esquece que é para lidar não só com a COVID; com o impacto da COVID na nossa saúde mental, a gente tem três níveis de análise agora, principalmente pelas análises que a gente tem feito na Fiocruz. Grande parte

dos psicólogos se comprometeram para o atendimento individual e clínico durante a pandemia, mesmo on-line. Só que grande parte do que a gente precisa fazer estaria no que a gente chama de base da pirâmide, que seriam mudanças de legislação, de garantia de direitos, de estabelecimento de vínculos de confiança. Então, se a gente está falando de linhas de cuidado para trabalhadores de qualquer que seja a política pública, essa linha de cuidado passa por mudanças organizacionais e de leis.

Então, é muito simples conclamar psicólogos para atender os profissionais de saúde que estejam em depressão, ansiedade, como aconteceu durante a crise do COVID, isso precisa ser feito, mas a gente não pode se esquecer de toda uma base para garantir a segurança, a dignidade e a valorização do trabalho. Então, eu iria conclamar aqui que as pessoas que trabalham na área de gestão, de recursos humanos ou vinculados a gestores na área de diferentes políticas públicas, possam pressionar gestores, sindicatos e conselhos para que linhas de cuidado ao trabalhador sejam pensadas, sem se esquecer das mudanças organizacionais e legislativas que precisam ser feitas para garantir esse trabalho com qualidade. Acho que eram os desafios que enumerei, eram nove desafios, eu acho que consegui falar no tempo.

Muito obrigada e estou aqui para a gente conversar.

Referências

BRASIL. **Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.** Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.** Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa

Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1975.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 264, de 17 de fevereiro de 2020.** Altera a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2020.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Resolução nº 8, de 7 de julho de 2020.** Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. Brasília, DF: CFP, 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA. **Portaria nº 397, 8 de julho de 2021.** Dispõe sobre a compulsoriedade das notificações de suspeita ou confirmação de violências interpessoais e autoprovocadas, incluindo a notificação imediata de violência sexual e tentativa de suicídio; [...]. Goiânia, GO: [s.n.], 28 jul. 2022.

Marcia Mansur Saadallah

*Professora da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais
Colaboradora do CRP 04/MG*

Estou aqui lembrando da minha trajetória, fiquei desde ontem assistindo à abertura, lembrando da história. Fui conselheira, referência no CREPOP quando estive na gestão do XV plenário do CFP, em 2011. Conheci o Mateus na época. Mateus saiu e voltou, mas tem aí mais de 10 anos que você também está nessa luta com a gente. É um prazer estar aqui para esse momento dos 15 anos do CREPOP. Um momento muito importante. A gente precisa marcar, reafirmar, comemorar. E isso também é uma forma de se posicionar. É uma forma de responder, responder a esse lugar mesmo. Esse lugar que a psicologia tem ocupado, tanto na luta pela garantia dos direitos quanto nas ações do dia a dia, tentando contribuir com a garantia dos direitos das populações que precisam das políticas públicas. Então, é muito bacana ver esse momento.

Estou na política pública há muitos anos. Eu me formei há 30 anos e a minha atuação desde então foi voltada para as políticas públicas. Ouvindo a mesa de abertura deste evento, vejo como é importante a gente contar histórias. Ouvir a Graça Gonçalves contando a história do CREPOP foi muito importante. Graça estava lá no início dessa criação, junto com o Marcus Vinicius. Marcus Vinicius, “presente” sempre com a gente. Ela lembra esse nome tão importante, em vários momentos da psicologia e, no nosso caso, aqui na própria criação do CREPOP. A Neuza Guareschi também trouxe contribuições importantes nesse sentido, de a gente lembrar da história. E eu acho que, mais do que nunca, a gente precisa falar dessa história.

Então, nessa minha trajetória, tem 20 anos que eu dou aula de políticas públicas. Eu acho que a PUC Minas foi um dos primeiros cursos de psicologia que implantou a disciplina de Políticas Públicas.

E eu dou aula desde o início dessa disciplina, em 2001. Então, nesse ano eu também estou comemorando, fazendo 20 anos de docência e 20 anos na discussão das políticas públicas.

Se a gente pensa em 20 anos atrás, era algo muito diferente falar de políticas públicas na psicologia. O CREPOP tem 15 anos. Então, foi antes de essas discussões iniciarem no próprio sistema conselhos, elas causavam um estranhamento muito grande dos alunos. O que a psicologia tem a ver com política? O que a psicologia tem a ver com esse lugar público? A psicologia, que sempre foi uma área do indivíduo, do sujeito, do privado, das questões individuais, que história é essa agora, das políticas públicas?... E eu fui observando nesses 20 anos como essa história foi mudando, foi mudando tanto pelo próprio compromisso social da psicologia com a garantia de direitos, e foi mudando também porque o mercado de trabalho foi se abrindo e pedindo a presença da psicologia nas políticas públicas. Então é muito bacana acompanhar esse processo de entrada, de localização, da psicologia nessa área das políticas públicas.

Eu gostaria, então, de falar aqui para as pessoas que estão chegando, porque tem muita gente aqui que participou dessa história, mas direciono a fala para quem está chegando. A história das políticas públicas no Brasil, essa história dos direitos, tem também 30 anos. Então, tem 30 anos que no Brasil se fala de direitos. 30 anos é muito ou é pouco, né? Pode ser muito para pessoas que estão aqui assistindo. Se a gente pensar na nossa vida individual, se a gente pensar hoje em estudantes, e eu sei que têm muitos estudantes aqui compartilhando com a gente, 30 anos pode ser mais do que a sua vida inteira. Esse tempo pode ser muito tempo na nossa história pessoal, mas historicamente não é nada. 30 anos é muito pouco na nossa história. Então, a gente tem que entender que nós estamos construindo uma história de direitos, então é importante contarmos essa história para a gente reafirmá-la.

Eu trabalho com psicologia social. A psicologia social tem na historicidade um dos seus pontos principais. Então entender a história, saber sobre ela, localizar essa história e o nosso processo nos ajuda a entender o hoje. A gente tem uma frase muito memorável que fala isso: “Um povo que não conhece a sua história está fadado a repeti-la”. Então, é importante a gente conhecer a história. E eu queria, então, localizar aqui que a história das políticas públicas, a história da conquista de direitos, ela tem um caminho muito parecido com a própria história da psicologia.

Quando pensamos na história política do Brasil, precisamos recuperar os 20 anos de ditadura, de não direitos. Lá no início da década de 1960, quando as pessoas estavam, por meio dos movimentos sociais, lutando e acreditando nos direitos, reafirmando a luta por direitos, veio uma ditadura que nos calou, nos suprimiu dos nossos direitos e a gente passou 20 anos sem direitos, sem nem o direito de ter direitos, o direito à fala, o direito à postura de posicionamentos e posturas mais críticas. E é só na década de 1980 que a gente começa a viver uma abertura democrática, a partir do processo de luta da sociedade. Então a gente começa a sonhar com uma Constituição que garante direitos. A gente consegue se organizar para aprovar uma Constituição em 1988, que garanta direitos.

Esse foi um momento de muita esperança na sociedade brasileira. Mas logo depois disso acontece a primeira eleição direta no Brasil, em que se elege um governo neoliberal em 1990, e aí todos os nossos sonhos de colocar a Constituição em prática, os direitos sociais serem garantidos, são mais uma vez despedaçados. E a gente vive pelo menos 12 anos de neoliberalismo muito intenso no Brasil. O neoliberalismo, que não acredita em políticas sociais, não segue a lógica do direito, muito balizado pela lógica econômica, do privado, da meritocracia, do individualismo.

Então, em 2003 o Brasil elege um governo social democrático, que começa a colocar os nossos direitos em prática e a fazer políticas

sociais que garantissem realmente direitos para a população. A gente vive 10 anos também nesse governo, mas é um tempo insuficiente para mudar uma realidade de 500 anos de não direitos, de exclusão e desigualdade. Então, quando a gente estava apenas iniciando essa história de conquista de direitos, acontece o golpe em 2016, com o *impeachment* da Dilma, e a gente vê novamente o retorno do neoliberalismo e dessa vez um neoliberalismo talvez mais grave do que na década de 1990, pois é um neoliberalismo associado ao conservadorismo. Então, rapidamente, essa é a nossa história. A gente precisa entender essa história. Nossa história é feita de altos e baixos. Nossa história é cíclica.

E aí eu venho aqui comparando essa história com a própria história da psicologia, que surge como profissão no momento da ditadura. E ela surge servindo aos interesses políticos, ideológicos e econômicos do capital, do controle, da classificação e acomodação do sujeito, a partir de uma visão muito individual, uma psicologia muito elitizada. E, nesses 60 anos de profissão, a gente vai percebendo que a psicologia também acompanha esse processo de conquista de direitos que o Brasil viveu politicamente. Vemos então a psicologia se abrindo, se publicizando e se politizando, ampliando e coletivizando seu olhar, a partir da construção do compromisso social. É a partir dessa história que entendemos por que esse termo “política” ainda é carregado de tantos mitos e tabus, e por que a gente tem tanta dificuldade de falar que nós somos políticos e que a psicologia é política. A política faz parte da nossa vida, política faz parte de nossos interesses, faz parte do nosso dia a dia, mas nos fizeram acreditar que política era uma coisa “dos políticos”, que política era apenas algo institucional partidário, e isso foi nos afastando do termo política e a importância de pensar que a psicologia é política.

Então, também foi há 20 anos que a psicologia começou a pautar as questões públicas, as questões dos direitos humanos, da justiça social, que a psicologia começa a se inserir nas políticas pú-

blicas e na garantia de direitos. Eu acho muito importante falar disso, porque mostra o processo. Nós vivemos processos e nesse processo histórico a psicologia foi construindo seu lugar nas políticas públicas a partir desse “chamado” da sociedade, um chamado por efetivação de direitos. Então, a gente vem construindo a história das políticas públicas e do lugar da psicologia nelas, o lugar do coletivo, da convivência, das relações, das diferenças, de uma escuta diferenciada, acolhedora, ativa e propositiva.

Achei importante trazer essa retrospectiva para falar que estamos vivendo, como em outros momentos na nossa história, um contexto de retrocessos, em que o sistema de produção capitalista amplia enormemente a desigualdade social, que é a marca do nosso cenário atual. Considerando as questões das desigualdades econômicas e sociais, estudos da psicologia vieram dizer da dimensão subjetiva da desigualdade (SAWAIA, 2002): como as desigualdades produzem subjetividades e como essa desigualdade produz sofrimento. Então, precisamos incidir não só sobre o sujeito, mas também sobre essa desigualdade, uma desigualdade que não se resume à desigualdade econômica.

Bader Sawaia (2002) denominou de sofrimento ético político as emoções provocadas pelo reconhecimento negativo/desvalorizado que se faz de uma pessoa, em que as diferenças são vividas como desigualdades. E como já foi falado aqui nesse seminário, algumas vezes as desigualdades identitárias e estruturais, o racismo, os machismos, a homofobia, a LGBTfobia, o capacitismo, essa nossa cultura colonizada, que já foi falado aqui em outras mesas, essas marcas de desigualdade geram sofrimento. Para Sawaia (2002), o sofrimento humano é ético e político e não tem origem somente no indivíduo, mas também nas relações construídas socialmente.

Essa precarização que 2016 se acentua, a partir do não investimento estatal nas políticas públicas, do conservadorismo, do ataque aos direitos humanos, da criminalização da pobreza e das diversas

formas de violências e intolerâncias que também têm sido faladas aqui. E aí a gente percebe como isso incide na própria psicologia. A formação da psicologia tem sido cada vez mais pautada em interesses econômicos. Nós estamos vendo a formação virando algo mercadológico, essa desconexão entre a formação e a atuação de psicólogos no contexto social brasileiro. E a gente vem percebendo como todas essas questões incidem na nossa formação, incidem na nossa concepção enquanto psicólogas e psicólogos. A gente percebe na nossa categoria o forte moralismo, o forte conservadorismo ainda muito presente no trabalho de psicólogas e psicólogos nas políticas públicas. A gente ainda percebe uma postura de criminalização da pobreza. Martin Baró, psicólogo social latino-americano, apresenta o conceito de fatalismo para falar de uma ideologia incorporada pela sociedade, em que os acontecimentos sociais são transformados em fenômenos naturais cuja alteração é improvável. Assim, o fatalismo:

é um esquema ideológico, que se origina nas estruturas sociopolíticas e se enraíza psiquicamente, garantindo desse modo a reprodução da dominação social e a manutenção da ordem estabelecida. [...] Essa ideologia é um valioso instrumento ideológico que favorece as classes dominantes, visto que induz à aceitação da realidade social, gera comportamentos dóceis e estimula a resignação diante das exigências da vida. (ANSARA, 2010, p.3)

E muitas vezes profissionais das políticas públicas, entre eles a psicóloga, reforçam a ideologia fatalista em suas ações, muitas vezes prescritivas, fiscalizadoras e culpabilizadoras do sujeito.

Então, não é só o cenário, a política, o Estado, o contexto que apresentam desafios. A nossa formação também. A concepção de psicólogos e psicólogas brasileiros precisa ser problematizada. A gente precisa avançar na afirmação do compromisso social, mas a gente

ainda precisa reafirmar o compromisso social, porque têm muitas psicólogas e psicólogos que ainda não entenderam, não incorporaram, não assimilaram, não compartilham das concepções do compromisso social. Ao mesmo tempo em que a gente precisa avançar, a gente precisa radicalizar mesmo esse lugar que a gente ocupa.

E, para finalizar, a gente precisa pensar na ação da psicologia. Eu penso que a psicologia precisa agir em dois níveis. No nível macro, é preciso que o CFP, que os CRPs, que o CREPOP, que os sindicatos, que as entidades da psicologia realmente se posicionem com a defesa institucional, posicionamentos, representações, defendendo a democracia e, os direitos humanos. A publicização, a ação e a coletivização dos problemas sociais devem ser constantemente realizadas. Por exemplo, lembro que em 2013 a gente construiu no CREPOP algumas orientações para os gestores de políticas públicas.

São nos posicionamentos macro, que as instâncias de representação da psicologia precisam avançar. Mas a gente tem o trabalho micro do profissional, do dia a dia, a Ionara trouxe uma realidade específica da saúde. Mas como é que a gente precisa pensar nessas intervenções psicossociais do dia a dia, nas políticas de construção de autonomia, de fortalecimento de vínculo, nas práticas participativas, no papel da psicologia em olhar não só os problemas, mas também as potencialidades, a expansão da vida, de promover encontros onde essas potências se desenvolvam, em pensar em temas como afeto, vínculo, convivência. A psicologia precisa se organizar com outros trabalhadores das políticas públicas e entender que o trabalho interdisciplinar é fundamental, a Ionara já trouxe a organização em fóruns e em conselhos e sindicatos. Faz parte do trabalho da psicóloga e do psicólogo a defesa de direitos. A defesa dos direitos é uma condição fundamental da nossa prática.

Quero finalizar reafirmando então o posicionamento ético e político em defesa da garantia de direitos. É papel da psicologia na função de instituição de e é papel da psicologia na qualidade de

prática libertadora no dia a dia combater desigualdades e exclusões presentes na nossa vida. Então, essa postura ético-profissional, das concepções a partir de princípios éticos e políticos, tem que fazer parte da nossa vida. E eu convido, então, a nossa categoria a pensar um pouco mais sobre isso. A se posicionar, a investir nessa formação. Termino minha fala por aqui desejando sucesso e parabenizando mais uma vez o CREPOP por essa iniciativa.

Referências

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 95-103, 2010.

SAADALLAH, Márcia Mansur. A psicologia frente às políticas pública. In: MAYORGA, Claudia e Prado, MAXIMO, Marco Aurélio (orgs.). **Psicologia social: articulando saberes e fazeres**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2007.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 100-16, 2002.

Carmen Hannud Carballeda Adsuara²¹

*Doutoranda em Psicologia PPGP/UFGA
Psicóloga (CRP 23/1.373) na Comissão Memória de Tutawa/
APÁWA-TO e no Movimento Nacional de Luta por Moradia-TO
Docente na Faculdade Católica Dom Orione de Araguaína-TO
Atuou como técnica do CREPOP TO em 2017*

Bom dia a todas as pessoas que estão conosco hoje, celebrando os 15 anos do CREPOP, espaço fundamental da psicologia na sociedade brasileira. Vou começar minha fala, fazendo a leitura de um trecho do Poema “Tempo sem Sol Para Bertold Brecht”²², de Marcus Matraga²³. Um dos grandes nomes do CREPOP e dos Direitos Humanos na Psicologia, assassinado há 5 anos enquanto atuava junto a ribeirinhos pela preservação ambiental, no Recôncavo baiano. O poema foi uma sugestão de sua filha Natália, para esta fala:

O medo profundo, corroeu um resto de humanidade que teimava em ficar/ toda memória de calor, de afeto ou ternura/ dissolveu-se num vapor frio, pegajoso e úmido/ que a tudo e a todos uniu, num cemitério geral. / Foi um tempo de crise. / Foi um tempo sem sol. / Sem sol, sem esperança e sem dó.

O poema de Matraga poderia muito bem ter sido escrito hoje, neste momento de barbárie ao qual o povo brasileiro tem sobrevivido, não é mesmo? Nesse sentido, trago em minha fala alguns aspectos de análise de conjuntura em uma perspectiva da centralidade das

21 Contato: adsuara.psicologia@gmail.com

22 Esse e outros poemas podem ser encontrados no “Memorial Marcus Matraga”, pelo link: <https://www.memorialmatraga.com.br/tempo-sem-sol-para-bertold-brecht/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

23 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/4-de-fevereiro-e-dia-de-lembrar-marcus-vinicius-matraga/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

classes sociais, ancorada nas vivências junto aos movimentos sociais por terra e território (junto aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais), por moradia, pelos direitos das mulheres, pelo combate ao racismo, pela educação, e nos movimentos da profissão. Dessa forma, em um resgate histórico, podemos refletir acerca de o que fazer da psicologia, que parece convergir em diferentes momentos dos ciclos do capitalismo global:

[...] antes de perguntarmos sobre o que fazer específico do psicólogo, devemos voltar nossa atenção para esse contexto, sem presumir que o fato de fazermos parte dele torna-o suficientemente conhecido, ou que nele viver o converte automaticamente no referente de nossa atividade profissional. Em uma caracterização superficial e passando por cima de diferenças importantes, podemos estabelecer três aspectos primordiais que parecem caracterizar o momento atual dos povos centro-americanos: a situação estrutural de injustiça, os processos de confrontação revolucionária e a acelerada conversão das nações em satélites dos Estados Unidos. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 8)

As contradições levantadas por Martín-Baró (1996), em sua condição estrutural, persistem até os dias atuais, como expressão do capitalismo. Com efeito, a história da Psicologia está toda atravessada pela história de uma sociedade de classes. A inserção da Psicologia nas Políticas Públicas, como nos lembra Jureuda Guerra²⁴, em suas exposições, é fruto da Constituição de 1988; ou seja, nossa presença nas políticas públicas é um produto da luta popular e da democratização. Sendo assim se faz urgente reconhecer que não é possível abordar a defesa da nossa presença nas políticas públicas

24 Presidenta do CRP/10.

sem defender nossa resistência como categoria em defesa da democracia e da vida do povo brasileiro. Conforme Hur e Lacerda (2017), no editorial da Edição Especial da C&P “Psicologia e Democracia”, desde o Golpe de 2016 temos acompanhado:

a implementação acelerada de um programa de austeridade que penaliza trabalhadoras(es) e as classes mais pobres, os aprisionamentos políticos arbitrários, o desrespeito do Judiciário a uma de nossas mais caras resoluções (Resolução CFP nº 01/1999 – Conselho Federal de Psicologia, 1999), e a censura a exposições artísticas etc. denotam o recrudescimento de posições conservadoras, coercitivas da vida e que prejudicam as maiorias sociais e as liberdades de se expressar e de ser. (id., p. 5).

Os autores concluem que se faz necessário “consolidar uma reflexão permanente e relevante sobre a função, o papel e as implicações da Psicologia na construção da história de um país, e de outros mundos possíveis, diferentes das opressões e microfascismos [fascismo] que vemos emergir“ (ibid., p. 9). Mais recentemente, tal cenário de crise estrutural do capitalismo foi agravado na pandemia do novo coronavírus (SAVIANI, 2020), o que potencializou os desafios para a formação, a atuação e o mundo do trabalho da psicologia.

Por essa razão se faz importante questionarmos qual é a urgência histórica para a atuação da psicologia (e do Sistema Conselhos, do CREPOP, do Sindicato) na sociedade? Em um contexto de desmonte, como fazer a defesa das políticas públicas em nossa atuação dentro e fora dos serviços? Em um quadro social de extrema intensificação do sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999), como legitimar esse tipo de sofrimento e, mais ainda, como trabalhar pela sua superação? E, diante das disputas em torno do projeto de psicologia na formação, como garantir a criação de motivo social nos projetos de vida de

nossas e nossos estudantes de psicologia – desafio agravado pela virtualização das relações no ensino de psicologia? Na esteira dessas indagações, cabe revisitar a práxis da psicologia social brasileira, de maneira que Hur e Larcerda Jr. (2017) relatam que:

Desde o início da década de 1980, o CFP e o Sistema-Conselhos de Psicologia perceberam que suas práticas [e as práticas da Psicologia] não devem ficar restritas à normatização do exercício profissional e das técnicas psicológicas. Também devem atingir as questões sociais e políticas do país, tendo em vista a luta pela democratização dos processos sociais e políticos. Nos anos 1980, o CFP lutou pelos direitos humanos e pela democracia, equidade e igualdade, participando das mobilizações das “Diretas Já” e da “Constituição cidadã” (HUR, 2012). Na década de 1990, fomentou o lema da “Psicologia e o compromisso social”. Desde os anos 2000, adotou como bandeira a atuação da Psicologia nas políticas públicas (HUR; LACERDA, 2017, p. 3)

As semelhanças sociais dos momentos do país que se repetem ao longo do tempo evidenciam para nós a urgência da retomada das práxis em psicologia como estratégia para a retomada da democracia, que, por sua vez, precisa acontecer indissociável da luta anticapitalista em todas as suas intersecções e consubstancialidades (HIRATA, 2014). Na mesma direção, as urgências pela retomada dos territórios na Amazônia, pela retomada dos protagonismos sociais em nossas comunidades também expressam a necessidade histórica da retomada da soberania nacional.

A psicologia em meio a essa trama não pode paralisar diante do receio ou do medo em levantar bandeiras em seu compromisso social, não apenas no discurso, mas também essencialmente na prá-

tica: a psicologia, ciência e profissão precisam construir junto com o povo brasileiro, em sua multiplicidade e pluralidade, os movimentos de rua, as ocupações, as retomadas, a cultura popular.

Hoje, essa talvez seja a forma mais decisiva de a Psicologia legitimar o sofrimento do povo brasileiro como um sofrimento humano que precisa ser não apenas cuidado, mas também, definitivamente, superado coletivamente. Consequentemente, o único caminho para a prevenção dessa dor, sem dúvidas, é a construção das lutas populares no enfrentamento das desigualdades e da injustiça social, bem como no trabalho pela construção de uma sociedade sem classes, sem opressões. Principalmente diante da atual conjuntura, de miséria, de fome, de genocídio, compactuar com discursos na psicologia que defendam a neutralidade científica, a passividade diante das violências e violações de direitos humanos, e com uma clínica tradicional que não amplie a atuação junto às práticas extramuros, representa tudo o que não devemos fazer.

Na função de uma disputa de projetos de psicologia, esse fazer precisa ser fortalecido enquanto um saber validado cientificamente nas academias, e o Sistema Conselhos e o CREPOP possuem um lugar central junto a essa tarefa. Precisamos formar psicólogas e psicólogos dispostos a ingressar nesse projeto coletivo com todos os seus riscos, desafios e potencialidades, pois somos um caminho importante para a transformação das mazelas e com nossos conhecimentos e metodologias podemos disponibilizar uma contribuição decisiva para a construção de uma nova sociedade, sem opressões, cumprindo nosso papel ético-político em parceria com o sistema conselhos, visto que “constata-se que o CFP assume posicionamento e práticas que visam a produção de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática e, por conseguinte, **com menor sofrimento psicossocial**. Portanto, pode-se afirmar que suas ações são eminentemente políticas” (HUR; LACERDA, 2017, p. 3, grifo nosso). Esse processo formativo, contudo, depende da ampliação da consciência de classe da categoria profis-

sional e científica, implicando uma tomada de decisão coletiva, que talvez seja o maior dos nossos desafios contemporâneos em psicologia.

Do ponto de vista do CREPOP, a meu ver configura-se na atualidade uma grande responsabilidade sobre a qual tenho dialogado com o querido mestre Robenilson Barreto: qual seja, como grande mobilizador de debates e conscientização em psicologia, parceiro da sociedade na garantia dos direitos dos usuários dos nossos serviços nas políticas públicas, para o CREPOP talvez seja necessária uma “virada” ou uma “guinada” na elaboração e no trabalho com as referências, de maneira a incorporar uma atitude mais incisiva com relação às transformações sociais; quer dizer, em um momento em que não temos mais as políticas públicas como antes, qual é o papel do CREPOP, que é um órgão que pensa as políticas públicas? Deixo aqui, em síntese, algumas sugestões e apontamentos:

1. Consiste em um passo a ser dado, a formulação de estratégias que amplifiquem a participação social da sociedade civil em sua metodologia;
2. O esforço histórico em produzir materiais de referência para atuação junto aos movimentos sociais, legitimando esse lugar como um campo primordial da psicologia brasileira; e
3. Incentivar os diálogos e as construções junto às lutas populares para a disputa de consciência em psicologia, dando visibilidade às demandas psicossociais urgentes e emergentes: por exemplo:
 - a. Referências técnicas para o trabalho pelo enfrentamento da fome, demanda para a psicologia sinalizada pelo Instituto Silvia Lane esse ano -2021;

- b. Referências técnicas para a atuação junto aos conflitos fundiários no campo e na cidade (e essa é uma solicitação de quadros do Movimento Nacional de Luta pela Moradia para o CFP); e
 - c. Referências técnicas para a atuação no contexto de mobilização popular, e assim por diante.
4. Faz-se necessário, por fim, estreitar as relações com o ensino superior em psicologia de maneira a garantir determinados debates em territórios mais conservadores, principalmente nos interiores do país.

Por fim, para a defesa e resistência nas políticas públicas, a Psicologia precisa “Reagir”, como tem alertado Ana Bock²⁵. Sem auto-organização e protagonismo na história de luta de classes, a Psicologia, assim como as Políticas Públicas e a Democracia, corre o risco de ser desmontada. Então, vamos construir a psicologia brasileira como resistência popular; pois, para que estejamos nas políticas públicas, precisamos garantir a democracia.

Gostaria de agradecer à valorização do meu trabalho e à oportunidade em somar nesta mesa, com esses grandes nomes que tanto admiro, agradecer também à professora Eunice, conselheira do CRP10, e ao Mateus e à Queli, do CREPOP, por esse espaço. Como também a Gabriel Araújo, Layonan Batista e Robenilson Barreto, que contribuíram para as reflexões presentes neste texto. Com isso, concluo minha fala com um trecho da Carta de Dom Pedro Casaldáliga para a turma de Psicologia na UNIRIO em 1999, recitada pela Rede de Psicologia da

25 Por exemplo, vide: <https://www.brasildefatombg.com.br/2020/11/18/artigo-psicologas-reagem-a-ofensiva-do-capitalismo-via-redes-sociais>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Descolonização e América Latina, no documentário dedicado a esse líder popular após a sua morte em 2020:²⁶

[...] A maltratada alma humana destes tempos de neuroses e de psicoses, na desajustada sociedade do consumismo e da supertécnica; onde o importante é ter mais, ser mais-do-que-os-outros, mesmo à custa de deixar de ser identidade humana./ Não se vendam: nem nas Escolas do Sistema dominante, nem nas Empresas do Lucro capitalista nem nos Consultórios da Medicina prostituída./ Não acabem sendo funcionários bem pagos, psicólogos dos privilegiados do Mundo, aliados úteis da Exploração, talvez da Repressão./ Sejam trabalhadores da Ciência, junto aos trabalhadores da enxada ou do torno ou da panela. Construtores todos do Mundo Novo que precisamos, que os Pobres da Terra exigem angustiadamente ²⁷ [...]

Referências

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, junho 2014. p. 61-73.

HUR, Domenico; LACERDA JÚNIOR, Fernando. **Psicologia e democracia**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37 (núm. esp.), p. 3-10, 2017.

26 Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/2628/crp-sp-indica-o-documentario-carta-de-dom-pedro-casaldaliga-a-psicologia>. Acesso em: 9 dez. 2021.

27 Texto completo disponível em: <https://ripehp.com/2020/08/20/obituario-bispo-dom-pedro-casaldaliga-1928-2020/>. Acesso em: 9 de dez. 2021.

MATRAGA, Marcus. **Tempo sem sol para Bertold Brecht**. Memorial Matraga, 2018. Disponível: <<https://www.memorialmatraga.com.br/tempo-sem-sol-para-bertold-brecht/>>

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, p. 1, p. 7-27, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 10, p. 1-25, e020063, 2020.

SAWAIA, Barder (org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

MESA 3: ATUAÇÃO PROFISSIONAL E DIVERSIDADE HUMANA

Itamar Sousa de Lima Junior

Mestre em Psicologia, PE

Olá, gente! Boa tarde a todas, todos, todes. É um prazer poder estar contribuindo nesse momento; hoje: 10 de dezembro de 2021, Dia Internacional dos Direitos Humanos, Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu sou um homem negro, uso uma barba fininha; o cabelo curto e escuro, estou com a camiseta branca com a estampa da Marcha da Maconha de Recife. Atrás de mim tem duas gravuras, um quadro de Zumbi dos Palmares e Chico Science numa arte de vinil.

Eu tenho a incumbência de falar um pouco sobre a população em situação de rua. É uma construção de trabalho que a gente vem fazendo já tem alguns anos. Desde a graduação, eu venho atuando com a população em situação de rua. Gosto de me reconhecer de onde eu parto – como um educador social de rua; é do lugar em que eu me sinto à vontade para fazer as minhas contribuições e meu lugar também de atuação. Sou redutor de danos, antiproibicionista; sou militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Estou na atuação com a população em situação de rua, com enfoque específico para crianças e adolescentes. Com o CREPOP tenho construído alguns materiais e tenho conversado sobre as referências técnicas sobre a população em situação de rua.

Para começar, gostaria de citar aqui um excerto da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz que “toda pessoa ela tem o

direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei” (ONU, 1948). O exposto no trecho é muito instigante de se ouvir ou ler. No entanto, quando a gente vai se remeter à população em situação de rua, vamos encontrar muita dificuldade para que essa e outras partes da Declaração dos Direitos Humanos contemplem pessoas em situação de rua.

Para falar da população em situação de rua (uma discussão que venho fazendo com as próprias pessoas em situação de rua, com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, com outras organizações sociais e com o poder público), é necessário caracterizar esse fenômeno. No Brasil, acho que precisa ficar negritado que a população em situação de rua não chega a uma situação de vulnerabilidade à toa, e que não existem coincidências nesse processo de chegada às ruas, por exemplo.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravização das pessoas. Foram cerca de quatro séculos de tráfico de pessoas, de exploração da vida das pessoas negras. Só para o Brasil foram trazidas seis milhões de pessoas da África (REIS; GOMES, 2005 apud CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017).

São pessoas que já chegam destituídas do seu território, destituídas da sua religião, destituídas da sua família, destituída da sua pátria, sua casa. E, chegando aqui no Brasil, constroem o Brasil. A maioria da gente é parte dessa população que veio nos navios, somos descendência de gente que viveu escravizada. População essa que não teve nenhum tipo de aparato legal que lhe conferisse direitos como pessoa humana.

O imaginário da população negra no Brasil vai se constituindo a partir de processos desumanizados de exploração de seus corpos e almas. Proponho uma pequena exemplificação de como isso é patente no Estado brasileiro; cito o exemplo do 13 de maio. Todos nós sabemos que, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi assinada. “Ali” passa a existir um decreto em que não é mais possível prosseguir de

forma legal com a escravização. No entanto, dois anos depois, isso em 1890, o Estado brasileiro cria um Código Penal que proibia que pessoas circulassem pelas ruas sem que fosse a trabalho ou que não tivessem moradia; que não permitia a prática da mendicância; que as pessoas não andassem em grandes grupos e até que praticassem a capoeira. As pessoas poderiam ser presas caso fossem praticantes de tais atos (BRASIL, 1890).

Ou seja, dois anos após à suposta libertação das pessoas escravizadas, pode-se imaginar quem eram as pessoas que estavam nas ruas das cidades, nas capitais, mendigando ou praticando capoeira ou não tendo trabalho. Começa então um processo de institucionalização forçada para a população negra recém-liberta, com o recrudescimento das instituições totais, como cadeias, asilos, manicômios, orfanatos. Diante da recusa da vivência nos centros comerciais, a população negra inicia a construção das periferias brasileiras. De forma geral a gente não vai ter nenhum tipo de garantia para se reestabelecer como povo. Há alguns anos, começamos a visualizar alguns direitos como sendo acessíveis à gente; mas, com as derrocadas do governo Temer e depois Bolsonaro, tanto investimentos que pudessem mudar nossa condição social como a retirada de direitos sistemáticos fizeram tudo ficar mais instável novamente.

É a partir dessa construção de país que comprou, vendeu, prendeu, matou gente preta, indígena e pobre que a população pobre e extremamente pobre se constitui, como o caso das pessoas em situação de rua. Trata-se de um grupo populacional heterogêneo, extremamente pobre e com vários, se não, todos os direitos violados (BRASIL, 2008).

Cada grupo de pessoas em situação de rua têm a sua especificidade, variações nas condições de vida de acordo com as regiões do país, nas configurações de cada cidade onde as pessoas se encontram. Assim, acabam sendo agravantes o frio ou extremo calor, a falta de

água, a pouca oferta de alimentos, falta de equipamentos de atendimento; além do fato da extrema pobreza e da negação de direitos.

Destaco, ainda, que há uma diferença entre a população adulta em situação de rua e a população infantojuvenil; grosso modo, a população adulta vai reivindicar no dia a dia a falta de trabalho, renda e de moradia. Quando se vai conversar com crianças e adolescentes em situação de rua, é notória a especificidade dessas faixas etárias. Geralmente crianças e adolescentes em situação de rua têm uma casa para onde voltar no final do dia ou no final de semana; estão entre idas e vindas da sua comunidade para a rua; a rua pode assumir um caráter de extroversão, porque dentro de casa a situação é de extrema pobreza (NOTO et al., 2003). Na convivência comunitária, essas crianças e adolescentes têm histórico de abandono da escola, entre outras violações de direitos que se seguem na vida de pessoas mais pobres no Brasil. Cabe ressaltar que a oferta de serviço especializado para atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua é muito baixa, algo que precisa ser amplamente discutido entre sociedade civil e poder público.

Acredito que um seminário do CREPOP ajude a incidir sobre novas possibilidades para o debate das políticas públicas, mas sobretudo dos serviços que atuem diretamente com a vulnerabilidade da população em situação de rua. Contribuindo para que a gente possa entender um pouco melhor como está o cenário das pessoas em vulnerabilidade social; para tentarmos sair de uma prática que corrobore com as violações de direitos e preconizem a atenuação das violações das pessoas em situação de rua. Do ponto de vista da dignidade, a nossa prática deve incidir diretamente sobre possibilidades de eliminação das vulnerabilidades que conduzem crianças, adolescentes, pessoas adultas e idosas à situação de rua.

Algumas dificuldades para a garantia dos direitos de populações em vulnerabilidade social se dão pela falta de dados do Estado. As pesquisas são escassas. A única pesquisa nacional sobre a população

em situação de rua é de 2008, mas em sua contagem deixa de fora cidades como Recife, São Paulo e Belo Horizonte (BRASIL, 2008). Penso que a morosidade do Estado em conseguir fazer levantamentos efetivos que visem a solucionar a questão da população em situação de rua é uma reedição do período escravagista. Para o censo do IBGE de 2020, houve uma grande mobilização da população em situação de rua nos estados para que o público fosse incluído no levantamento nacional. Essa reivindicação foi negada, mesmo os movimentos sociais apresentando algumas metodologias e se colocando à disposição para que o censo pudesse abarcar de forma mais universal a população brasileira. A falta desses dados acaba reverberando na dificuldade que trabalhadoras e trabalhadores têm em executar os serviços das políticas públicas. Posto que sem dados é muito difícil organizar qualquer estratégia, sem dados o orçamento não funciona; sem orçamento os recursos não garantem que a dignidade humana caminhe democraticamente (BATISTA JÚNIOR; LIMA JÚNIOR, 2018).

Nós das ciências humanas precisamos olhar para o campo de nossa atuação sempre. Somos várias profissionais da psicologia que estamos atuando com pessoas em situação de rua, sobretudo na política de assistência social e saúde, nos CRAS, CREAS, Centro Pop, Consultório de/na Rua, CAPS, entre outros. No entanto, a gente carece muito de processos formativos, já que a própria academia não consegue chegar junto dessa população, por se tratar de uma realidade muito distinta para a lógica da metodologia acadêmica. A extrema vulnerabilidade de quem está em situação de rua é uma lacuna abissal em que a ciência da psicologia ainda precisa se debruçar por mais tempo, mas principalmente se colocar à disposição para criar caminhos juntamente com as pessoas em vulnerabilidade social. Chegar junto, nesse sentido, é acompanhar e aprender a dialogar com quem vive em estado de violação de direitos.

Nesse sentido, a formação profissional situada parece ser o melhor caminho a se percorrer. Aqui falo de uma formação conti-

nuada, uma formação que leva em consideração a educação social de rua, pois a vinculação com o território, com as pessoas que são atendidas, se torna em algo crucial na oferta de serviços comprometidos com a dignidade das usuárias e usuários. Não é razoável o trabalho com população em situação de rua sem se entender como está sendo feita a vinculação desse público com os serviços no geral. Não compreender as condições das pessoas atendidas, a saber, seu local de origem, onde dormem, como se alimentam nas ruas limitam a atuação profissional (FREIRE, 1989); pois, quando esquecemos do caráter horizontal que a atuação profissional exige, criamos barreiras intransponíveis para a pessoa em situação de rua. Por exemplo, um Centro Pop que não consegue fazer assembleias; momento em que a população que acessa o serviço possa discutir e possam criar estratégias para que o serviço possa caminhar melhor, acaba reeditando modelos de subalternização da gente pobre e periférica.

Se a vinculação entre pessoa atendida e pessoa trabalhadora dos serviços não acontece, há prejuízo para a dinâmica dos serviços; e dessa forma passa a se assemelhar muito mais com aquela lógica manicomial, tal qual a dos hospitais psiquiátricos, das instituições totais, onde existe uma equipe que tem um suposto saber e aquele saber é maior do que a experiência das pessoas que estão vivenciando a própria situação de rua.

No exercício profissional ainda temos dificuldade de garantir a intersetorialidade para quem utiliza os serviços. Precisar acessar dois, três ou mais serviços por semana para poder lavar roupas, se alimentar, ter suporte psicológico, cuidados em saúde e encaminhamentos da assistência social mostra como ainda estamos distantes de enxergar as pessoas em situação de rua com dignidade. Nesse sentido as políticas acabam não se tornando efetivas em sua totalidade e isso é uma dificuldade para quem precisa delas.

Por fim, cabe destacar que a prática profissional com as pessoas em vulnerabilidade, sejam quaisquer elas, perpassa pelo respeito a

sua história de vida, entendimento do território como local da garantia dos direitos e reflexão exaustiva sobre o cotidiano do trabalho. Destaco ainda que uma nova estratégia tem sido feita no mundo todo; os projetos de Moradia Primeiro²⁸, que consistem em ofertar moradia para as pessoas em situação de rua em primeiro lugar, para só depois garantir acesso às outras políticas públicas. No Brasil, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, a Pastoral do Povo da Rua e outros atores sociais têm experimentado esses tipos de projetos em Minas Gerais, Paraná, Pernambuco. Há muitos desafios, mas há pessoas se movimentando para que a realidade seja transformada.

Referências

BATISTA JÚNIOR, J.; LIMA JÚNIOR, I. S. População em situação de rua e o sistema único de assistência social. In: SILVA, A. V. et al. (orgs.). **Programa CapacitaSUAS no estado de Pernambuco: experiências temáticas dos cursos de ensino a distância.** Caruaru, PE: Editora Asces, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.** Institui o Código penal dos Estados Unidos do Brazil. [S.l.: s.n.], 1890.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília, DF: [s.n.], 2008.

28 Conferir o livro: *É possível Housing First no Brasil?: experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil* / Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF: MMFDH, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/DHUM0117_21x26cm_WEB4Pg_Separadas.pdf.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, DF: CFP, 2017.

FREIRE. P. **Educadores de rua**: uma abordagem crítica. Bogotá: Gente Nueva, 1989. Disponível em: <http://beu.extension.unicen.edu.ar/xmlui/handle/123456789/123>. Acesso em: 15 jul. 2018.

NOTO, A. R. et al. **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras**. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, 2003.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: [s.n.], 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ENFOQUE EM DIFERENTES POPULAÇÕES: POPULAÇÃO NEGRA, MULHERES, LGBTI+, INDÍGENAS

Edinaldo dos Santos Rodrigues

Psicólogo de saúde Indígena no Distrito Sanitário Especial

Indígena Pernambuco

Sou do povo Xukuru do Ororubá de Pernambuco

Olá, meu nome é Edinaldo Rodrigues. Descrição! Tenho cor de pele avelhada, cabelos pretos liso, fios selvagens, estou com uma camisa vermelha, colar de sementes e ao fundo uma parede verde-escura.

Início agradecendo o convite e a indicação para participar deste Seminário, parabenizo o CREPOP pelos 15 anos em defesa e resistência da Psicologia nas Políticas Públicas, num momento em que as políticas públicas estão sendo alvo de ataques e consequentemente os lugares dos psicólogos nestas políticas também estão sendo ameaçados.

O trabalho dos psicólogos na saúde mental em contextos indígenas é voltado para uma diversidade humana dentro de outra diversidade, e a psicologia ainda conhece muito pouco sobre estas diversidades.

Os povos indígenas do Brasil ainda representam em tempos atuais uma das maiores sociodiversidades do mundo. São 305 grupos étnicos, ainda falam 180 línguas, com uma diversidade imensa de expressões ritualistas, artísticas e saberes ancestrais que compõem diferentes cosmovisões e cosmologias. É importante destacar que

esta população tão pluriétnica representa apenas 0,4% da população brasileira.

Estimativas do período da chegada dos invasores e opressores às eram de que estes povos podiam chegar a 5 milhões de pessoas e mais de 1.000 etnias só no Brasil. O projeto colonial no mundo não respeitou e muito menos reconheceu as populações nativas e suas histórias e modos de vida. No Brasil, o período colonial foi marcado pelo genocídio indiscriminado das populações indígenas e se deu das mais diferentes formas, a exemplo: do extermínio físico, disseminação de doenças, assimilação das culturas tradicionais a sociedade geral, negação de direitos humanos, armas coloniais como disseminação de bebidas industrializadas e outras drogas, invasão e apropriação das terras, exploração dos recursos naturais, escravização, exploração humana e sexual.

Todos estes métodos e estratégias de apagamento das nações indígenas dizimaram em massa muitos povos e culturas e também tinha como principal objetivo chegar ao século 21 sem a presença desta população. Porém a capacidade de sobreviver e a resiliência indígena os fizeram atravessar séculos e se tornam ainda mais fortes e resistentes.

Desde a reconstituição democrática de 1988, período em que se reconheceram os povos indígenas, suas diversidades étnicas e os direitos territoriais, época que a sociedade geral considerava muitas nações e povos extintos ou com apagamento cultural perante a sociedade. Foi também a época que muitos povos se reorganizaram, assumiram suas identidades e partiram para a luta por seus direitos constitucionais. Mesmo sabendo que seria uma luta árdua em que muitos poderiam ser ameaçados e até perderem suas vidas.

E assim seguiu a luta, com conquistas e retrocessos, em que não é incomum indígenas e ativistas sofrerem ataques violentos. Segundo o relatório anual de violências em povos indígenas, divulgado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário CIMI, os últimos anos

principalmente em 2020, ano marcado pela pandemia da COVID 19, a escalada de violência aos povos indígenas aumentou, a exemplo, das invasões aos territórios e assassinatos de lideranças indígenas. Já 2021 foi marcado pela pressão política para aprovar o PL nº 490 (marco temporal), que retira direitos constitucionais e favorece a invasão e consequentemente os conflitos em terras indígenas.

O cenário de violências, o apagamento da cultura, a negação de direitos humanos, a invasão das terras, a ausência de políticas públicas, entre outras ameaças colocam povos em situação de vulnerabilidade e risco de vida. E assim também nas comunidades dos não indígenas pobres e negros ribeirinhos, quilombolas e moradores de periferias urbanas, lugares onde se encontram muitos grupos étnicos indígenas também. Os cenários que aponte são cenários de muita opressão e que se potencializam pela falta de trabalho e geração de renda e acabam dando lugar ao uso prejudicial de álcool e outras drogas que potencializam as violências, entre elas o suicídio.

É neste contexto rico pela diversidade cultural, saberes e culturas milenares, saberes da psicologia indígena presente nos pajés e outros detentores de conhecimentos, mas também ameaçado pelas influências externas que psicólogos e psicologias científicas buscam lugar para aprender e ensinar formas de lidar com as ameaças ao bem viver indígena.

Mas onde estão os psicólogos nas questões indígenas? Atualmente somos quase 106 psicólogos, alguns de origem indígena, pelo menos 6 atuando na saúde mental, nos 34 distritos sanitários especiais indígenas do Brasil. Mas o que fazem os psicólogos nas aldeias ou nos Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEIs). O que se recomenda a estes profissionais que se faça?

O matriciamento em saúde indígena é a estratégia proposta, embora o apoio matricial seja uma estratégia criada pelos não indígenas com o objetivo de quebrar paradigmas na assistência e na gestão a saúde, para aproximar outras áreas de conhecimento a atenção

básica e superar lacunas na saúde pública. Na saúde indígena, ela tem outra função: criar espaços, ampliando a clínica, e buscar outros conhecimentos e práticas terapêuticas dos próprios povos nativos.

Neste lugar cabe ao psicólogo escutar, conhecer os itinerários terapêuticos e construir com as comunidades em que atua estratégias de psicologia para lidar com a problemática psicossocial junto aos povos indígenas.

O cenário, como já falamos, se apresenta cheio de problemas trazidos pelo contato com os não indígenas, ainda é muito rico em potencialidades de reconstrução de práticas e saberes indígenas que podem ser a solução destes problemas.

Concluo afirmando que a psicologia tem muito a aprender com os povos indígenas na construção do bem viver, mas também pode ser um instrumento científico facilitador de uma proposta de bem viver sólida, rompendo com os modelos de psicologia colonial e se abrindo para uma nova psicologia que vê conexão entre os territórios, povos e cosmovisões.

Vou começar pela audiodescrição e depois eu entro nessas outras descrições. Bom, eu sou uma mulher branca, tenho cabelo cacheado na altura dos ombros, que já foi vermelho e hoje já está uma coisa esquisita, meio acobreado puxado para o preto. Estou com uma camiseta marrom sem mangas, com um colar meio creme e um óculos transparente, um batom vermelho e atrás de mim tem uma parede com uma estante com alguns livros, uma planta, um violão pendurado e uma porta branca. E agradeço muito poder estar aqui nessa mesa. Agradeço muito poder também ter ficado por último, porque num encontro como este, em uma mesa como esta, poder ficar por último é um presente no sentido em que me dá a possibilidade de aprender com as falas dos companheiros anteriores e ir repensando os caminhos, repensando as rotas do roteiro que eu tinha preparado para estar aqui.

Estou absolutamente feliz. E, como Jureuda fala, também fiquei feliz, porque esse encontro acabou sendo um encontro que para mim é como voltar para casa. Eu sou pernambucana, como ela falou, vivendo um processo migratório pelo Sudeste, então faz alguns anos já que eu moro no Rio, mas sou natural mesmo nascida em Pesqueira, terra de Edinaldo, que é meu conterrâneo de cidade, e muito me orgulha poder ser de Pesqueira, especialmente por ser uma cidade que tem um vasto território indígena do povo Xukuru. Então, sempre que eu vou para algum lugar, penso: o que é que me orgulha de ter nascido naquela cidade no Agreste de Pernambuco, quase na porta do sertão? O que mais me orgulha é saber que a cidade, depois de muita luta dos povos Xukuru, se compôs como cidade que abriga um território indígena. Então, muito me orgulha.

Estou muito feliz e emocionada de poder estar aqui, emocionada, de poder estar também com Itamar aqui, tive umas passagens pelo CRP 02 de Pernambuco, e a gente dividia junto uma certa rotina do Conselho de Pernambuco, até que eu mudei para o Rio, quando decidi voltar a retomar os estudos e esse campo acadêmico. Enfim, e com isso tudo é inevitável começar essa fala já afetada, super emocionada. Então, peço desculpas por fugir um pouco da trilha linear da rota que eu tinha traçado, porque voltar para casa encontrando Ednaldo, voltar para casa encontrando Itamar, e voltar para casa estando aqui, mesmo estando no meu quarto de trabalho no subúrbio carioca, mas voltar um pouco a Pernambuco, é lembrar também minha rotina que me compôs como psicóloga nas territorialidades de Pernambuco.

Ouvir Itamar me lembrou do meu trabalho que me fez ser psicóloga, onde aprendi a ser psicóloga, no Programa “Atitude”, que é um projeto que existe no governo do estado de Pernambuco, que trabalha com população em situação de rua usuária de crack. Relembrar esse meu trabalho na alta complexidade da assistência social, que me ensinou a ser psicóloga no território, lá no meio-fio de algumas periferias de Jaboatão, já que a casa em que eu trabalhava fica em Jaboatão dos Guararapes, e foi também inevitavelmente resgatar Roberta, que foi minha “usuária-referência”, na condição de travesti em situação de rua da região, uma vez que, população de rua transita pela cidade, então não tem residência fixa. E eu tive o prazer de ter conhecido Roberta no serviço e eu fui a técnica de referência dela, psicóloga, e acompanhei por um tempo. E a gente tinha em comum o fato de dividirmos a identidade travesti. Ela, uma travesti em situação de rua. Eu, uma pessoa reconhecida como travesti, mas do outro lado, tendo formação em psicologia, por um acaso histórico muito pequenininho que produziu essa diferença. Minha família me acolheu e quando a minha família me acolhe, nesse processo, eu consigo terminar uma graduação, consigo fazer mestrado, consigo trabalhar como psicóloga e seguir a vida. Roberta não.

Muito me emociona me lembrar de Roberta, porque na metade desse nosso ano, ali no Cais de Santa Rita, no Centro de Recife, enquanto dormia na noite chuvosa, Roberta foi assassinada tendo o seu lençol queimado. Então, ela sofreu queimaduras muito graves enquanto dormia na rua, por ser uma travesti em situação de rua, e veio a óbito. Então, é inevitável começar essa fala de afetação entendendo a possibilidade que é para eu ter sido psicóloga e os encontros que a psicologia vem me proporcionando, especialmente o encontro com Roberta, então, é inevitável.

Mas, seguindo um pouco o roteiro que eu preparei, hoje é um dia também super significativo para a gente estar compondo esta mesa. Como já foi falado super amplamente, hoje é o dia que a gente marca a luta pelos direitos humanos. Hoje é o dia que a gente marca essa palavra que virou um chavão em disputa no nosso Brasil atual, “Direitos Humanos”. E por que é importante marcar hoje, essa data emblemática, que eu fico muito feliz de estar passando aqui no CREPOP, pensando política pública, pensando psicologia e sistemas de políticas públicas, no dia dos direitos humanos? Porque essa é uma junção inescapável. Acho que esse é um ponto de partida, pensar que os direitos humanos e políticas públicas são elementos em comum que se cruzam.

Com muito orgulho, desde o começo da nossa gestão aqui no Rio, sou conselheira aqui do Conselho do Rio na gestão atual. Entre 2019 e 2021, até setembro de 2021, eu coordenava a Comissão Regional de Direitos Humanos aqui do Rio, o espaço fundamental, e eu saio desse lugar, assume o Pierre maravilhoso, e aí fui para a diretoria, atualmente do Rio. Mas um aprendizado que me ficou desse lugar de pensar sobre direitos humanos é o de que não tem como pensar a política pública que seja de fato garantidora de vida, garantidora de segurança, garantidora de futuro, se essa política pública não é pautada nas perspectivas dos direitos humanos. Como assim, Céu? Ponto de partida do começo da nossa conversa. Todo governo produz política

pública, todo, política pública não é coisa de governo de esquerda, entre aspas não, todo governo produz políticas públicas. A diferença é que algumas políticas públicas são pautadas na garantia de direitos, outras políticas públicas não. Como assim, Céu? Comprar fuzil é uma política pública. A polícia é uma política pública. O sistema prisional é uma política pública. Por quê? Porque são políticas de gestão do Estado, que são compostas pelo dinheiro público e que são geridas pelo poder público. Então, se configuram como política pública muito rapidamente, muito amiúde.

Toda forma de gestão do Estado, no modo como funciona o Brasil, é a partir de políticas públicas. Só que aí tem uma diferença. Algumas políticas públicas são garantidoras de direito. Algumas políticas públicas garantem vida mais emancipada, garantem uma vida melhor para a população, garantem cuidado, garantem acesso a coisas que a gente não acessaria e essas políticas públicas são completamente pautadas nas perspectivas de direitos humanos. Então, assim, a gente pode pensar se o sistema prisional, do modo como é, é uma política pública, porque é uma gestão de dinheiro público, o SUS e o SUAS também são. Qual é a diferença delas? O SUS e o SUAS se pautam na perspectiva de garantir direitos para toda a população e melhorar a vida da população. Então, acho que esse é um ponto em que a gente pode começar essa conversa.

Então, tem aí uma modulação e uma junção inescapável, especialmente pós 1988, pós-constituintes, após a Constituição de 1988, de que a gente possibilitou uma certa discussão sobre o que significou a política pública no Brasil, que mudou, que foi diferente depois de 1988. Essa discussão que a gente passou a fazer do que é uma política pública garantiu que, depois da nossa Constituição atual, a gente pudesse construir uma coisa como o SUS, um grande Sistema Único de Saúde, que, embora seja atacado pela mídia e tenha uma série de disputas sobre se funciona ou não, opera em todas as cidades, em todos os bairros, em todos os territórios.

Então a gente tem, apesar das disputas que tentam cortar o máximo de investimentos, enfim, sucatear propositalmente esse grande sistema, a gente criou um grande sistema único, gratuito, universal, em que eu não preciso ter dinheiro para acessar, eu não preciso ter uma carteira de trabalho assinada para conseguir acessar o médico. Se eu passar mal agora, nesse momento, eu sei que a UPA que está ali no bairro vizinho vai me socorrer, independentemente de quem for, independentemente se eu tenho dinheiro ou não para pagar. Então isso é algo muito grande e muito raro. São poucos os países que têm essa perspectiva e a gente só tem essa perspectiva porque em algum momento a gente pautou que a política pública precisa garantir direito, precisa ser um espaço de garantia de direitos.

Nesse sentido, a gente entendeu que a política pública é uma grande forma de materializar tudo isso que a gente chama de direitos humanos, parece meio abstrato, assim, ah, direitos humanos, tipo Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como que a gente puxou isso para a carne, e operacionaliza, faz funcionar e tem interferência direta na vida das pessoas? Pela política pública. Ah, todas as pessoas têm direito à saúde. Como que a gente faz isso? SUS. Como que a gente faz isso? Política Nacional de Atenção Básica.

A gente criou políticas públicas, e para mim hoje é inevitável perceber que as políticas públicas garantem direitos, elas materializam, dão carne, dão vida e dão concretude à perspectiva dos direitos humanos. Acho que esse é um ponto interessante para a gente começar a conversar, além de ser um debate inescapável para psicologia. Quando a gente vai apostando nesses grandes sistemas de políticas públicas, quando eles vão funcionando, vão operacionalizando, eles vão mudando a forma de a gente entender como a gente opera como povo, como a gente acessa direitos, como acessa a saúde, educação e assistência.

A partir disso, a psicologia passa a ser convocada a ocupar esse lugar também, não só aquela velha psicologia individual e liberal do

consultório privado, a psicologia é chamada para falar: “o que você tem a dizer sobre a atenção básica; psicologia, que é que você tem a dizer sobre política de assistência social, sobre o CRAS e o CREAS, sobre o Centro Pop? O que você tem a dizer sobre esses equipamentos? Quando a gente é convocada como psicologia para contribuir com esses lugares, se tem uma dobra, a gente contribui com esses lugares com uma perspectiva nossa e que é diferente do serviço social, por exemplo, que é diferente do direito; mas, ao mesmo tempo, esses serviços contaminam a psicologia com a prática que até então não era prevista nas nossas formações. Acho que isso é uma díade muito interessante e recente também. A Política Nacional da Assistência Social é de 2004, então a gente ainda estava fortalecendo-a quando veio esse momento de combate mais ferrenho a essa política, mas ela é muito recente ainda. É uma política que acabou de atingir a maioria de algum modo, acabou de ficar maior de idade segundo esses padrões.

Portanto tem uma díade aí, tem uma mudança que já foi sendo operada na psicologia a partir da nossa inserção nesses campos de trabalho, que são campos de trabalho que, em sua origem até a primeira década dos anos 2000, convocava massivamente muitos profissionais de psicologia para trabalhar em CRAS, no CREAS, na assistência social e nas políticas do SUS também.

Então, nessa perspectiva, acho que a gente chega em um campo que pressupõe um paradoxo de algum modo. Por um lado, tem uma universalidade dessa perspectiva; e por outro lado tem muita Interseccionalidade também. Então, como fica esse paradoxo? A gente acaba operando a partir da universalidade do acesso, universalidade da garantia de direitos, então todo mundo tem direito a acessar, porque é uma política pública. Por outro lado, a gente entende que esse acesso não é massificado, não é a lógica dos manicômios que todo mundo que entrou lá ganha um número, perde o seu nome e perde qualquer traço de subjetividade, não é essa lógica mais.

Agora a lógica é assim: tá, o que Céu precisa e o que Itamar precisa é completamente diferente do que Ednaldo precisa, do que Jureuda precisa, mas os quatro têm direito a acessar esse mesmo lugar. Eu acho que esse paradoxo que parece, ele é muito bonito quando, em vez de atrapalhar o nosso trabalho na composição de política pública, ele funda os princípios todos das políticas públicas. A gente passa a falar em universalidade e equidade no SUS. A gente passa a falar, por exemplo, de princípios da intersetorialidade, princípio do cuidado em território ou, o que eu acho mais bonito de todos, princípio da incompletude institucional de que a gente precisa se compor em rede para conseguir dar conta do trabalho com essas subjetividades que são singulares e que a pessoa precisa de muitas coisas, que um serviço só não pode dar conta totalmente de resolver. Se eu trabalho no SUAS, eu vou precisar articular com a saúde, eu vou precisar articular com a assistência, eu vou precisar articular com a educação para conseguir, aí, ir somando as vulnerabilidades e enfrentando as violências, que essa vida dessa pessoa foi sofrendo e atravessando.

Mas, seguindo rapidamente para a gente conversar um pouco, faz pouco tempo que eu estava num evento conversando com o Augusto Jobim, super querido, e ele relatou uma coisa que eu achei interessante, lembrei enquanto estava preparando algo para trazer pra cá. Ele comenta, e para mim faz todo sentido, e refaço as palavras: Se a diferença é o que compõe esse traço de Interseccionalidade, se a gente precisa aprender a cuidar das pessoas sem anular as diferenças, sem anular que somos diferentes, a gente passa então a entender que precisamos construir políticas que afirmam essa diferença.

E, nesse sentido, o Augusto aponta o que talvez seja o oposto a isso que a gente chama de diferença, não é a igualdade, como a gente em geral se pensa, para ele, o oposto disso que a gente chama de diferença é a indiferença. Isso me atravessou, porque me chama a atenção como uma pista super importante. Então tá, se a gente pressupõe que o oposto da diferença, marcada enquanto eu sou

diferente de Itamar, se o oposto dessa perspectiva da diferença é a indiferença, a gente passa a falar então de certa sensibilidade, de certa política de afetação, em que, se eu pressuponho uma lente que me permite enxergar as diferenças, eu pressuponho uma lente que me permita perceber que a vida dessa outra pessoa está aqui, que é diferente da minha, mas que está aqui também, e que essa vida passa a ser percebida como tão possível quanto a minha e tudo bem. Se o oposto dessa diferença é a indiferença, a vida dessa outra pessoa que é diferente de mim, que não é um espelho em que eu me reflito, não existe ou é menor, ou é algo perigoso que me ameaça, que eu precise aniquilar, mas não é algo que não é da ordem do humano, não tão humano quanto eu, não com tantos direitos quanto eu, não com tanto direito a uma vida digna e plena quanto a minha. Então, essa indiferença talvez fale de uma política de insensibilidade para que essa vida de outra pessoa, mesmo que eu não entenda muito, possa existir ali como vida.

Sendo assim, isso tem duas dimensões para seguir minha fala, que está acabando: em uma dimensão pragmática institucional, a operar, que fala de uma ação direta e concreta na construção de políticas que vão afirmar o respeito à diferença e afirmar que a diferença precisa existir e ser protegida em sua diferença; mas tem também uma dimensão subjetiva, uma dimensão de uma produção constante nossa, de certo regime de sensibilidade, que vai entender que o mundo é um lugar em comum, que eu posso ter uma rua em comum com aquela travesti, que eu posso ter uma vida em comum, que habita um lugar em comum com aquela população indígena, com aquela pessoa negra, com aquela pessoa em situação de rua.

Acho que tem uma política do “comum” que fica aí também como efeito, que é algo do nosso modo de não se constituir no mundo, que é a dimensão subjetiva, mas também pela dimensão pragmática de que se materializa em um serviço de proteção especializada, num serviço de acolhimento especializado, numa política pública

especializada, que entende que essa diferença segue sendo no nosso Brasil, capturada e transformada em desigualdade. Acho que esse é um ponto fundamental: assim, essa diferença segue sendo capturada, transformada em desigualdade.

E não à toa, para fechar minha fala, que já está no limite talvez, a gente segue sendo o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo todo. A gente segue sendo um dos países que mais produz genocídio contra as populações negras, a gente segue sendo um país que elegeu como inimigos (desde muito tempo, mas hoje descaradamente) os povos tradicionais e as populações indígenas, e segue fomentando o genocídio em várias linhas, tanto nas linhas literais quanto nas linhas jurídicas, quando propõe, por exemplo, o marco temporal neste momento, e vários outros absurdos que a gente vê.

Então, de novo, gente aposta na urgência de um trabalho que entenda a diferença como possível e que opere em duas dimensões, na dimensão pragmática institucional, a partir do fortalecimento e do fomento de políticas públicas que atuem na perspectiva da garantia de direitos, que entendam que essa diferença existe, que essa diferença é inevitável, e que essa diferença precisa ser protegida, porque vivemos num país que ainda captura essas diferenças e produz desigualdade a partir das nossas diferenças e também na dimensão subjetiva em nós, na micropolítica, naqueles traços que me constituem como sujeito no mundo quando eu encontro o outro que não sou eu. E essa dimensão subjetiva opera nas lentes que eu recebo o tempo todo da mídia, dos discursos, das relações que me ajudam a enxergar o mundo, e essas lentes que eu acoplo no meu olho, que me ajudam a enxergar o mundo, elas vão modular, por exemplo, se eu vou entender esse outro, se eu vou entender aquela travesti que está em situação de rua como ameaça que precisa não existir para que eu possa me sentir segura, ou se eu entendo ela como gente, tal como eu sou gente. Gente com história diferente, que tem alguns atravessadores que são diferentes da minha história.

Mas esse modulador que parece meio óbvio, ele produz boa parte das nossas políticas institucionais atuais e vai produzir ano que vem boa parte das disputas políticas do contexto inclusive legislativo, quando a gente vê operar uma série de discursos que apostam na inimizade. Ah, vamos combater esse perigo iminente, que é esse outro que está em situação de rua, vamos limpar as ruas dessa população, vamos combater essas populações indígenas que são um perigo iminente também, vamos impedir que essa galera que está lá, super prejudicada, desça, porque não merecem estar aqui e ter acesso ao nosso SUS.

Então isso tem uma política da inimizade, que vai sendo fomentada, e a gente tem uma dose de responsabilidade em como a gente recebe essa lente, como a gente acopla essa lente, e como a gente como sujeito que é político também no mundo, porque estamos aqui neste tempo, nos colocamos diante desse outro que não somos nós. Eu acho que essa é a grande pista.

E, só para fechar com a citaçãozinha, fiquei lembrando enquanto ouvia vocês, enquanto ouvia Aguinaldo, enquanto ouvia Itamar, de um trechinho bem pequenininho de um livro da Jota Mombaça, que se chama “Não vamos matar agora”, e tem um primeiro texto deste livro que chama “cartas, as que vivem e vibram apesar do Brasil”, e eu vou pedir licença para ler só um pedacinho bem pequenininho da carta que a Jota escreveu no livro que foi publicado este ano, que pra mim tem umas pistas muito interessantes sobre como é que essa diferença, apesar das tentativas constantes desde a colonização, desde as invasões de 1500, a diferença tentou ser aniquilada em nome de uma igualdade que nunca existiu, é impossível. E essa tentativa de aniquilamento das diferenças todas segue em curso, mas a gente tem um lugar também nisso e a gente tem também produzido outras coisas. E a Jota fala no começo da carta:

Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui com as nossas mortas amontoadas, clamando por justiça em becos infinitos, por todos os lugares. Nós estamos aqui e elas estão conosco ouvindo essa conversa e nutrindo o apocalipse do mundo de quem nos mata. Já não temos tempo, mas sabemos bem que o tempo não anda só pra frente. Eu não vim aqui pra cantar a esperança. Eu não temo a negatividade dessa época porque eu aprendi com os cálculos de Denise Ferreira da Silva, que menos com menos dá mais e, portanto, as nossas vidas negativas se somam e se multiplicam à revelia. Então eu vim para cantar à revelia, à revelia do mundo eu as convoco a viver, apesar de tudo, na radicalidade do impossível. Aqui, onde todas as portas estão fechadas e por isso mesmo somos levadas a conhecer o mapa das brechas. Aqui onde a noite Infinita já não nos assusta, porque os nossos olhares comungam com o escuro e com a indefinição das formas. Aqui onde apenas morremos quando precisamos recriar nossos corpos e nossas vidas. Aqui, onde os cálculos da política falham em atualizar as suas totalizações. Aqui, onde não somos a promessa, mas o milagre. Aqui, onde não nos cabe salvar o mundo, o Brasil, o que quer que seja, onde as nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras e manifestam na sua dissonância, dimensões e modalidades de mundo que nos recusamos a entregar ao poder aqui (MOMBAÇA, 2021).

Só para fechar a minha fala, estamos aqui e não tenho dúvida de que Roberta está aqui também com a gente neste momento e para sempre, Roberta e todas as outras, outros, outres que foram ceifados

nesse Brasil que não suporta a diferença. Mas, apesar deles, estamos aqui e vamos continuar aqui. Muito obrigada a todo mundo.

Referências

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1. ed. [S.l.]: Cobogó, 2021.

MESA 4: LANÇAMENTO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS

Maria Lúcia Miranda Afonso

*Psicóloga social e clínica
Mestre e doutora em Educação
Professora aposentada da UFMG
Consultora para trabalhos de Intervenção Psicossocial.*

Introdução

É com grande satisfação que, hoje, assumo a responsabilidade de fazer a apresentação das novas **REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NO CRAS/SUAS**. O documento é o resultado do trabalho de uma Comissão²⁹ nomeada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) para atualizar as Referências Técnicas elaboradas em 2007 (CFP, 2007). O desafio foi grande, assim como imensa foi a nossa aprendizagem. Em meu nome e no de nossa Comissão, agradeço ao Conselho Federal de Psicologia, ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (CREPOP) e a todos os que contribuíram com a produção da atual Referência técnica (RT).

Esta apresentação não tem o propósito de detalhar conteúdos, mas, tão simplesmente, sim o de convidar para a leitura do documen-

29 A Comissão foi composta por Neuza Maria de Fátima Guareschi (Conselheira Federal, responsável) e pelos especialistas Antonino Alves da Silva, Junio de Souza Alves, Lílian Rodrigues da Cruz, Maria Lúcia Miranda Afonso, Wanderson Vilton Nunes da Silva e Letícia Maria Soares Palheta (Técnica do CREPOP CRP 10/PA AP).

to. A construção da atuação profissional em uma política pública é um processo contínuo que se alimenta de discussões e ações em diferentes esferas – desde o trabalho até as diversas instâncias formadoras, gestoras e fóruns coletivos. Assim, as presentes RTs devem ser estudadas lado a lado com outros documentos oficiais, acadêmicos, científicos e técnicos, relevantes para a presente discussão.

Construção do Documento

Em 2007, o Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do CREPOP, publicou o documento “Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS”. A 2ª edição aconteceu em 2008 e uma atualização estava prevista para 2010. Nesse mesmo ano, o CREPOP realizou uma pesquisa com vistas a conhecer as condições de trabalho e a atuação de Psicólogos/os no CRAS. Entre as questões relevantes, a pesquisa apontou a necessidade de maior elaboração sobre as contribuições da Psicologia para a Assistência Social, pensando-a não mais em sua vertente assistencialista, mas sim como política pública de promoção de direitos.

O documento de 2007 já defendia as práticas profissionais voltadas à promoção da cidadania, abordando o sujeito em sua dimensão social e histórica, como agente de transformação de sua realidade. A atualização das RTs, no momento atual, diante da ameaça de desmonte das nossas ainda frágeis políticas públicas de caráter democrático, requer um ajuste de foco, reiterando princípios e ampliando propostas.

Ajuste de Foco

O processo da transição de uma política assistencialista para uma política de direitos exige novos referenciais éticos e teórico-metodológicos. A Psicologia também vem passando por mudanças, de uma perspectiva individualista e elitista para a produção de teorias e

metodologias direcionadas ao cuidado, à proteção social e ao protagonismo de indivíduos e coletividades no contexto social e histórico.

Ao problematizar o papel de psicólogas (e da Psicologia) no CRAS, o presente documento assume a estreita relação entre as dimensões chamadas objetivas e subjetivas das vulnerabilidades sociais, reafirmando a necessidade do diálogo multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, conforme a construção que as equipes desenvolvem no cotidiano de trabalho.

Assim, a Comissão decidiu trabalhar em duas dimensões articuladas: ético-política e teórico-metodológica. De um lado, reafirmar o compromisso da Psicologia com o combate à pobreza e às desigualdades sociais, bem como com a promoção da cidadania de grupos vulnerabilizados, tais como a população afro-brasileira, LGBTI+, ribeirinha, rural e povos indígenas. Por outro lado, buscar a produção teórica e metodológica que possa embasar as novas práticas.

Porém, não se trata de definir, de maneira tecnicista e verticalizada, o papel de psicólogas(os) na equipe do CRAS. Procurou-se mapear possibilidades a partir do campo amplo, rico e diversificado da Psicologia, superando o mote: “não sei como atuar”. Como exemplos, são lembrados a Psicologia Social e Comunitária, o trabalho com grupos, o conhecimento das fases da vida, etc.

Relevante é dizer que, nessa construção, foi fundamental a realização da Consulta Pública que avaliou a primeira versão do documento e apresentou questões, críticas e sugestões. Entre a primeira e a última versão, foi feito um grande esforço de entendimento e apropriação das contribuições e críticas na reformulação do documento.

Organização do Documento

O texto das RTs foi organizado em quatro eixos:

Eixo 1 – Dimensão Ético-Política da Psicologia na Assistência Social

No primeiro eixo, buscou-se discutir pilares ético-políticos indispensáveis ao trabalho de Psicólogas e Psicólogos no campo da Assistência Social no Brasil. Discutiu-se, em uma concepção articulada, uma dimensão ética do cuidado, referente à construção de relações no cotidiano dos serviços, e uma dimensão ética de promoção e proteção à cidadania. Procurou-se compreender essas dimensões no campo de disputas na Assistência Social brasileira, na transição do assistencialismo para a promoção de direitos.

Eixo 2 – Aproximações entre a Psicologia e o Sistema de Proteção Social a partir da Constituição Federal de 1988

O Eixo 2 trabalha as aproximações entre a Psicologia e o Sistema de Proteção Social Brasileiro, instituído a partir da Constituição Federal de 1988. Foi enfatizada a importância, para a categoria profissional, de se integrar ao serviço, conforme o desenho da política pública. Foi elaborada uma reflexão sobre a Psicologia na relação com princípios e diretrizes da PNAS e do SUAS. Necessário é compreender o CRAS dentro do SUAS e este como um sistema dentro do Sistema de Proteção Social brasileiro.

Eixo 3: Atuação da(o) Psicóloga(o) na Proteção Social Básica da PNAS

O Eixo 3 problematiza possibilidades de atuação das (os) psicólogas (os) na organização de cada um dos serviços voltados para o Trabalho Social com Famílias (TSF) no CRAS, bem como dos seus instrumentos técnico-operativos. Também foi pensada a aproximação da Psicologia com as abordagens metodológicas propostas, em documento oficial, para o TSF no CRAS. Enfatizando-se a complexidade

do trabalho na Proteção Social Básica, procura se situar a Psicologia no trabalho interdisciplinar, abordando-se questões éticas e técnicas relevantes na equipe multiprofissional. Finalmente, além de se resgatarem os princípios e diretrizes da RT de 2007, são propostos princípios novos e complementares para a atuação da Psicologia no CRAS.

Eixo 4 – Gestão do Trabalho e o SUAS

O Eixo 4 visa a compreender as condições de trabalho de psicólogas (os) no CRAS, bem como a Gestão do Trabalho no SUAS. Traça-se uma linha histórica das conquistas e desafios da gestão do trabalho no SUAS, a fim de contribuir para a análise crítica do papel das(os) trabalhadoras (es), em especial da(o) Psicóloga(o), na consolidação do SUAS. Recomenda-se que as (os) trabalhadoras(es) se apropriem das diretrizes da política e que sejam ativas(os) no processo de sua implementação. Também é apontado que o sistema precisa oferecer melhores condições de trabalho, que viabilizem a atuação profissional dentro do que as normativas preconizam.

Considerações Finais

Espera-se que a atual RT possa trazer subsídios para a prática das(os) psicólogas(os) no CRAS. É importante lembrar que a participação das(os) psicólogas(os) em seus conselhos de classe, nos congressos, encontros, publicações e outras instâncias é fundamental para que a sua atuação seja de fato transformada e transformadora. Nesse sentido, nunca é demais reafirmar a necessidade de o Estado oferecer educação permanente para as(os) trabalhadoras(os) na PNAS, com vistas ao seu aprimoramento e à consolidação do SUAS. A construção de um trabalho consistente nas políticas públicas é responsabilidade de todas(os).

Referências

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília, DF: CFP, 2007.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília, DF: CFP, 2021.

APRESENTAÇÃO DA REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NO CAPS

Ivana Serpentino Castro Feijó

Psicóloga da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP

A **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CAPS** que, com muita alegria, estamos lançando hoje se propõe à atualização do documento publicado inicialmente em 2013. A primeira edição da Referência foi elaborada a partir da análise do material coletado pelos Conselhos Regionais com a categoria em 2007. A partir da análise desse material, foram construídos eixos dos conteúdos desenvolvidos de modo a apresentar o serviço, suas estruturas, a rede de atendimento, em interlocução com conceitos importantes que ancoram o fazer da psicologia nos CAPS.

A atual revisão, que é realizada após seis anos da publicação da primeira edição, reflete o processo de aprofundamento importante das discussões e da produção de conhecimento em torno da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que passou a se realizar em cenários muito diversos de nosso país desde 2005, quando há uma reversão do investimento financeiro, maior em CAPS do que em hospitais psiquiátricos e, conseqüentemente, uma ampliação significativa da rede CAPS em âmbito nacional.

A referência técnica atual apresenta o CAPS como articulador estratégico da rede e da política de saúde mental nos diversos contextos da realidade brasileira. Para tal, foi formada uma comissão com representação de várias regiões do país. São eixos da referência técnica:

- **Eixo 1** – Dimensão ético-política das políticas de saúde mental
- **Eixo 2** – Psicologia e a política pública de saúde mental: a necessária mudança de perspectiva
- **Eixo 3** – A atuação da(o) psicóloga(o) na política do CAPS
- **Eixo 4** – Gestão do trabalho
- **Eixo 5** – Conjuntura sociopolítica da atenção à saúde mental e a atuação da(o) Psicóloga(o) no CAPS

O processo de construção e consolidação da política pública de saúde mental, por um lado, traz muitos questionamentos para a psicóloga e, por outro lado, é enriquecido com suas contribuições. As práticas psicológicas, no início da regulamentação da profissão, eram baseadas numa suposta neutralidade, demonstrando uma função normalizadora para adaptação dos indivíduos a uma sociedade desajustada e opressora.

Na mesma direção, o meio acadêmico favorecia a consolidação de teorias e metodologias psicológicas que assegurassem um perfil de profissional liberal e elitista que não trabalhava o sujeito no seu contexto social. Mas isso mudou devido a diversos fatores, sendo um deles a presença cada vez maior da psicóloga no setor público, principalmente na saúde pública. Esse panorama possibilitou mudanças fundamentais que as práticas psicológicas e a própria constituição da psicologia como ciência e profissão passaram ao longo dessa jornada.

Poderíamos dizer que, no tocante à saúde mental, o processo da reforma sanitária e psiquiátrica brasileira teve a colaboração importante das psicólogas e, na função de categoria, fomos bastante afetadas por mudanças profundas da forma de conceber e produzir saúde mental.

Achamos importante destacar esse entrelaçamento entre o próprio desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, ocorrendo junto a um amplo contexto político e em meio às transformações sociais e às políticas públicas emergentes. Essa discussão está presente no eixo 2 da Referência Técnica: “Psicologia e a política pública de saúde mental: a necessária mudança de perspectiva”.

O conjunto de marcos legais que sustenta tais mudanças é apresentado no eixo 1, que trata da dimensão ético-política da política de saúde mental, com destaque para a Declaração de DH, a Constituição brasileira, Lei nº 10.216/2001, entre outros. Conceitos como cidadania e singularidade, direito à vida em sociedade, participação social e cuidado em rede são abordados em sua dimensão histórica. A retomada do processo de construção de conceitos da Reforma Psiquiátrica se contrapõe ao momento político atual do país com muitos retrocessos da política de saúde mental. Recentemente, temos a publicação de portarias que materializam uma agenda conservadora para a saúde mental no país. A Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, e a Nota Técnica nº 11/2019 direcionam a política pública para a lógica manicomial e reforçam a internação como prática principal do cuidado em saúde mental. Nesse sentido, a revisão da RT em 2021 significa um ato de resistência, uma oportunidade de registrar os avanços e construções da categoria na perspectiva da Reforma Psiquiátrica. O eixo 5 – “Conjuntura sociopolítica da atenção à saúde mental e a atuação da(o) Psicóloga(o) no CAPS” apresenta essa importante discussão.

Estamos às vésperas da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, espaço democrático para discussão e construção de propostas com a participação efetiva dos(as) usuários (as), trabalhadores(as) e gestores(as) efetivando o papel fundamental do controle social na construção da política pública de saúde mental que acontecerá de 17 a 20/05/2022! O lançamento da RT acontece em clima de mobilização da categoria e colabora para o fortalecimento da política de saúde mental no Brasil.

Outro aspecto a destacar sobre o contexto atual é que ainda vivemos a pandemia do Coronavírus, um momento complexo e que exige que os profissionais e serviços de saúde exercitem sua capacidade criativa e de reinvenção para continuar assistindo à população e garantindo o acesso a uma saúde mental pública e de qualidade. O eixo 3 e 4 tratam da atuação da(o) Psicóloga(o) no CAPS e da gestão do trabalho indicando a importância da atenção e cuidado integral por meio da clínica ampliada como diretriz. É destaque a elaboração do PTS com usuário, família, equipe e rede local que contemple as diversas dimensões da reabilitação psicossocial, assim como abordagem da crise que são estratégicos para a consolidação de uma rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos. O matriciamento e a educação permanente das equipes de saúde e intersetoriais são apontados como fundamentais para sustentar práticas na perspectiva da desinstitucionalização e da atenção psicossocial.

Por todos esses motivos, esta referência torna-se um documento de extrema importância pelo momento atual que estamos passando e expressa o desejo da categoria em continuar buscando uma prática nos CAPS que possibilite às psicólogas o exercício da profissão marcado pelos princípios da reforma psiquiátrica brasileira.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017**. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. [S.l.: s.n.], 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota técnica nº 11/2019**. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília, DF: [s.n.], 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NA GESTÃO INTEGRAL DE RISCOS, EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Maria Conceição Pereira³⁰

*Referência Técnica para atuação na Gestão Integral de Riscos,
Emergências e Desastres*

É com muita emoção que estamos aqui neste evento para apresentar as Referências Técnicas a atuação de psicólogas e psicólogos na Gestão Integral de Riscos e Emergências e Desastres. Creio que em primeiro plano nos congratulamos com o CREPOP em função da sua grandiosa missão nesses 15 anos de existência, em que vem oferecendo à nossa categoria a possibilidade de entrar em contato com temáticas diversas e ao mesmo tempo permitir a nós psicólogas e psicólogos que possamos refletir e buscar melhores práticas na psicologia nos impulsionando a um fazer firme de responsabilidade e compromisso social diante da população brasileira.

Esse tema vem sendo sistematicamente debatido e trabalhado, e tem sido guiado pelo CFP e os CRPs de várias formas. Por meio dessas referências técnicas, que não por acaso estão sendo lançadas, em um ano pandêmico, em um momento em que ainda não assimilamos tantas perdas e tanta dor nos trazendo concretamente

30 Representante do grupo de trabalho sobre gestão do risco integral emergências e desastres CFP.

a ideia de que a pandemia tem sido um grande desastre no mundo e de forma especial no nosso país. Fazer chegar à nossa categoria essas referências técnicas, resultado de um trabalho árduo e de muito empenho de todas e todos que estiveram nesse movimento de sua construção, tem mais que um significado prático, tem também um significado simbólico de resistência e resiliência em todo seu processo de execução.

Historicamente o envolvimento da Psicologia no campo da Emergência e desastres ocorreu de forma gradual. Os primeiros registros estão relacionados com as guerras mundiais. O primeiro estudo mais sistematizado relacionado à área de intervenção pós-desastre foi realizado em 1944, e constituiu-se na avaliação das respostas psicológicas ocorridas em um incêndio em uma boate, em Boston (EUA), no qual morreram mais de 400 pessoas. Devido a este desastre, foi realizado um levantamento das reações psicológicas dos sobreviventes, sendo este o marco teórico de pesquisa e intervenção do campo dos desastres (FRANCO, 2015). Este evento em Boston nos remete ao evento ocorrido na Boate Kiss, em Santa Maria – Rio Grande do Sul, que também se transformou em um marco teórico no Brasil, e nos levou à primeira referência técnica sobre o tema das Emergências e Desastres do CFP.

No contexto brasileiro, o primeiro registro do processo histórico de inserção da Psicologia no estudo, pesquisa e intervenção nas emergências e nos desastres é datado de 1987 com o acidente do césio-137, em Goiânia. E foram a partir de alguns eventos, seminários e encontros, formação da primeira comissão sobre Emergência e Desastres do CFP entre os anos 2015-2017, que se ampliou a compreensão do tema, atualizando-o como Gestão do Risco Integral Emergência e Desastres, e posteriormente com a criação do GT sobre Gestão do Risco Integral e Emergência e Desastres em 2018 no CFP, que o nosso caminhar dentro da temática chega até essas referências técnicas.

E foi em 2018 que nossa primeira reunião já no movimento de planejamento e construção dessas referências, um pequeno grupo de psicólogas especialistas convocadas pelo CFP, já neste encontro com o apoio do CREPOP, realizamos uma tempestade de ideias sobre o tema e o que poderia ser abordado. Neste encontro, foram definidos os eixos temáticos:

- EIXO 1: A Psicologia em contextos de riscos, emergências e desastres
- EIXO 2: Psicologia com compromisso social
- EIXO 3: A atuação da psicologia na gestão dos riscos, emergências e desastre

Por opção metodológica, o CREPOP definiu que não haveria investigação da prática profissional, cabendo diretamente à comissão de especialistas a elaboração do texto. No primeiro ano de preparação, entre pesquisas, levantamentos de dados e informações como especialistas de diferentes Regionais, este pequeno grupo trabalhou assiduamente numa tentativa de montar os conteúdos dos eixos previstos. Feito esse primeiro momento, o texto foi submetido à categoria por meio de consulta pública realizada em agosto de 2019, e tivemos uma participação e contribuição vinda de todo o País. E quando já estávamos próximos de fechar o processo de construção dessas referências, uma situação de crise que o mundo começava a se deparar nos toma de impactos e a pandemia do SARS Covid-19 desacelerou o processo, nesse ínterim, o plenário do CFP tomou medidas no sentido que as referências técnicas pudessem abordar a atuação profissional em contexto de pandemia, e assim o grupo de especialistas foi ampliado e passamos a contar com especialista com experiência em situação de epidemia.

Ao longo do ano de 2020-2021, com todas as demandas e solicitações advindas do estado pandêmico que o Brasil e o mundo viviam, o texto foi revisitado várias vezes, debatido em reuniões on-line e finalmente apresentado no evento organizado pelo CFP e o GT de Gestão do Risco Integral Emergência e Desastres, no dia 13 de outubro, data significativa, uma vez que é o dia internacional da Prevenção a Desastres.

Acreditamos que um texto de referência técnica nunca é conclusivo ou fechado em verdades absolutas, mas pensamos que sua construção sendo fruto de um esforço coletivo de pessoas especialistas no tema, propõe, antes de qualquer outra coisa, oferecer espaço de reflexão e de inspiração para que práticas psicológicas nesse campo de atuação possam se firmar como práticas que estão a serviço do cuidado e do direito humano diante da população no âmbito da prevenção mitigação, da preparação, da resposta e da reconstrução nas diversas situações que podem ser enfrentadas.

Faço uma homenagem especial às companheiras psicólogas que, com dedicação e competência, estiveram nesse movimento de construção de um saber técnico; de forma especial a nossa Coordenadora do GT de Gestão do Risco Integral e Emergências e Desastres, a Conselheira do CFP, Marisa Helena Alves, que foi luz e ponte de ligação em todo o processo; às queridas colegas de luta Ângela Elizabeth Lapa Coêlho, Adriana Simões Marino, Ionara Vieira Moura Rabelo, Luciana Florêncio de Lima; e ao grupo de apoio do CREPOP sempre atento e presente em nossas caminhadas.

Esperamos que essas referências técnicas possam desalojar cada um de nós profissionais de psicologia, no sentido de irmos em busca de fazer o melhor da psicologia nesse âmbito. Sou imensamente grata pela experiência vivida na construção dessas referências técnicas, e muito honrada por estar aqui representando todas e todos que, com dedicação, carinho, competência, resistência e resiliência, estivemos

juntos na construção não só das referências, mas na composição desse momento histórico com o CREPOP e o CFP.

Muito obrigada!!

Referências

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2021.

FRANCO, Helena. **A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática**. São Paulo: Summus, 2015.

APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Iolete Ribeiro da Silva

Doutora em Psicologia

Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

É um prazer estar aqui e participar deste momento tão importante em que são lançadas referências técnicas. Vou apresentar as referências técnicas para atuação de psicólogas e psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas. Já existiam duas referências para atuação com medidas socioeducativas, uma relativa ao meio aberto (lançada em 2010) e outra que aborda a atuação na execução da medida de internação (publicada em 2012) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010, 2012). Essas duas referências foram atualizadas e o tema passou a ser abordado em um único documento.

A decisão de junção dos dois documentos deve-se ao entendimento de que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) tem caráter sistêmico e, por essa razão, optou-se por trabalhar no mesmo documento todas as medidas socioeducativas. Consideramos essa decisão importante para contribuirmos para a consolidação da visão sistêmica da socioeducação. Portanto, nas referências técnicas que lançamos hoje abordamos o SINASE como um todo. Então, por essa razão é que nesse momento a gente apresenta uma referência para falar de todas as medidas.

Uma Comissão de Especialistas colaborou com a construção dessas referências técnicas: Cristiane Saúde Barreto Napoli, Fábio Silvestre da Silva, Flávia Cristina Silveira Lemos, Flávia de Abreu Lisboa, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto, Hebe Signorini Gonçalves, Maria de Lourdes Trassi Teixeira e Maria de Fátima Olivier Sudbrack. Expressamos nossa gratidão por essa valiosa colaboração na organização deste documento tão importante para as psicólogas que atuam no SINASE e em todo o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

As referências técnicas do CREPOP, são importantes não somente para psicólogas e psicólogos, elas têm sido utilizadas por pessoas que atuam no SGD, por ativistas que realizam incidência política em prol dos direitos das crianças e adolescentes e por formuladores de políticas públicas. As publicações do Conselho Federal de Psicologia têm subsidiado aquelas/es que lutam por direitos humanos, constituindo-se referência progressista na construção de normativas no âmbito dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, ou no âmbito legislativo, servindo de parâmetro para a análise de leis e outras propostas de políticas públicas de atenção a crianças e adolescentes.

Em 2017, foi dado início à revisão das referências no âmbito da socioeducação. A Assembleia de Políticas de Administração e Finanças do Sistema Conselhos criou um Grupo de Trabalho (GT) com essa finalidade. Esse GT recebeu contribuições de todos os Conselhos Regionais, realizou debates com especialistas e sistematizou apontamentos que foram enviados à Comissão de Especialistas. Nesse esforço coletivo, foram atualizadas as referências que estamos lançando hoje.

As Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) no âmbito das Medidas Socioeducativas estão organizadas em quatro eixos. O primeiro eixo aborda a dimensão ético político da socioeducação e das medidas socioeducativas. O segundo eixo fala da psicologia como área em foco, situando a psicologia do contexto do SGD e do SINASE. Depois, no eixo seguinte, nós abordamos a atuação da

psicologia nos serviços específicos que executam as diferentes medidas, com ênfase no princípio da intersetorialidade. No último eixo, que é o eixo 4, é abordada a gestão do trabalho na socioeducação. Esse conjunto de eixos tem a finalidade de abordar, a partir de uma perspectiva sistêmica, a socioeducação como campo de trabalho, levando em consideração a conjuntura complexa de ameaça aos direitos dos adolescentes no Brasil, mas também apontando mecanismos e ferramentas de trabalho, não com a intenção de oferecer um modelo fechado, engessado, de atuação profissional, mas indicar possibilidades, conceitos e reflexões importantes para profissionais que atuam nessa área.

A socioeducação continua exigindo de nós uma intensa mobilização em prol da sua implementação. A importância do SINASE deve ser constantemente reafirmada, porque, infelizmente, os governos, ano a ano, reduzem drasticamente o orçamento público destinado à execução desta política. Além disso, não há uma coordenação nacional atuante e que articule iniciativas das diferentes políticas públicas envolvidas na execução da socioeducação, como a assistência social, a educação, a saúde, os direitos humanos, sistema de justiça entre outros.

Outro aspecto a se destacar é a não priorização da implementação de medidas em meio aberto que ainda se observa em todo o país e a aplicação indiscriminada da medida de internação. Esse desequilíbrio na aplicação das medidas é especialmente grave, porque no nosso país jovens, negros e negras, pobres, os das periferias, são alvo recorrente de violência, seja por arma de fogo ou pelas grades ou diversas outras formas de silenciamento e exclusão. Esse é o lugar social oferecido a adolescentes e jovens, negros e negras, que seguem ameaçados por uma política de criminalização. A retomada constante de propostas de redução da maioridade penal ou de aumento do tempo de internação ou mesmo a fragilização das políticas

públicas voltadas para adolescentes são a expressão do desrespeito ao princípio constitucional da prioridade absoluta.

Em relação à fragilização das políticas públicas de atenção a adolescentes e jovens, apontamos a destruição do ensino médio, com a redução da oferta do ensino noturno, ampliação do ensino a distância, retirada de disciplinas importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico e processo de aprendizagem comprometendo a escolarização de adolescentes e jovens. A negação do direito à cidade, ao esporte, ao lazer, à saúde, dentre vários outros direitos fundamentais previstos no ECA, garantidos pela nossa Constituição, são escolhas políticas que fazem parte de um projeto político de criminalização de adolescentes e jovens, que ocorre geralmente em duas etapas. Primeiro, a partir do que é considerado crime e do que a polícia, as autoridades realmente fiscalizam sob o argumento de ser crime.

Esses processos reforçam a construção de uma representação social do adolescente e do jovem negro como perigoso e os que desumanizam, basta lembrar os vários casos de prisões de jovens negros, como com base em reconhecimento por foto e que depois fica provado que houve um erro. Dados do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, por exemplo, apontam que nesses inquéritos cerca de 70% a 80% das pessoas consideradas suspeitas são negras (CONDEGE, 2020a, 2020b). Esse dado é mais um indicativo dessa criminalização da juventude negra, que não ocorre somente quando resultam em prisão ou, no caso dos adolescentes, em internação. Mas ocorre também diante da sustentação da representação social do criminoso associada a pessoas negras, fazendo com que, no imaginário social, esse ou essa adolescente não sejam vistos como sujeitos de direito, como seres humanos em desenvolvimento, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Verificamos com recorrência, ainda, a utilização da palavra menor nos meios de comunicação quando se referem a adolescentes

pobres apreendidos por supostas práticas de ato infracional, reforçando estigmas e categorizações que reduzem o status de humanidade desses adolescentes. Associações entre os termos menor, bandido, perigoso a adolescentes ou entre adolescência e turbulência, transgressão, rebeldia reforçam esses processos de criminalização.

Infelizmente, essa criminalização tem avançado. Ela não é nova, ela é parte da construção do nosso País, intervenções repressivas estiveram presentes ao longo da nossa história e estão presente em vários aspectos da vida de adolescentes. Por exemplo, a repressão ao movimento secundarista na luta por melhores condições de ensino e a criminalização das artes de rua, da música ou da moda impedem o direito de existir.

Os dados estatísticos, inclusive, demonstram isso. O Atlas da violência de 2020 informa que, considerando a série histórica dos últimos 11 anos, de 2009 a 2019, 333 mil jovens foram vítimas da violência letal no Brasil e a cada 100 pessoas assassinadas, 75 são negras. Diversos levantamentos demonstram que a violência permanece atingindo de forma estarrecedora adolescentes e jovens negras/os no Brasil. Foram mais de 30 mil jovens vítimas de homicídio em 2018. Então, é um fenômeno que precisa ser discutido pela sociedade (IPEA, 2020).

Outra questão muito importante é a condição de cumprimento das medidas socioeducativas das adolescentes. Elas merecem uma atenção especial e que sejam consideradas as questões de gênero, raça, classe que produzem mais violência pelo fato de serem mulheres. Essas interseccionalidades de gênero e raça não têm recebido a atenção devida, e isso tem se refletido na frequente violência sexual, racismo e violências institucionais contra as adolescentes do sistema socioeducativo.

Essas são algumas das razões que apontam a importância de as psicólogas se apropriarem do que é o SINASE e de como a psicologia pode atuar na socioeducação e contribuir para a promoção dos direitos dos adolescentes. Então, convido vocês todos, todas, todes, a

lerem, utilizarem as Referências Técnicas para atuação das medidas socioeducativas e a ajudarem a aprimorar no futuro esse documento a partir da contribuição de vocês. Esse documento é fruto de um trabalho coletivo, é assim que o CREPOP atua.

Obrigado.

Referências

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Referência técnica para atuação de psicólogos(os) em programas de medidas socioeducativas em meio aberto.** Brasília, DF: CFP, 2012.

CFP (Conselho Federal de Psicologia). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação.** Brasília, DF: CFP, 2010.

CONDEGE (Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais). **Relatório sobre reconhecimento fotográfico em sede criminal.** Rio de Janeiro: Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: https://trello-attachments.s3.amazonaws.com/5e-d9417e30b44d560232a308/60772821f2f8e58a1b92f563/a9a3f1f6a00b-f3b6dbfb4dc9ba61ea79/Relat%C3%B3rio_CONDEGE_-_DPERJ_reconhecimento_fotogr%C3%A1fico.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

CONDEGE (Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais). **Relatório sobre reconhecimento fotográfico em sede criminal.** Rio de Janeiro: Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relat%C3%B3rio__DPE-RJ.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da violência 2020**. Brasília, DF; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 12 ago. 2022.

APRESENTAÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NA REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Maria Luiza Moura Oliveira

*Assistente-Técnico/Psicóloga na PUC/-GO
Psicóloga/Membro do ObservaLatrata (Observatório Latino-
americano e caribenho sobre Tráfico de pessoas)*

Obrigada, boa tarde. Agradeço ao CFP/CREPOP pelo convite. É um prazer participar deste evento, ouvir e contribuir nessa rica iniciativa da produção de documentos na função de referências técnicas para reafirmação do compromisso constante da psicologia enquanto ciência e profissão. É muito bom saber que a gente segue e que a nossa resistência tem significado a crescente qualificação das produções temáticas elaboradas a partir de consultas aos profissionais e com isso cada vez mais primando por uma atuação também de qualidade.

Chamo a atenção para a data deste Seminário, 10 de dezembro de 2021. Hoje temos a celebração dos 73 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 15 anos do CREPOP. Então, o centro de referência é muito importante e tem ajudado demais cada psicóloga e psicólogo fazer valer os direitos humanos no nosso país a partir da nossa prática profissional, a partir da ciência e profissão, que é o nosso lema como Psicologia. O CREPOP é formado por pessoas de

referência e é seguro que cada um, e cada uma que escreveu aqui, contribui e contribuiu na elaboração de importantes documentos, são profissionais que têm construído a psicologia de uma forma proativa e com isso também referenciando-se na produção teórico-prática com solidez científica na qualificação da psicologia brasileira.

Eu gostaria de lembrar também de Marcus Vinicius, referenciá-lo e comentar da presença dele como profissional iluminador. Psicólogo que ajudou, principalmente via sistema conselho, na inscrição da psicologia brasileira, nas lutas pela defesa intransigente de direitos humanos, assim como tantos outros que já não estão mais aqui fisicamente com a gente. Então eu deixo aqui um reconhecimento público a todos que no exercício profissional não abandonam a luta humana maior, dos direitos para todos.

Digo que vou aqui também, como todas as parceiras que falaram antes, dizer que o documento que a gente apresenta agora seguiu a mesma metodologia aplicada e desenvolvida pelo CREPOP, que prima pela elaboração dos documentos com base no diálogo com quem está na atuação prática, com isso realizar uma escuta atenta para saber o fazer e os desafios enfrentados pelos(as) profissionais que estão na ponta, na base. Nesse sentido estabelece-se o diálogo, num relacionar constante com a própria formação e a produção teórica brasileira, de uma psicologia comprometida com a sociedade brasileira e com a sua população inserida nos múltiplos contextos.

Ao demarcar a celebração dos Direitos Humanos, faço para ressaltar esse princípio com um norteador em nosso documento, pois são as Referências Técnicas para a atuação dos profissionais frente às situações de violência contra crianças e adolescentes. A violência é universalmente marcada como um crime contra a dignidade humana, por isso uma das mais graves violações contra a humanidade. No nosso primeiro eixo, a gente já traz o título do compromisso permanente do Conselho Federal de Psicologia com os Direitos Humanos da população infanto-juvenil. Todavia historicamente a psicologia brasileira

demarcou posição na defesa das crianças e adolescentes como sujeito de direitos e pessoa em condições peculiares de desenvolvimento.

Ao falar de políticas públicas o nosso documento orienta-se a partir de marcos legais, de bases teóricas, de conhecimentos acumulados, que se materializam no exercício profissional, com vistas à garantia dos direitos estabelecidos na política pública que incidem na vida das pessoas. Na construção dessa trajetória, a psicologia consolida produções teórico-práticas relevantes e desempenha papel fundamental na elaboração de macropolíticas, com participação em espaços importantes. Existe um reconhecimento muito grande da psicologia, na função de uma ciência que produz e ajuda a sociedade, em instâncias de deliberação de políticas públicas para população infanto-juvenil.

Resultado desse trabalho coletivo, nós já somos quatro psicólogos, aliás, um psicólogo e três psicólogas, a assumir a presidência do CONANDA. Esse Conselho Nacional dos Direitos da Criança Adolescente, de composição paritária, foi criado por lei, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e é a instância máxima de deliberação das políticas públicas destinadas a nossas crianças e adolescentes. E o nosso documento fala muito disso. O texto busca mostrar essa interlocução, esse diálogo, da prática profissional nossa, como que a gente realiza profissionalmente, revela o exercício profissional na concretização da intersectorialidade das políticas públicas na vida das crianças e adolescentes.

Então, ao contribuir na elaboração deste documento, tenho como referência prática uma experiência muito importante quando fui eleita a primeira mulher negra a presidir como sociedade civil na representação de todas as psicólogas e psicólogos neste importante conselho. Duas psicólogas (Carmen de Oliveira e Iolete Ribeiro da Silva) já participaram e também assumiram a presidência do CONANDA. E o psicólogo Cláudio Augusto também foi conselheiro nacional e presidiu este órgão. Então, a gente na representação contribuiu na

qualificação das referências da psicologia nesses espaços de interesse público, que são os conselhos. Tivemos a oportunidade de construir documentos e legislações valiosas nesse espaço político, fazendo sempre essa interlocução teórico-prática. E assim a nossa referência técnica para a atuação dos psicólogos na rede de proteção às crianças e adolescentes ela contou com a participação de muitos profissionais porque foi feito também todo o levantamento, uma pesquisa com quem trabalha nos serviços de atenção ou serviço de saúde, no serviço de Assistência Social, na Educação, que são as políticas básicas de atendimento à criança e adolescente.

Então nessa elaboração técnica tivemos a Iolete Ribeiro da Silva na coordenação dessa produção, a Aline Rose Inácio Pinho, a Fernanda Figueiredo Falcomer Meneses, a Luciana de Almeida Moraes e a Rosana Terezinha Ribeiro todas com contribuições muito importante nos dividimos por eixos e fomos produzindo cada um a partir da expertise e do acúmulo de conhecimento no tema.

Seguindo na mesma metodologia que os outros documentos, também nos constituímos em uma comissão que se debruçou e aprofundou teoricamente, na construção de aportes a partir dos elementos sinalizados e a partir da leitura de contextos da realidade para a gente conseguir qualificar cada vez mais o nosso diálogo e a nossa atenção. Essa já é a segunda edição desse documento que foca nas violações dos direitos infanto-juvenis. A primeira publicação é um dos documentos cuja referência temática bastante consultada com um nível de acesso importante. Então, significa para gente que o CREPOP deu luz a um tema necessário e de muita relevância. A primeira edição foi publicada em 2009, eu tive o privilégio de participar das duas edições, feita também a muitas mãos desenvolvendo a produção por eixos.

O primeiro eixo foi o compromisso ético-político frente a violência contra crianças e adolescentes. Então, como é lidar com a temática? Como foi comentado aqui, pensar nessas mudanças na

formação, violência não era um tema discutido na academia no contexto da formação do profissional. Nessa direção, a gente trabalha muito as questões éticas e políticas frente à violência contra crianças e adolescentes.

Depois fizemos uma discussão muito interessante sobre a psicologia e a proteção de crianças e adolescentes em situação de violência. O que nos toca, qual nosso compromisso? E qual o nosso nível de envolvimento e de atenção nesse tipo de atendimento de pessoas vivendo nessa temática? Então, é uma discussão muito interessante. Trabalhamos também de uma forma mais direta na questão da atuação de psicólogos e psicólogas no serviço da rede de proteção, porque somos integrantes da rede proteção, que trabalha a partir do Sistema de Garantia de Direitos e, por isso, é importante entender politicamente como que o nosso trabalho vai encaixando e sendo complementar no engajamento para que a política intersectorial aconteça.

A política de proteção da criança é uma política que tem elos e nesses elos estão atuando os profissionais, tal qual no nosso elo de atuação, como trabalhar para essa política intersectorial acontecer na prática profissional. A gente teve a oportunidade de discutir isso no nosso capítulo e no outro eixo, a gente vai falar sobre o espaço de construção e defesa das políticas públicas, que destaca a gestão como compreensão ampliada e interligada na defesa da política pública, porque o nosso fazer, materializa a dimensão ético-política da transformação por meio de uma incidência qualificada. E aí a gente vai olhando a questão mesmo da nossa publicação; a nossa referência, ela vai falar muito de como a psicologia vem sendo exercida e leva ao conhecimento mais ampliado, que nos aproxima da múltipla dimensão sobre a complexidade da situação de violência praticada contra crianças e adolescentes.

Na verdade, a situação de violência no mundo e especialmente no nosso país existe e são causa de muita letalidade, as pessoas per-

dem a vida, né? E isso nos desafia a produzir as referências em todas as áreas já ditas aqui. Todavia, ao fazer um recorte nessa temática, as intervenções necessárias para a gente combater a violência são urgentes. Pois muitas violências, ao serem interrompidas, a partir de uma interferência profissional, por exemplo, pode evitar mortes, né? A gente, ao fazer intervenções qualificadas, pode conseguir mudar o ciclo da violência, rompendo-a. A pessoa, quando fala sobre a vivência de um ato de violência, instaura uma corresponsabilidade, pois estabelece ali, na revelação, a possibilidade concreta de haver a ruptura, ao quebrar o silêncio – um dos sustentáculos da violência. Há nesta ruptura, inclusive, as questões que abrem brechas para processo de construção da autonomia dos sujeitos para o enfrentamento na direção de vencer o aprisionamento imposto pela violência.

E já caminhando aqui para finalizar. O que a gente trabalha é tão importante que, numa pesquisa recente publicada na Carta Capital, há dados compilados num relatório que apontam a face desnuda da violência. Essa pesquisa do Fórum de Segurança Pública com a Fundação José Luiz Egydio, ela foi feita em 12 estados e houve um aumento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, dados levantados de junho de 2019 a junho de 2021. Eles trabalharam coletando dados nos boletins de ocorrência e a gente tem ali, 56,6% de casos de estupros, 21,6 de maus tratos contra criança e adolescente, 18,1% de lesão corporal dolosa no contexto da violência doméstica, 2,9% de mortes violentas intencionais, 0,8% de exploração sexual, com exceção das mortes violentas intencionais, em que a maioria são meninos; nesse caso das mortes violentas, a gente, nas outras formas de violência, a gente tem a maioria de meninas vítimas de violência. Então o índice de estupro altíssimo, que é 56%, e que ele acomete a faixa etária de 10 a 14 anos. Então, quando essas pessoas chegam para atendimento no serviço de assistência, no serviço de saúde ou na escola, irão demandar uma atuação cuja formação do profissional independente do universo acadêmico, exige sobretudo

compromisso ético-político com a atenção especializada no âmbito das situações de violência. No âmbito da psicologia, contribuições fundamentais vêm sendo gestadas no CREPOP que, ao produzir documentos referenciais, assegura aos profissionais consultas a partir de produções atualizadas assegurando uma qualificação permanente.

Nessa perspectiva, todos os documentos que foram apresentados aqui seguem atualizados, justamente para assegurar a qualidade, reafirmando a postura ético política de resistir com qualidade, ao revisitar seus documentos inclui também leitura crítica do momento vivenciado. Atualmente passamos por um momento complexo, em que há uma desestruturação da política por dentro da própria gestão política. Retrocessos são evidenciados, em diversas áreas das políticas públicas básicas, a exemplo marcados no grave apagão, dos dados que geram, além do desconhecimento da realidade, um nível severo de contrainformação que inevitavelmente impactam nas políticas públicas interferindo de forma negativa na execução das diretrizes de atenção ao grupo etário de infante-juvenil.

Quero agradecer a oportunidade de participar e de poder compartilhar essa reflexão. O documento aborda um tema bem importante e eu vejo que a gente tem que impulsionar e divulgá-lo para obter o máximo alcance possível, porque a gente, tanto no universo da sociedade como no universo político, vamos precisar estar preparados(as) para fazer uma atenção profissional cuidadosa e de qualidade com a população brasileira, que, para além da pandemia, sofre um processo de retrocesso imensurável pelo encolhimento das políticas públicas. Diante dessa realidade, a tarefa da psicologia como ciência e profissão, segue necessária e, nesse dia de celebração da Declaração de Direitos Humanos, a gente mais do que nunca tem que vestir essa camisa e defendê-la.

Muito obrigada, CREPOP. Obrigada a todas as companheiras que se apresentaram aqui. Estamos juntos, ninguém solta a mão de ninguém. Obrigada.

Referências

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021)**. São Paulo: Fundação José Luiz Egydio Setúbal, 2021.

Conheça as publicações do CREPOP

ISBN 978-65-89369-10-3



9 786589 369103 >



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

PSICO
LOGIA

60
ANOS

CREPOP
www.crepop.org.br

CREPOP.
15
anos

